

## A Razão de Maio

E assim, com os fascinantes meios da tecnologia misturados com uma boa dose de manipulação se provou que afinal é possível meter o Rossio na Rua da Betesga Pág. 21



■ Jerónimo de Sousa

# Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 28 de Maio de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1226 • Director: Carlos Brito

## Grande Comício Internacional de Lisboa

# MANIFESTAÇÃO DE ESPERANÇA



Pág.5 a 12

### A economia «deles» e a economia «nossa»

Será a mesma, a economia de que «eles» falam e a economia de que nós falamos?

■ Sérgio Ribeiro Pág. 22

### O alargamento da NATO

### Uma nova e perigosa escalada

■ José Neto Pág. 23

## 5050

*jobs for the boys*  
ou o anticlientelismo perverso de Guterres

■ Carlos Gonçalves Págs. 24 e 25

### Comunistas insistem no combate à delapidação do Sector Empresarial do Estado

## LUCROS PRIVADOS com prejuízo público

Centrais

## JORNADA NACIONAL DE ESCLARECIMENTO

# CDU contacta um milhão

Pág. 32





Uma delegação do PCP, integrando o Secretário-Geral, Carlos Carvalho, e Agostinho Lopes e Octávio Teixeira, da Comissão Política, é recebida por António Guterres

## RESUMO

### 21 Quarta-feira

Uma delegação do PCP é recebida pelo Primeiro-Ministro no âmbito da consulta aos partidos sobre a próxima cimeira europeia ■ No dia em que na Assembleia da República se debate o financiamento do ensino superior, jovens universitários de todo o país manifestam-se em São Bento contra as propinas ■ O Governo Regional da Madeira anuncia que será avalista bancário das dívidas dos clubes de futebol madeirenses ■ A população de Cabanelas continua a exigir a demissão do Governador Civil de Braga ■ Em Marselha, França, milhares de pessoas manifestam-se contra a Frente Nacional ■ O Supremo Tribunal turco abre um processo para dissolver o Rfah, um dos partidos da coligação no poder, acusado de favorecer o fundamentalismo ■ No Congo, os responsáveis da Aliança levam a cabo numerosas consultas a políticos e empresários para a formação do novo governo.

### 22 Quinta-feira

A chamada «lei das propinas» é aprovada na generalidade no Parlamento com os votos contra do PCP, PEV e PP e a abstenção do PSD... ■ ... no mesmo dia em que é discutida a revisão do Código Penal ■ O Minho e a Galiza são abalados por um sismo de 4,8 na escala de Richter ■ As Feiras do Livro de Lisboa e Porto são inauguradas ■ Bóris Ieltsin demite o ministro da Defesa russo ■ Com a tomada do porto de Matadi, as forças de Kabila passam a dominar todo o território do Congo ■ Na Argélia, morrem 12 pessoas na sequência da explosão de uma viatura armadilhada.

### 23 Sexta-feira

Vem a público que o Tribunal de Contas criticou a forma como decorreu a construção dos hospitais de Matosinhos, da Feira e de Amadora-Sintra ■ Centenas de pessoas reúnem-se em Braga, num jantar de homenagem a Pedro Bacelar de Vasconcelos ■ Os chefes de governo dos países da União Europeia reúnem-se em Noordwijk, na Holanda ■ Nas eleições locais irlandesas, o Sinn Féin aumenta a sua votação ■ O último dia da campa-

nia eleitoral indonésia é marcada pela violência ■ Na Eslováquia, inicia-se um referendo sobre a adesão do país à Nato, a instalação de armas nucleares e a instalação de bases militares.

### 24 Sábado

Milhares de pessoas manifestam-se pelo «Emprego com Direitos», participando no Comício Internacional de Lisboa, no Campo Pequeno ■ O ministro da Solidariedade admite a concessão do Totobola a uma entidade externa à Santa Casa da Misericórdia ■ Termina em Sevilha a marcha pelo emprego, organizada pela Esquerda Unida de Espanha ■ O candidato da esquerda e dos moderados, Mohammad Khataami, vence as eleições presidenciais iranianas.

### 25 Domingo

Carlos Carvalho participa num almoço-convívio com a Juventude CDU, em Lisboa ■ Um novo sismo, agora com uma intensidade de 3,6 graus na escala de Richter, abala Trás-os-Montes e a Galiza ■ Em França, na primeira volta das eleições legislativas antecipadas, os comunistas, os socialistas e os Verdes obtêm 42,8 por cento da votação contra os 36 por cento da direita e os 15,3 da Frente Nacional ■ Na Serra Leoa, um golpe de Estado militar depõe o presidente Kabbah ■ Os polacos vão às urnas num referendo sobre a nova Constituição.

### 26 Segunda-feira

PSD recusa debate televisivo proposto por António Guterres entre os líderes dos quatro principais partidos, proposta aceite pelo PCP e PP ■ Alberto João Jardim desiste da sociedade desportiva e suspende apoio aos clubes de futebol ■ Alain Juppé anuncia demissão para depois da segunda volta das legislativas em França ■ Dez mil militares da UNITA aguardam no novo Congo o regresso a Angola ■ Estudo da UE revela que Portugal tem o pior pré-escolar da Europa, com apenas 50 por cento das crianças portuguesas entre os três e os cinco anos a frequentar o ensino pré-primário, contra 75 por cento na grande maioria dos estados mem-

## EDITORIAL

# A luta comum

O reforço da cooperação entre forças de esquerda e progressistas da Europa teve uma manifestação magnífica no grande comício internacional de sábado passado, no Campo Pequeno, em Lisboa.

A esperança e a confiança no futuro que esta cooperação suscita patentearam-se exuberantemente nos largos milhares de participantes que afluíram ao comício, na alegria que lhe conferiu um clima de festa, nos cânticos e nas palavras de ordem combativas que entoaram e no belo colorido que emoldurou a multidão, feito de numerosas bandeiras vermelhas do PCP e brancas da CDU, dos panos e dos bonés de muitas cores que distinguiram as delegações presentes, não só portuguesas, vindas de vários pontos do país, mas também estrangeiras, vindas de Espanha, da Itália e da Alemanha.

Os catorze oradores, que intervieram no comício em nome de partidos comunistas e forças progressistas de dez países europeus, afirmaram com toda a clareza, independentemente das diferenças e distintos percursos, a vontade de desenvolverem a luta comum.

Os objectivos desta luta estavam em parte anunciados na própria convocatória do comício: «Pelo emprego com direitos, por uma Europa de progresso social, paz e cooperação». Um outro lema presidia ao comício, em faixas que cercavam toda a praça, escritas na língua de cada uma das forças participantes, e que diziam: «Que sejam os povos a decidir do futuro da Europa».

Os diferentes oradores trouxeram, no entanto, sugestões e contribuições enriquecedoras aos objectivos concretos da luta comum contra a ofensiva do grande capital, as políticas neoliberais e as suas mais brutais consequências - o desemprego e a regressão social - e pelo fortalecimento da cooperação e da solidariedade internacionalistas e pelo desenvolvimento das acções comuns ou complementares.

A chaga social do desemprego e a exigência da luta por uma política alternativa capaz de lhe dar solução foi, naturalmente, a questão dominante em todas as intervenções, mas outras questões, além das sociais, tiveram tratamento muito generalizado, como a luta pelo referendo sobre a moeda única e sobre Maastricht e o combate ao reforço e ao alargamento da NATO.

Ao intervir em nome do PCP, a quem pertenceu a iniciativa do comício, a sua organização e concretização, o Secretário-Geral, Carlos Carvalho, afirmou: «Entendemos que o caminho não é o da «adaptação», não é a abdicação da luta para ter a respeitabilidade do grande capital, nem ter-se uma prática de direita e um discurso hipócrita com a afirmação da «sensibilidade social», mas sim o da coerência entre as palavras e os actos, o do combate firme pelo emprego, pelos salários e pelos direitos, o da luta pelo aprofundamento da democracia em todas as suas vertentes.» E salientou mais à frente: «Nós dizemos não à Europa de Maastricht, aos seus critérios, a sua União Económica e Monetária e ao seu Banco Central sem qualquer controlo democrático.»

As ameaças à democracia decorrentes da ofensiva do grande capital e da aplicação do Tratado de Maastricht, bem como as novas ameaças sociais por elas engendradas, estiveram, também, vivamente presentes noutras intervenções.

Pelo Partido da Refundação Comunista da Itália, Fausto Bertinotti observou: «A Europa dos bancos e das empresas esmaga a política, corrói a democracia e enche-nos de desempregados.»

Pelo Partido da Esquerda da Suécia, a presidente, Gudrun Schyman, insistiu: «Devemos deixar claro que a UEM não é uma mera questão económica.

«É uma questão política. É uma questão da democracia: quem vai decidir e sobre quê vai decidir.» E depois: o Banco Central «será uma instituição completamente fechada aos cidadãos, sem qualquer controlo democrático».

Pelo Partido do Socialismo Democrático da Alemanha, Lothar Bisky sublinhou: «Queremos uma Europa realmente democrática, social e respeitadora da natureza, uma Europa sem xenofobia e não militarizada. Mas o que vimos hoje é uma Europa que querem construir à força, pela ditadura económica, dos bancos e do capital e à revelia das pessoas.»

Pelo Partido Comunista Francês, Robert Hue, alertou na sua mensagem:

«É preciso sair do impasse de uma Europa «otanisada». É preciso recusar a fatalidade da actual «mundialização» em nome da qual os grandes grupos capitalistas querem pôr-nos todos em concorrência, para fazer a felicidade dos mais poderosos com a infelicidade da grande maioria.»

Pela Esquerda Unida de Espanha, Julio Anguita denunciou: «Hoje pomos o acento na denúncia e na advertência das duríssimas medidas que em política económica e social estão incluídas no chamado Pacto de Estabilidade, que cairão implacavelmente sobre os trabalhadores e assalariados da União Europeia.»

Pelo Partido Comunista da Grécia a Secretária-Geral, Aleka Papatriga, assinalou: «Pensamos que a questão fundamental que se coloca a cada povo da Europa é a de saber se se julga a realidade actual como definitiva e irremediável.» E acrescentou: «Os comunistas gregos, mas também parte impor-

tante dos trabalhadores gregos, asseguro-vos que respondem categoricamente não.»

O Comício Internacional de Lisboa marca, inequivocamente, como todos reconheceram, um importante avanço na reflexão conjunta, na cooperação e na vontade de cooperar entre as forças que constituem o grupo de esquerda do Parlamento Europeu.

É agora fundamental que esta cooperação reforçada saiba ganhar expressão em acções conjuntas e convergentes da classe operária e dos trabalhadores nos países da União Europeia.

Ao mesmo tempo, o avanço da solidariedade internacionalista entre as forças presentes no Comício de Lisboa chama a atenção para a imperiosa necessidade e para a real possibilidade de ela ser desenvolvida com outras forças na Europa e Mundo.

A recente derrota da coligação da direita na primeira volta das eleições francesas, que se segue a outras derrotas eleitorais da direita na Itália e na Grã-Bretanha, mostra como apesar de todas as manipulações da opinião pública, vem ao de cima a profunda rejeição das políticas neoliberais por parte dos povos, como estes procuram a mudança e buscam alternativas consistentes.

A experiência demonstra que só a esquerda anticapitalista está em condições de trabalhar pela construção da alternativa consistente de uma sociedade mais justa, com o socialismo no horizonte, como defende o PCP.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7<sup>a</sup>-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B. L. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7<sup>a</sup>-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal n.º 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

# Não lixem o País!

Na semana passada, a revisão da Constituição em curso na Assembleia desceu mais uns degraus na escala da degradação.

A baixa veio mais uma vez do PS ao tentar impor a limitação dos tempos de intervenção dos deputados na comissão eventual de revisão da Constituição, por matéria e por partido.

Desta vez, o golpe protagonizado, é claro, por Jorge Lacão, um presidente para a ocasião, não mutilava apenas o processo de revisão, o esclarecimento das posições e a sua repercussão pública, atingia o próprio funcionamento das comissões parlamentares.

Foi a primeira vez na história da Assembleia da República que alguém se lembrou de condicionar a este ponto o debate democrático numa comissão, ferindo de morte a reflexão livre que constitui a sua verdadeira natureza.

A tentativa não passou como o PS pretendia. A fixação de tempos foi admitida com carácter meramente indicativo, «o que não é nada», como sublinharam alguns deputados, mas que se pode considerar muito e grave como ensaio para abrir precedentes.

O episódio obscuro é revelador da desorientação em que o PS caiu em matéria de

revisão. Não parece ter ainda uma linha segura em relação a algumas das principais cedências à direita que subscreveu no acordo com o PSD - como o voto dos emigrantes nas presidenciais, os poderes do Presidente da República, o estatuto das regiões autónomas, a matéria do direito eleitoral, a redução do número de deputados.

São cedências que, como se sabe, suscitam a maior oposição nos meios democráticos, incluindo dentro do próprio PS.

A credibilização do calendário relativo aos referendos da regionalização parece também preocupar o Governo e os dirigentes do PS para fingirem, pelo menos até às autárquicas, que cumprem promessas eleitorais.

O PS quer sobretudo ver-se livre o mais rapidamente possível de um processo, o da revisão da Constituição, que é um libelo acusador e irrefutável de como defraudou as esperanças de largos sectores que nele confiaram, não só pelo voto, mas até participando nos «estados gerais» e na chamada «nova maioria».

Como aconteceu outras vezes no passado da vida parlamentar e da vida do País, os dirigentes do PS não olham a meios para sair

de dificuldades e não hesitam sequer em criar precedentes que a direita usa depois largamente em seu benefício. Foi o que pretenderam fazer agora contando mais uma vez com o aliado para todo o serviço que é o PP.

Entretanto, os dirigentes do PS ao acusarem, nos últimos dias, o PSD de estar protelar os trabalhos da revisão têm declarado que até a podem dispensar, se o PSD julga que consegue assim inviabilizar o seu calendário da regionalização.

É claro que o PSD saboreia o acordo de revisão e boicota a regionalização, mas foram os dirigentes do PS que lhe deram as armas para uma coisa e outra. Ambos fazem agora chantagem.

O que se pergunta é como se pode estar pronto para fazer uma revisão da Constituição de tão graves implicações no plano social, económico, político e até nos domínios da unidade e soberania nacionais e ao mesmo tempo considerá-la tão facilmente dispensável?

Não lixem o País com tanta irresponsabilidade!

■ Carlos Brito

## Modernidade informativa

Até onde irá a lusa comunicação social dominante na aplicação do seu conceito de «informar»? Que limites terá a exibição quotidiana do seu «pluralismo», da sua «isenção», da sua «independência»?

Estas e outras semelhantes perguntas justificam-se na medida em que, quando qualquer leitor minimamente atento, perante um dos muitos momentos de indignidade informativa, desabafa um «isto é o máximo»... não tem de esperar muito para verificar que afinal o «máximo» ainda está para vir, e que, nessa matéria, as capacidades da supracitada comunicação social são inesgotáveis.

Veja-se o que se passa actualmente quer com as eleições autárquicas quer com o acompanhamento da actividade dos vários líderes partidários. Há candidaturas do PS e do PSD que chegam a ser anunciadas três vezes; antes, durante e depois da sua apresentação oficial. E quanto ao omnipresente Manuel Monteiro, esse confirma-se todos os dias como o preferido da dita comunicação social. Dir-se-ia que têm, rádios e jornais organizam as suas agendas a partir da agenda de Monteiro e onde quer que ele anuncie ir lá estão todos a perguntar-lhe o que pensa de determinada questão, ou o que não pensa sobre a mesma questão, ou o que pensa sobre o que os outros pensam dessa questão. Monteiro não falha a um único jornal televisivo e, por exemplo, o «Público» e o «Diário de Notícias» reservam-lhe, carinhosamente e todos os dias - a si e ao seu neofascista PP - uma parte do seu espaço (que nunca é menos de 1/4 de página e já tem atingido as 2 páginas).

Tudo é diferente, é claro, quando se trata do PCP ou da CDU. Coisa que se compreende dada a natural aversão dessa comunicação social a tudo quanto faça lembrar trabalho, honestidade, competência.

Para isso não há câmaras, nem fotógrafos, nem jornalistas disponíveis; e se há é, regra geral, para minorizar o discurso e a actividade dos comunistas e dos seus aliados.

Deixem-me contar-vos uma pequena estória: a Agência Lusa pediu aos mais de 70 órgãos de comunicação social seus clientes (têvês, rádios e imprensa regional) que elegessem aquele que consideravam ser «O autarca em 20 anos», ou seja, e ao que creio, o autarca que melhor consubstanciava, pela sua prática e pela sua obra, a essência do Poder Local Democrático. O pedido da Lusa teve as consequências previsíveis: o escolhido foi um autarca da CDU - no caso, Abílio Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Évora - e sobre a escolha e o escolhido tombou um profundo e quase geral silêncio. Silêncio que se estendeu à cerimónia da entrega do Prémio a Abílio Fernandes, ocorrido no sábado passado, na Exponor.

Imagine-se o que para aí iria se, em vez de um autarca da CDU, fosse escolhido um outro do PS ou do PSD... Mas lá que o facto era conhecido e incomodou muita gente, disso não há dúvidas. Daí a coincidência de, à hora em que Abílio Fernandes recebia o prémio, alguém distribuir na Exponor o número zero de uma coisa chamada «Folha das Regiões», na qual se atacava a gestão da CDU em Évora e se valorizava o candidato do PS à presidência dessa Câmara...

São exemplos destes e coincidências destas que nos tornam fácil detectar a diferença entre a pouca vergonha e a ausência dela.

■ José Casanova

# LISBOA

## 24 de Maio

### A luta continua!

Foi um grande comício este nosso Comício Internacional de Lisboa. Pela importância e oportunidade política do seu tema central. Pelo amplo leque e alto nível das forças políticas participantes. Pelo seu carácter de massas, em que é justo sublinhar a grande e aguerrida mancha de juventude e o esclarecido e combativo calor de solidariedade internacionalista que percorreu todo o comício. E mesmo, apesar das mudanças de última hora impostas por condições climáticas hostis, pela beleza do cenário que a onda de bandeiras vermelhas realçava.

No Campo Pequeno todos os oradores disseram em diferentes línguas duas coisas fundamentais. O desemprego e a regressão social não são uma fatalidade com que os trabalhadores e os povos tenham de conformar-se. O fortalecimento da cooperação e da solidariedade internacionalista, o desenvolvimento de acções comuns ou convergentes, é uma exigência fundamental da hora presente. Neste sentido, o Comício Internacional de Lisboa constitui sem dúvida um novo e importante marco no processo de aproximação e cooperação dos comunistas e de outras forças de esquerda e progressistas que, para ser consistente, se quer profundamente vinculado com a classe operária e as massas populares, enraizado nos seus problemas concretos e inseparável das suas lutas.

Sim, há solução para o gravíssimo problema do desemprego que afecta duramente todos os países da União Europeia e é hoje um dos grandes flagelos da Humanidade. As extraordinárias conquistas da ciência e da técnica tornam hoje possível que todos trabalhem trabalhando menos tempo. Se sucede precisamente o contrário, se milhões de seres humanos são brutalmente colocados à margem do processo produtivo, e reduzidos à condição de meros «excedentes», é porque o grande capital se apropriou e utiliza em proveito próprio essas extraordinárias conquistas da inteligência e da criatividade humana. E em lugar de factor material decisivo do progresso social e da emancipação humana, o progresso científico torna-se, nas condições do capitalismo contemporâneo e da acentuação do seu carácter explorador, injusto e desumano, um factor de opressão e regressão civilizacional.

A solução desta violenta contradição engendrada pelo capitalismo não está obviamente num novo tipo de «ludismo» desesperado e destruidor, mas no desenvolvimento da luta contra a ofensiva neoliberal e por profundas transformações económicas e sociais de natureza anticapitalista. A dinâmica da luta pelo direito ao emprego e pelo pleno emprego com direitos situa-se objectivamente na corrente da luta pela reestruturação revolucionária da sociedade, na perspectiva do socialismo.

Esta reflexão vai obviamente muito para além do âmbito em que se situou o nosso Comício e significa apenas que na nossa acção em torno de objectivos concretos e imediatos não perdemos de vista a perspectiva revolucionária mais ampla em que inserimos a nossa luta. Como também não perdemos de vista que, tendo sido o nosso Comício Internacional necessária e muito justamente limitado às forças que cooperam no âmbito do grupo da EUE/EVN do Parlamento Europeu, a exigência de cooperação dos comunistas e outras forças de esquerda e progressistas nem se esgota no espaço da União Europeia nem se contrapõe a uma mais ampla cooperação no plano europeu e mundial. A problemática que esteve no centro do comício de 24 de Maio é universal, como universal é hoje o sistema de exploração e opressão capitalista que a gera.

Entretanto, atentos e intervenientes no vigoroso movimento de resistência e lutas populares que se desenvolve por toda a Europa, estimulados pelo grande êxito do Comício Internacional de Lisboa, prosseguiremos com renovada confiança os esforços para unir todas as forças de esquerda e do progresso social na luta para fazer frente à «construção europeia» de Maastricht e por uma Europa de progresso social, paz e cooperação. Como foi veementemente sublinhado no Campo Pequeno, «a luta continua!» e, quaisquer que sejam as interdições impostas pelo poder dominante, acabarão sempre por ser os povos a decidir do seu próprio futuro.

■ Albano Nunes



Foto: Sérgio Morais

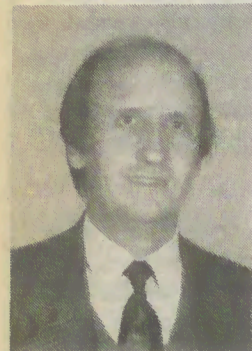
**Estudantes**

Outra música pr'ó Grilo



## Gazeta do Interior homenageia Carlos Vale

O jornal regional *Gazeta do Interior* elegeu, como melhor autarca do Distrito de Castelo Branco, o eleito comunista na Assembleia Municipal de Castelo Branco, Carlos Vale, também membro do executivo da DORCB do PCP. Por ocasião do seu 8º aniversário, o *Gazeta do Interior* promoveu uma auscultação aos seus leitores para que estes egessem as figuras da Região que mais se destacaram em 1996 em diversas áreas de actividade, sendo atribuído a cada vencedor um «Troféu Gazeta 96». O vencedor na área «Autarquias» foi Carlos Vale, eleito da CDU na Assembleia Municipal de Castelo Branco desde 1979, de quem o *Gazeta do Interior* afirma, na apresentação dos vencedores que fez nas suas páginas, que o prémio distingue Carlos Vale «pelo seu trabalho exemplar no estudo de todas as matérias e decisões a tomar pelo executivo, pela forma séria e empenhada como assume o seu papel como elemento do órgão fiscalizador da Câmara, pela sobriedade da sua postura», classificando-o como «uma figura que honra o Poder Local e o papel que devem desempenhar os membros das Assembleias Municipais, tantas vezes apagados pelos executivos que querem fazer daquele órgão uma caixa de ressonância das suas decisões».



Carlos Alberto de Sousa Vale tem 62 anos, é natural de Lisboa, militou activamente na campanha do general Humberto Delgado, fez parte das Comissões Democráticas Eleitorais de 1961 a 1969, tendo tomado parte activamente no 2º Congresso Republicano de Aveiro e no 3º Congresso da Oposição Democrática, tendo sido candidato da CDE pelo Círculo Eleitoral de Castelo Branco. É eleito da Assembleia Municipal de Castelo Branco desde 1979.

## Abílio Fernandes, «O Autarca em 20 anos»

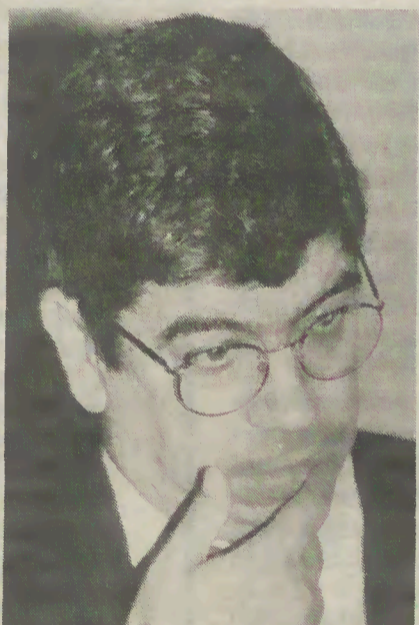
Abílio Fernandes, presidente comunista da Câmara Municipal de Évora, foi eleito «O Autarca em 20 anos», numa votação de todos os órgãos de Comunicação Social portugueses que são assinantes dos serviços noticiosos da Agência Lusa. A iniciativa partiu da Agência Lusa, que decidiu homenagear todos os autarcas portugueses e o seu papel no quadro do Poder Local «que ajudou a transformar Portugal», através da eleição do «Autarca em 20 anos» por votação secreta, onde foram eleitores todos os órgãos de Comunicação Social seus assinantes. O escrutínio realizou-se entre 14 e 20 de Maio e o autarca escolhido foi Abílio Fernandes, entre todos os presidentes e ex-presidentes de Câmara em Portugal. Esta iniciativa da Lusa realizou-se durante o certame que a Associação Nacional de Municípios (ANMP) organizou na Exponor entre 20 e 25 de Maio para assinalar 20 anos de Poder Local democrático no nosso país. Abílio Fernandes recebeu uma lembrança assinalando a sua distinção como «O Autarca em 20 anos» durante



um cocktail organizado pela Lusa na Exponor a 24 de Maio, na presença de numerosos autarcas de todo o País igualmente convidados para a cerimónia.

## «Privados» no Totobola

Privatizar a gestão do Totobola é «algo que não me repugna», afirmou este fim-de-semana o Ministro da Solidariedade, Ferro Rodrigues, que



tutela a Santa Casa da Misericórdia, até aqui exclusiva detentora da gestão deste tipo de lotarias. Pormenorizando a sua posição, o Ministro defendeu a entrada na gestão do Totobola dos «agentes desporti-

vos e por via disso contribuir para o aumento das receitas do jogo». Esta posição do Ministro Ferro Rodrigues contraria frontalmente a posição assumida sobre a matéria dois dias antes por um seu

colega no Executivo, o Ministro da Presidência e da Defesa, António Vitorino, que havia afirmado ser «impensável» a saída da gestão do Totobola da alçada da Santa Casa da Misericórdia.

## Novo avanço dos talibans

Os chamados *talibans*, grupo de guerrilha fundamentalista organizada por estudantes islâmicos do Afeganistão e apoiada pelo regime do Paquistão, entraram esta semana em Mazar-i-Sharif, quartel-general de Abdul Rachid Dostam, que os conquistadores afirmam ter fugido do país. Dostam tem sido um dos principais resistentes militares às investidas dos fundamentalistas no Afeganistão. Este novo avanço dos *talibans* concretizou-se após meses de cerco à região, reivindicando estes o controlo completo das províncias setentrionais de Jozjan e Sar-e-Pol. O Paquistão aproveitou a oportunidade para se tornar o primeiro (e até agora único) país a reconhecer o regime dos *talibans* instalado em

Cabul desde Setembro do ano passado, que imediatamente impôs as regras fundamentalistas mais primárias a toda a população, em particular a feminina, perante a apreensão do próprio regime fundamentalista iraniano, acompanhado nas suas preocupações pela Rússia e as ex-Repúblicas soviéticas vizinhas do Paquistão. Entretanto, o Governo russo advertiu já os *talibans* contra qualquer violação das fronteiras das antigas Repúblicas soviéticas vizinhas do Afeganistão - o Usbequistão, o Turcomenistão e o Tajiquistão - ameaçando que tais violações conduziram de imediato ao accionar de «um mecanismo de segurança colectivo» através do qual a Rússia se compromete a proteger esses Estados.



## FRASES

“Cavaco Silva dizia que um bom governo se mede pelo crescimento económico, que quando é maior do que o da Comunidade Europeia indica que estamos no bom caminho. Estamos portanto a cumprir os critérios do bom Governo do professor Cavaco”

Jorge Coelho  
“Expresso”

“As estações privadas não podem ser canais de publicidade com programas no meio”

Manuel Maria Carrilho  
“Expresso”

“O PSD sabe, de antemão, que não poderá utilizar como armas de arremesso contra o PS os eventuais aspectos negativos da moeda única europeia e do tratado de Maastricht reformado”

Vitalino Canas  
“DN”

“Ao adoptarem o essencial do pensamento único que domina os sistemas políticos ocidentais, os novos Trabalhistas estão a fazer ao Partido Conservador o mesmo que o PS fez ao PSD”

Manuel Villaverde Cabral  
“DN”

“Há dias em que vejo o Telegazeta e fico arrepiado”

Jorge Coelho  
“Expresso”

“Depois de privatizar tudo, depois de vender todos os créditos a preço de saldo, depois de fazer a regionalização... de que vai o Estado viver no futuro?”

Miguel Sousa Tavares  
“Público”

“Sendo que a Espanha já controla a água que recebemos e os alimentos que comemos, espere-mos que os vizinhos nunca se zanguem connosco a sério”

Miguel Sousa Tavares  
“Público”

“Não haverá alterações ao que está feito. Até ao ano 2000 têm de me aturar assim”

Alberto João Jardim  
“Público”

“Queremos que haja prescrições. O conceito de estudante elegível é transparente, claro, rigoroso e exigente”

Marçal Grilo  
“Público”

“Vamos votar o retorno à situação anterior, à ideia de propina que vigorava no tempo de Salazar e Caetano”

Pacheco Pereira  
“Público”

## Telecom soma e segue

Segundo afirmações ao *Diário de Notícias* da Secretária de Estado da Habitação e Telecomunicações, Leonor Coutinho, a Portugal Telecom vai prosseguir a estratégia de concentração, absorvendo as empresas Marconi e Telepac. Esta concentração monopolista surge no quadro das privatizações que o

Governo de António Guterres tem prosseguido em marcha forçada, explicando a Secretária de Estado que esta ainda maior concentração monopolista do sector das telecomunicações no nosso país é necessária «face à globalização dos mercados e à liberalização».





## EM FOCO

«**Q**ue os povos decidam o futuro da Europa.» Os milhares de pessoas que encheram o Campo Pequeno, em Lisboa, no sábado passado, puderam ler esta frase em diversas línguas. Mais do que isso, puderam manifestar a sua vontade de mandar nos seus destinos e reivindicar uma União Europeia de progresso social, paz e cooperação conjuntamente com representantes de 14 partidos de 10 países. Uma jornada de luta e de solidariedade internacional a demonstrar que a esquerda europeia está viva e cada vez mais forte.

Porque a união faz a força, milhares de pessoas juntaram-se em Lisboa, no sábado, exigindo a criação de novos postos de trabalho, a manutenção dos direitos conquistados, o aumento dos salários e a diminuição dos horários de trabalho. Com os mesmos objectivos irá decorrer em Madrid, no início de Julho, o «Encontro das Forças Progressistas de Esquerda da Europa».

As preocupações passam pela necessidade de um desenvolvimento económica e ecologicamente equilibrado, pelo bem-estar geral das populações, pelo diálogo entre cidadãos e governos, por um referendo à revisão do Tratado de Maastricht e à moeda única, a travagem do reforço da Nato.

Como disse Carlos Carvalhas na sua intervenção, os manifestantes vieram a Lisboa afirmar que «o caminho da modernidade e do progresso, não é entrar no século XXI com o cortejo das chagas sociais e com as conquistas e direitos dos trabalhadores ao nível do princípio do século, mas sim lutar por avanços de civilização, pela construção de uma nova sociedade num projecto humanista, enriquecido e renovado que acolha o melhor do património já conquistado pelo movimento popular e que esteja aberto para as necessidades que o devir histórico seguramente trará».

Apresentado por Ruben de Carvalho, membro do CC do PCP, o comício iniciou-se com uma saudação de Albano Nunes, do Secretariado do CC, a quantos «vieram a Lisboa para partilhar connosco reflexões, experiências de luta e propostas para combater o desemprego, defender direitos e conquistas sociais alcançadas por décadas de dura luta, construir uma Europa de progresso social, paz e cooperação».

Como sublinhou Albano Nunes, «a sua presença entre nós representa por si só um valioso estímulo à luta dos comunistas e dos trabalhadores portugueses», e significa sobretudo, **que o que nos une é muito mais forte do que aquilo que possa separar-nos**. Uma realidade que radica no facto de todos estarem «animados de uma vontade comum: dar resposta ao flagelo do desemprego e outros gravíssimos problemas sociais que percorrem todos os países da União Europeia, abrir caminho a alternativas de progresso social, reforçar a nossa cooperação e solidariedade».

Catorze partidos de dez países diferentes participaram no comício, conscientes de que para problemas comuns há que encontrar respostas e formas de luta comuns. As intervenções, lidas em português por Fernanda Lapa e Cândido Mota, encontraram eco no entusiasmo dos milhares de manifestantes que transformaram a jornada de luta numa verdadeira festa de solidariedade internacional. Uma festa que começou ao som vibrante dos foguetes e continuou com o ribombar das caixas e bombos que pontuaram cada intervenção.

E não foram apenas portugueses que ouviram e aplaudiram os seus representantes. Grupos de espanhóis, italianos e alemães também se deslocaram a Portugal para lutar por objectivos que são de todos os europeus. O número de bandeiras vermelhas desfaldadas a par de outras unitárias era incontável.

Isso mesmo nos disse o primeiro espanhol que encontramos: «Vim aqui hoje por causa desta iniciativa das esquerdas europeias, das esquerdas transformadoras, algo muito importante no contexto da política geral que está em curso. É necessário que haja uma espécie de frente comum a nível europeu.»

O seu filho, um estudante de 20 anos, apela também à união: «As perspectivas dos jovens são muito negras, muito escuras. A juventude comunista tem de se unir agora, não mais tarde. Se não fizermos nada agora, quando faremos?»

A mesma opinião tem outro jovem, este português, de 25 anos, empregado no Arsenal do Alfeite: «Os jovens podiam desempenhar uma papel mais importante, se fossem mais informados. Os *mass media* não informam muito ou tentam camuflar



## Comício internacional

# A Europa veio a Lisboa

o que se passa na realidade. Além disso, a maioria dos jovens tem medo de se sindicalizar especialmente os que estão a contrato ou que trabalham em empresas pequenas.» Quanto ao comício, diz que «esta é uma iniciativa simbólica, mas devia ser muito mais abrangente».

## Mais de 20 milhões de desempregados

O emprego é uma das principais preocupações de todos os europeus, e dos portugueses em particular. Oficialmente existem 20 milhões de desempregados na União Europeia e a tendência é para aumentar. Nestes números não estão incluídos aqueles que trabalham temporariamente, em empregos instáveis e precários. Grande parte deste grupo é constituído por jovens e mulheres.

## «O internacionalismo é fundamental»

Segundo todos os nossos entrevistados, a saída deste problema só será possível com uma alternativa ao neoliberalismo e às políticas de direita. Uma batalha em que a solidariedade dos povos deve desempenhar um papel importantíssimo.

Nas bancadas do Campo Pequeno encontramos Oliviero di Liberto, presidente do grupo parlamentar da Refundação Comunista (Itália), que partilha essa opinião: «O internacionalismo é fundamental no nosso mundo. A situação é muito difícil, mas vamos vencer com a unidade dos trabalhadores».

Um outro cidadão de Itália acrescenta que «duas das medidas concretas para resolver pelo menos parcialmente este problema é a redução dos horários de trabalho e a paridade de salários. Esta luta será eficaz através de movimentos nacionais muito fortes, mas também com uma interajuda do movimento operário a nível europeu. Iniciativas como esta ajudam a esquerda de toda a Europa a prosseguir as suas batalhas por causas e objectivos comuns.»

A defesa dos trabalhadores foi o principal objectivo deste *meeting*. «Este tipo de iniciativa é muito recente, mas mostra acima de tudo que a união é muito importante contra o federalismo», afirma Daniel Santana, de 21 anos, estudante de História de Arte. Os problemas são muitos e entre eles está a xenofobia: «Há muitos exemplos de racismo. Os países barram a entrada aos imigrantes, agem contra eles de várias formas. Em toda a Europa assistimos a isso: na Alemanha, na França, em Portugal há muitas vítimas de racismo.»

Quanto ao seu futuro, Daniel reflecte uma preocupação partilhada por milhões de outros estudantes: «Estou

num curso em que no fim não há perspectivas, não há apoios nenhuns. O mercado de trabalho, no que diz respeito ao ensino por exemplo, está muito preenchido. Não há vias para quem quer seguir o caminho da investigação ou da museografia. A realidade é que não há saídas para isso. Por isso, sabemos há partida que estamos muito limitados em termos de emprego», explica.

Como afirmou Albano Nunes, este Comício Internacional de Lisboa constituiu uma «clara confirmação de que há forças empenhadas na luta, de que é possível inverter num sentido progressista o rumo de uma «construção europeia» dominada pela lógica do grande capital», e projecta «um novo e forte sinal de confiança num futuro melhor».

Ao som da Internacional, do «Avante!» e de «Unidos Venceremos!» - que muitos ouviram com emocionadas lágrimas nos olhos - partiram com novo ânimo para a luta de todos os dias. O próximo encontro ficou marcado para Madrid.



É por isso que Manuel Pereira, pai de dois filhos, um deles desempregado e outro em vias de o ser, veio ao comício internacional. «Estou aqui pelos meus filhos e contra o desemprego em geral. Este é um meio para tentarmos modificar alguma coisa, com a luta de todos os camaradas presentes. O Governo não dá apoio à maior parte dos jovens, em vez de os ajudar cada vez os atraiçoar mais», acusa.

Augusta Silva, actualmente a trabalhar como empregada doméstica, também refere o Governo como responsável pela actual situação: «O senhor engenheiro Guterres fez o favor de prometer coisas e não está a cumprir.» «Nós viemos do Porto para lutar contra o desemprego e o custo de vida, e com toda esta gente dá mais gosto, mais vontade de vir», acrescenta.

Assunção Almeida, de 47 anos, sublinha as dificuldades que se levantam àqueles que lutam: «É difícil os trabalhadores estarem mobilizados, porque há muita repressão nas empresas. As perdas de direitos têm sido muitas e as pessoas têm muito medo de perder o emprego».



**COMÍCIO  
INTERNACIONAL  
DE LISBOA**  
24 Maio (Sábado)  
Campo Pequeno

# Os discursos do Comício

## Reforçar a luta e solidariedade dos trabalhadores e dos povos

**Carlos Carvalhas**

Secretário-geral do Partido Comunista Português

Quero, em nome do Partido Comunista Português, começar por saudar todos os participantes e muito especialmente os nossos convidados estrangeiros neste Comício Internacional, cuja realização é, só por si, uma significativa manifestação de esperança e confiança no futuro, e um contributo para o reforço da cooperação entre forças da esquerda e progressistas.

De forças que, independentemente das diferenças e dos distintos percursos, aqui quiseram demonstrar a sua luta comum e oposição à ofensiva do grande capital contra o emprego com direitos, os salários reais e o desmantelamento dos sistemas de segurança social.

A sua luta comum pela transformação da vida e por uma outra Europa.

De forças que recusam o credo neoliberal e os dogmas do pensamento das classes dominantes, o chamado «pensamento único», mostrando que há alternativas, outras propostas, outras medidas e outros projectos.

Pela nossa parte, pensamos que perante a Europa de Maastricht e a ofensiva global contra as conquistas dos trabalhadores e dos povos e a complexidade das questões que temos pela frente, mais necessário se torna a nossa reflexão conjunta, a solidariedade, as intervenções e as lutas comuns, complementares ou convergentes.

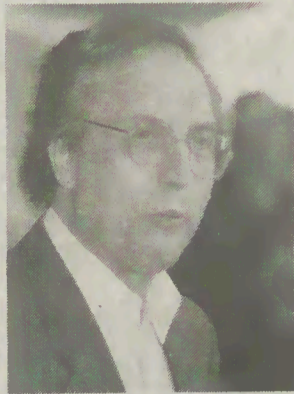
Tendo naturalmente em conta as especificidades de cada país há muitos objectivos que podem congregiar os nossos esforços comuns, como sejam: a luta para que sejam os povos a decidir do futuro da Europa, a luta pela redução do horário de trabalho sem perda de salários, pelo emprego com direitos, pela taxa-ção dos movimentos de capitais especulativos e parasitários que alimentam a economia de casino. Bem assim como, o combate pela harmonização progressiva e por cima das conquistas sociais, e por uma integração europeia que tenha por objectivos centrais não a acumulação do capital financeiro e a dominação, mas a convergência real das economias, o diálogo das culturas, a paz e o desenvolvimento com a sua dimensão social e ambiental. E manifestando-nos por uma Europa de paz, há também a convergência da luta contra o reforço e o alargamento geográfico da NATO.

As forças do grande capital é necessário opor o reforço da luta e da solidariedade dos trabalhadores e dos povos.

Pela nossa parte rejeitamos e combatemos as «milongas» e os fundamentalismos dos que pretendem condicionar as consciências procurando fazer crer às populações de que não há alternativa ao capitalismo e ao desemprego, que os jovens de hoje, e os trabalhadores do amanhã, têm que se habituar, em nome da modernidade, a terem por vezes

trabalho mas a não terem emprego, como se este fosse um privilégio e não um direito. A procurarem fazer crer em nome da modernidade, que o pleno emprego é uma utopia, que a acentuação das desigualdades, a pobreza, a exploração e a polarização da riqueza pertencem à ordem natural das coisas...

Entendemos que o caminho não é o da «adaptação», não é a abdicação da luta para se ter a respeitabilidade do grande capital, nem é ter-se uma prática de direita e um discurso hipócrita com a



afirmação da «sensibilidade social», mas sim, o da coerência entre as palavras e os actos, o do combate firme pelo emprego, pelos salários e pelos direitos, o da luta pelo aprofundamento da democracia em todas as suas vertentes.

Os povos resistem e lutam. No nosso país a dimensão das comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, a luta pelas 40 horas e, entre outras, as lutas dos ferroviários, dos professores e estudantes, dos trabalhadores do STAL, da Siderurgia, do Sector Naval e da Grundig – que daqui saudamos – aí estão a comprová-lo.

Nós dizemos não à Europa de Maastricht, aos seus critérios, à sua União Económica e Monetária e ao seu Banco Central sem qualquer controlo democrático.

O caminho da modernidade e do progresso, não é entrar no século XXI com o cortejo das chagas sociais e com as conquistas e direitos dos trabalhadores ao nível do princípio do século, mas sim lutar por avanços de civilização, pela construção de

uma nova sociedade num projecto humanista, enriquecido e renovado que acolha o melhor do património já conquistado pelo movimento popular e que esteja aberto para as necessidades que o devir histórico seguramente trará.

Aos nossos amigos, aos nossos convidados, às forças de esquerda queremos aqui reafirmar que continuaremos a lutar por uma União Europeia de emprego, de «coesão económica e social», de paz e cooperação. Queremos aqui reafirmar que podem contar sempre e sempre com a solidariedade activa do Partido Comunista Português. De um Partido, que não esquece que a grande causa a que consagra a sua luta é também uma grande causa universal, que não esquece a contribuição e o apoio que decorre para a sua própria luta, das experiências, das reflexões, dos êxitos e dos avanços das forças progressistas de outros países. A luta continua!

Viva a cooperação entre as forças da esquerda e progressistas!

Viva a solidariedade e a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores!

## Uma Europa alemã jamais deverá existir

**Lothar Bisky**

Presidente do Partido do Socialismo Democrático – PDS

Transmito-vos as saudações calorosas dos membros do PDS da Alemanha. Estou certo que este grandioso comício aqui em Lisboa, na capital do país da revolução dos cravos, irá ser marcante. Irá mostrar que a esquerda na Europa está viva e sobretudo determinada em combater em conjunto o rumo neoliberal de Maastricht e a opor-se à marcha aventureira para a união monetária do capital. Empenhamo-nos por uma perspectiva alternativa de desenvolvimento do nosso continente. Por isso exigimos do encontro dos Chefes de Estado e de Governo em Amsterdão uma revisão profunda do Tratado de Maastricht e não apenas uma operação de cosmética.

O PDS é a favor da unidade europeia. Queremos uma Europa realmente democrática, social e respeitadora da natureza, uma Europa sem xenofobia e não militarizada. Mas o que vimos hoje é uma Europa que querem construir à força, pela ditadura económica, monetária, dos bancos e do capital, e à revelia das pessoas. As preocupações e aspirações diárias, dos cidadãos ficam pelo caminho. O sonho da ideia europeia, que nasceu das lutas da 2ª guerra mundial, corre o risco de desaparecer.

O Governo alemão pretende assumir o papel de líder da Europa. E é ele que quer transformar a Europa numa força militar independente. É ele que bloqueia a realização do 4º programa contra a pobreza e é ele que afirma publicamente que o Tratado de Maastricht e a união monetária «exportam a alma do marco alemão para a Europa». Mas uma Europa assim, uma Europa alemã, jamais deverá existir!

Na Alemanha rica, o número oficial dos desempregados registados atingiu o recorde do pós-guerra com 4,6 milhões de desempregados. As regiões que chegam a atingir 25% de desemprego são testemunho das consequências negativas do percurso económico neoliberal. Mas isto não chega. Há poucos dias o Ministro das Finanças confessou pela primeira vez publicamente que, para se realizar o EURO, os cidadãos iriam ser chamados a contribuir com o seu dinheiro. Face aos buracos do orçamento de Estado na casa dos biliões, vão ser aplicadas mais reduções das prestações sociais, e serão os socialmente mais fracos que irão ter que fazer sacrifícios para o EURO. Já foram anunciados cortes nos orçamentos das regiões e dos muni-

cípios no quadro de um chamado «pacote de estabilidade interna». Participações estatais na Telecom, nos Correios, na habitação estatal, etc., deverão ser vendidas. E nem se detêm para perante a «prata da casa» da nação, o ouro do Bundesbank.

Mas uma União Económica e Monetária Europeia, que está dependente de truques contabilísticos pouco transparentes, que toma decisões vitais à porta fechada, e que se revela como a união dos desempregados, não terá perspectivas de futuro. A casa europeia só terá sucesso se for construída pelas cidadãs e cidadãos de uma forma democrática. É por isso que nós queremos que para decisões como o Tratado de Maastricht II ou a introdução do EURO, se façam referendos e estas decisões sejam legitimadas democraticamente. É necessária uma mudança decisiva da política, para que a Europa volte a ganhar em atracção e a aceitação dos seus cidadãos. A prioridade máxima terá que ser o combate ao desemprego em massa e ao aumento da pobreza. São urgentes e necessários programas interactivos de emprego ao nível nacional e europeu.

O modelo social que nasceu

na Europa não pode ser sacrificado ao EURO. Por isso o PDS luta para que a união monetária seja completada e corrigida com uma união social e de emprego. O caso Renault não é único. O «dumping» salarial praticado pelas empresas nas grandes obras de Berlim é um exemplo duma forma deliberada de atiar operários com passaportes diferentes uns contra os outros. Mas conosco, internacionalistas, isso não irá ter sucesso!

Nós exigimos:

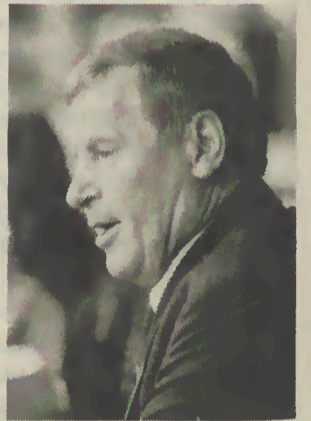
– Inclusão de um Estado Social, consolidação da Carta Social e do acordo sobre política social no Tratado da UE!

– Introdução de critérios de convergência social, como por exemplo que o desemprego não poderá atingir mais de 2% acima da média do país com o índice mais baixo!

– Definição dos níveis sociais nacionais actuais como níveis mínimos no Tratado da UE, com o compromisso paralelo de se trabalhar passo a passo para a sua elevação!

– Inclusão de um capítulo sobre o emprego no Tratado da UE e ligação da atribuição de subsídios e apoios estatais à criação de novos postos de trabalho!

– Redistribuição dos postos



de trabalho existentes através da redução radical do horário de trabalho, com a aprovação de uma lei no quadro da UE!

– O direito supranacional sindical à greve estabelecido no Tratado!

– Todos os trabalhadores deverão ter direito no seu local de trabalho ao vencimento mínimo estabelecido localmente!

Nós sabemos que quem luta pode perder. Mas quem não luta, já perdeu!

A esquerda tem a grande responsabilidade de impor que o processo de integração não prossiga à *la Maastricht* e que o grande capital e os grandes empresários a nível europeu sejam remetidos para o seu lugar. Este comício hoje é um grande impulso nesse sentido. Mostramos que somos capazes de solucionar os nossos problemas em conjunto e solidariamente!





## Europa de Maastricht foi à falência

**Andreas Christou**

Membro do Bureau Político e do Secretariado do CC do Partido AKEL (Chipre)

Permitam-me, em nome do Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre - AKEL, dirigir uma calorosa e militante saudação a este Comício organizado pelo Partido Comunista Português, por uma Europa de Progresso Social, Paz e Cooperação.

Em primeiro lugar, queridos camaradas, tendo em conta o 40º Aniversário do estabelecimento da União Europeia, devemos responder a uma questão fundamental: A União Europeia do Tratado de Maastricht, da União Económica e Monetária e do Livro Branco, é a Europa encarada no passado e encarada ainda hoje pela Esquerda, pelos partidos do progresso social e do socialismo?

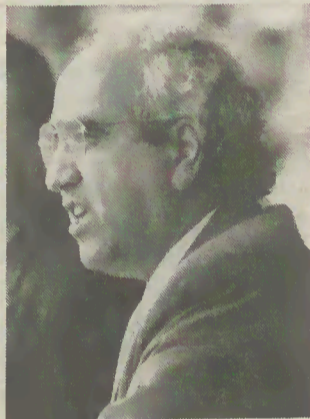
Certamente que não. Hoje, quando o primeiro período de cinco anos desde a assinatura do Tratado de Maastricht está passado, tornámo-nos testemunhas de uma Europa de déficits sociais, de desemprego e pobreza.

Desde há anos que o desemprego continua a ser como um dos mais sérios problemas da Europa. O número de desempregados já ultrapassou a marca dos 18 milhões, ou seja, a 11% da força de trabalho. E infelizmente, as perspectivas estão longe de serem boas. De acordo com as previsões, nos próximos anos o desemprego continuará nos mesmos níveis elevados, crescendo em 250.000 pessoas por ano, e afectando principalmente a juventude e as mulheres.

Ainda mais desoladores são os dados sobre bem-estar social, ou melhor dito, sobre pobreza na Europa. Os números respeitantes à europobreza são verdadeiramente esmagadores. Os pobres na Europa de Maastricht somam 57 milhões de pessoas, ou seja, 17% da população. Por outras palavras, um em cada 6 europeus vive abaixo do limiar de pobreza socialmente aceitável. Os desempregados encontram-se na pior situação, a par dos trabalhadores com baixos salários e dos sem-casa.

A Europa de Maastricht foi à falência. O desenvolvimento social e económico da Europa foi ficando refém e tem sido estrangulado pelos critérios de convergência de Maastricht. As opções neoliberais levaram as economias nacionais à paralisia, destruindo os sistemas de protecção social e eliminando o estado de bem-estar social.

Infelizmente, a maioria dos governos dos Estados Membros



da União Europeia não aparentam estar na disposição de proceder a correcções radicais nos enormes falhas do Tratado de Maastricht. Esta realidade reforça a necessidade de coordenação e cooperação entre as forças da esquerda e do progresso social, pela acção comum por uma Europa social democrática e pacífica.

Só as forças da Esquerda e do progresso social, forças que colocam no centro das suas políticas o homem e as suas necessidades,

podem conjuntamente apresentar, opondo-se ao anteriormente mencionado, uma política progressista alternativa que deve incluir:

1. A revisão radical do Tratado de Maastricht
2. A luta contra o desemprego, a incorporação obrigatória da "Carta Social" no Tratado e a promoção da coesão social;
3. A democratização das instituições da União Europeia e a salvaguarda de todos os direitos humanos;
4. Uma nova política de segurança para a Europa, porque o conceito para uma segurança europeia universal não é servido pela NATO e sua expansão a Leste. O que a Europa precisa, como todo o mundo, é da construção de um sistema mundial de segurança universal, sob a égide de umas Nações Unidas claramente mais democráticas.

O AKEL une a sua força e a sua voz pela acção comum por uma Europa diferente. Uma Europa dos povos, da democracia, da paz e da cooperação. Uma Europa dos trabalhadores e do Socialismo.



## Ver-nos-emos em Madrid

**Julio Anguita**

Coordenador-Geral da Esquerda Unida de Espanha

A 11 de Maio e a 8 de Junho de 1996 iniciámos em Paris e em Madrid, respectivamente, um processo que, em nossa opinião, deve ser aprofundado. Se queremos ser consequentes com os nossos princípios e propostas, só nos resta um caminho: avançar na crescente identidade política e programática dos que aqui estamos. Para a Esquerda Unida, este Comício de Lisboa deve ser a ratificação, com um maior empenho, do que começámos há 12 meses.

Há um ano, denunciávamos os perigos da aplicação dos critérios de convergência de Maastricht. Hoje pomos o acento na denúncia e na advertência das duríssimas medidas que em política económica e social estão incluídas no chamado Pacto de Estabilidade, que cairão implacavelmente sobre os trabalhadores e assalariados da União Europeia.

As consequências mais imediatas e de maior impacto começam a imergir nas decisões dos governos e nos conselhos do Bundesbank, do G-7 ou do Fundo Monetário Internacional:

- eliminar o objectivo de luta contra o desemprego como prioritário para a União Europeia, deixando a responsabilidade da sua erradicação aos governos nacionais, que, por sua vez, têm que seguir a política económica e social marcada pelos critérios de convergência para a moeda única, e pelos compromissos do Pacto de Estabilidade;

- subidas salariais abaixo da inflação;
- maior precariedade e desregulamentação do mercado laboral.

É nossa obrigação, como homens e mulheres da esquerda, elevar o nosso olhar acima para atentar no futuro dos nossos povos e no futuro das trabalhadoras e trabalhadores.

Onde estão os postos de trabalho para os nossos homens e mulheres? Em que lugar ou com que política se assegura aos jovens a concretização desse direito humano chamado Direito ao Trabalho?

Que fazemos nós para impedir tal futuro? O que nos une aqui aos presentes é, praticamente, tudo. E se nos sentimos unidos na denúncia de uma situação, devemos sentir-nos crescentemente unidos numa dupla e simultânea resposta desde cada país:

1. coordenar as acções de luta de tal forma que possamos ir, passo a passo, a jornadas e acções em que se visualize de forma crescente a capacidade de resposta da esquerda, o que

implica, também, um processo de diálogo com os sindicatos europeus;

2. elaborar uma alternativa política e programática baseada no desenvolvimento de uma ideia central: construir um Estado de bem-estar onde as grandes propostas alternativas (redução da jornada laboral, partilha do trabalho, desenvolvimento económico e ecologicamente sustentável, novos conceitos de qualidade de vida) anunciem a presença de um mundo novo.

Os aqui presentes devemos renovar o nosso compromisso com os trabalhadores e com a juventude. E isto só é alcançável lançando a nossa visão e o nosso compromisso de trabalho conjunto por sobre as fronteiras. Devemos recolher a mensagem que nos chega através da memória histórica: o internacionalismo.

Construamos uma Europa dos trabalhadores, cada vez mais unida económica, social e politicamente, sob o signo da emancipação, da concretização dos ideais de justiça e de igualdade.

A resposta deve dar-se em toda a União Europeia e mais além dela; essa é a nossa obrigação, isso é o que se nos vai exigir e isso é o que dá sentido a este comício.

Os aqui presentes e outros mais voltaremos a reunir-nos em Madrid nos dias 5 e 6 de Julho, para continuar trabalhando numa construção comum de respostas e de projectos alternativos no que se refere à construção europeia e aos desafios da

paz. O «Encontro de forças progressistas e de esquerda da Europa» que terá lugar em Madrid – de que a Esquerda Unida será a anfitriã – e as actividades que se lhe sigam em outras capitais europeias, os esforços aplicados a coordenar a luta, a ampliar o suporte social da mesma e a elaborar uma proposta programática comum, devem ser, na nossa opinião, o que dá sentido à nossa acção política e a iniciativas como a de hoje.

Redobremos, por exemplo, as nossas energias de luta e a nossa capacidade para gerar coesão social em torno da reclamação de referendos contemporâneos sobre a revisão do Tratado de Maastricht em cada país membro da União Europeia, explicitada na nossa campanha comum "Que os povos decidam do futuro da Europa!"

E da mesma maneira, oponhamo-nos ao reforço funcional e à ampliação geográfica da NATO, uma instituição proveniente da "guerra fria" incapaz de garantir a segurança na Europa.





**COMÍCIO  
INTERNACIONAL  
DE LISBOA**

24 Maio (Sábado)  
14.30 h. - Tempo Pequeno

EM FOCO

# Os discursos do Comício

## Temos força para mudar de rumo

**Tapani Kaakkuriniemi**

Aliança da Esquerda da Finlândia

Um espectro passeia-se pela Europa, o espectro do desemprego maciço. Em quinze anos, a natureza do trabalho sofreu uma transformação drástica. Até aos anos 80, um trabalhador ou uma trabalhadora eram apreciados de acordo com o seu trabalho e a sua existência dependia estreitamente das oportunidades de trabalho remunerado. Nesses tempos, a sociedade e os mecanismos do mercado eram considerados como responsáveis pelo desemprego. Agora, cada vez mais pessoas são excluídas do trabalho remunerado e da segurança social. Diz-se-lhes que não são suficientemente capazes, num mercado de trabalho em mudança, porque perderam os seus empregos. Camaradas, isto não está certo! A política monetarista e neoliberal dos governos da Europa Ocidental não garante a segurança social. Dividem as pessoas em dois grupos: os que conseguem sobreviver e viver bem e os que não podem satisfazer as suas necessidades. Esta política gera miséria. Quem pode mudar isto? Nós, camaradas, nós que militamos nos partidos comunistas e de esquerda!

Os valores centrais da Esquerda dão relevo à justiça social e à igualdade, bem como à responsabilidade ecológica e ao internacionalismo. Assim é também para o nosso Partido, a Aliança de Esquerda da Finlândia. Há três semanas, o Partido reafirmou uma resolução em que declara o pleno emprego como o objectivo central do Partido, tanto internamente como a nível europeu.

Na Finlândia a taxa, do desemprego é de 17% e cerca de 6% da população são desempregados de longa duração, muitos foram já completamente marginalizados de qualquer actividade. Dezenas de milhar de jovens nem sequer encontram primeiro emprego. Necessidade e miséria, que se julgavam ultrapassadas, são hoje parte do dia-a-dia do meu País. O desemprego das mulheres, comparado ao dos homens, é ainda pior.

Investidores de capital e corporações gigantescas podem agora pressionar com maior sucesso os governos, bancos centrais e organizações sindicais. A questão política, chave, no plano nacional, no plano europeu e no plano mundial, será, nos anos mais próximos, a questão de encontrar um antídoto ao domínio das forças de mercado.

Em consequência, a Esquerda tem de construir uma estratégia internacional conjunta que combine acções locais com uma responsabilidade e um pensamento globais.

Até aqui, era corrente acreditar-se que o crescimento económico criava empregos. Isto já não é assim. Quando a produtividade do trabalho, devido à introdução de novas tecnologias, cresce mais do que a produção, então é imperativo reduzir o tempo médio de trabalho, se não quisermos conformar-nos com o desemprego maciço permanente. E, camaradas, nós não nos conformaremos com a miséria!

A alternância do trabalho abre possibilidades que importa serem compreendidas pelo maior número possível de empresas e instituições. No nosso País, a Lei das Licenças

Prolongadas, proposta em 1991 pela Aliança de Esquerda, está nesta altura em elaboração. A experiência do regime de trabalho em dois turnos diários de seis horas deu bons resultados. Outras medidas são necessárias, com planos de reforma flexíveis e empregos com perfis individuais. Vários modelos de rendimento dos cidadãos devem ser experimentados.

O sector público é particularmente importante quando se criam empregos para mulheres. A assistência social não deve ser desmantelada nem intencionalmente privatizada. Nos empregos municipais as pessoas são compelidas a gastar-se até ao esgotamento. A partilha de trabalho pode ajudá-los a criar novos empregos no sector público.

A Aliança de Esquerda da Finlândia apoia decididamente o objectivo do pleno emprego na União Europeia. Em vez da orientação monetarista de hoje, a União Europeia precisa agora duma política de emprego adaptada à conjuntura. Mas a responsabilidade última cabe aos estados-membros e seus governos. Sozinho, nenhum de nós é



suficientemente forte para determinar uma correcção das políticas governamentais. É preciso o apoio massivo do povo trabalhador.

Assim, temos de cooperar com o movimento sindical para fazer a exigência políticas que promovam o emprego. Temos de fortalecer a aliança das forças de Esquerda na Europa, porque o problema do desemprego é transnacional. E só pode

ser resolvido pelo fortalecimento da frente anti-imperialista! Por isso aqui estamos com esta grande massa de gente consciente.

O direito ao trabalho é um dos direitos humanos fundamentais. É preciso que ele se cumpra! Unidos venceremos! Como movimento de massas e como partidos políticos temos força suficiente para mudar de rumo! Vamos em frente!



## Pela Europa social

**Jordi Guillot**

Porta-Voz do Grupo Parlamentar da Iniciativa - Os Verdes, no Parlamento da Catalunha

Uma saudação fraternal da Iniciativa pela Catalunha ao povo português. Agradeço a oportunidade de participar neste comício europeu sobre a principal preocupação das nossas sociedades: o emprego e os direitos dos trabalhadores.

Iniciativa pela Catalunha é uma força da esquerda europeia que coloca como objectivo a transformação da sociedade e a superação do capitalismo num sentido socialista e ecológico. Somos uma força catalã que trabalha em estreita colaboração com a Esquerda Unida, com quem conjuntamente participamos no Grupo Parlamentar.

Encontramo-nos no momento final do processo de reforma dos Tratados da União Europeia. A Iniciativa manifestou-se a favor de uma Europa federal, de uma verdadeira união política, não só económica, com o reconhecimento de uma cidadania europeia que incorpore plenamente os direitos sociais. De uma Europa que reconheça o papel das nacionalidades e das regiões europeias. Dotada de um Parlamento Europeu com capacidade para legislar em função do interesse geral e com autênticos mecanismos de participação democrática.

Queremos superar o Tratado de Maastricht conseguindo uma verdadeira convergência económica e social, não só monetária, e dando prioridade aos problemas do meio ambiente. A IC quer pôr no centro da construção europeia a luta contra o desemprego, o pleno emprego e a melhoria dos sistemas de protecção social.

Neste momento, a União Europeia encontra-se numa encruzilhada. As negociações entre os diferentes Estados não são suficientes para o desenvolvimento da construção europeia. Os povos reclamam informação, transparência e participação. Por isso, exigimos a celebração de um referendo sobre o novo Tratado. Por outro lado, a União Monetária não pode construir-se de costas para a realidade social Europeia, com a exclusiva convergência nominal das diferentes moedas.

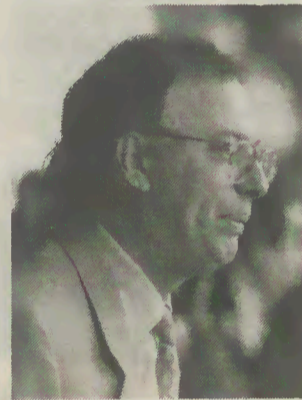
Os trabalhadores europeus interrogam-se: para que serve a União Europeia? A resposta da direita, dos poderes financeiros e empresariais, é que serve para criar um mercado sem fronteiras, com uma moeda única e forte, sem coesão social, que garanta os lucros. Nós, a esquerda, temos que responder: a União Europeia tem que servir para fazer frente à globalização, para garantir o bem-estar social e o pleno emprego, para resolver os problemas das pessoas. A crise de legitimidade das instituições europeias, o eurocepticismo, pode produzir-se pela falta de instrumentos a nível europeu para fazer frente aos problemas sociais, ao desemprego e à exclusão.

O encerramento da fábrica de Vilvorde, com a redução de emprego em todo o Grupo Renault, mostra com clareza a ausência de dimensão social na construção europeia. A reforma dos Tratados não pode ficar-se por mudanças superficiais, para facilitar a integração dos países de Leste no mercado único. Tem que fazer-se

reformas nos tratados para incorporar os direitos fundamentais, como o direito ao trabalho, à igualdade de oportunidades, à proibição de qualquer discriminação, o direito à formação profissional, o direito à greve, à negociação colectiva no quadro europeu e das comissões de empresa transnacionais. É necessário impulsionar uma Comissão para o Emprego com um nível de competências igual à Comissão de Política Económica e Financeira e incorporar plenamente o Protocolo Social no Tratado, sem nenhum tipo de exclusão.

Se a União Europeia não se dotar de nenhum tipo de capacidade orçamental para desenvolver políticas de coesão, se não tiver uma política fiscal de carácter europeu, para dotá-la de instrumentos próprios; se não submeter ao controlo político democrático o futuro Banco Central Europeu ou não desenvolver políticas activas de emprego, encontrar-nos-emos com um mercado único, forte, e quinze estados do bem-estar débeis e vulneráveis, sem mecanismos de redistribuição da riqueza a nível europeu.

Pelo Emprego e uma Europa social vamos participar na Jornada de Acção Europeia, convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos, com manifestações em toda a Europa. Hoje a luta da classe operária já tem uma dimensão europeia, porque o capital já há muito que actua sem fronteiras, na Europa e no mundo. Os sindicatos já deram um grande passo em frente mas às forças políticas da esquerda



transformadora ainda nos falta muito para avançar.

Mas esta luta tem que ter uma dimensão mais internacional, juntamente com os trabalhadores coreanos ou indonésios que lutam contra a exploração e igualmente com os trabalhadores vindos de outros continentes - neste ano europeu contra o racismo - que sofrem o racismo, a xenofobia e a perseguição de injustas leis contra os estrangeiros.

Espanha e Catalunha têm o número mais elevado de desemprego - 22%. Uma pre-

cariedade laboral de 35%. A política da direita catalã e espanhola, baseada nas privatizações, numa fiscalidade regressiva e nos cortes sociais aumenta as desigualdades e não reduz o desemprego estrutural.

O Comício de Paris do ano passado, este acto de hoje em Lisboa, a Convenção pelo Pleno Emprego recentemente celebrada em Bruxelas, o encontro de Madrid de Julho próximo, a actividade do Grupo Parlamentar da Esquerda Unitária Europeia-Esquerda Verde Nórdica, são exemplos de como a esquerda vai dando resposta aos grandes desafios da construção europeia. No entanto, temos ainda um grande atraso. O nosso trabalho comum, a confluência de toda a esquerda europeia, socialistas, verdes e sindicatos, têm que dar resposta aos trabalhadores europeus que nos exigem alternativas para criar emprego com direitos.





## EM FOCO



## É preciso mudar a Europa

### Mensagem de Robert Hue

Secretário-Nacional do Partido Comunista Francês lida por Francis Wurtz

Permitam que antes do mais vos diga quanto lamento não poder estar convosco hoje. Mas, vós sabeis: vota-se amanhã em França. Obrigações incontornáveis retêm-me em Paris. Estou certo que compreendem. Dirijo a todas e a todos as mais fraternais saudações do Partido Comunista Francês!

Obrigado e parabéns ao Partido Comunista Português por ter tomado a iniciativa de uma tão impressionante concentração! Este grande comício repercute um movimento profundo que se sente crescer na Europa. Um movimento de protesto e de cólera. E, simultaneamente, um movimento de conquista e de construção, que põe cada vez mais largamente na ordem do dia esta exigência de grande alcance: **é preciso mudar a Europa!**

As nossas instituições comuns devem permitir que nos entremos a promover o emprego, as capacidades humanas e o progresso social; a favorecer os intercâmbios humanos e o cruzamento das culturas; a consolidar a paz no

continente; a contribuir para a solução dos grandes problemas contemporâneos: o desenvolvimento, o desarmamento, o meio ambiente.

Mudar a Europa nesta direcção exige lutar, cada um de nós nos seus países respectivos, e juntos na Europa. É preciso acabar com os negócios escandalosos como os da Renault-Setúbal e da Renault-Vilvorde! É preciso libertarmos-nos do garrote dos «critérios de convergência» e do «Pacto de estabilidade»! É preciso banir a teoria dominadora do «núcleo duro» germano-francês contra a Europa do Sul! É preciso sair do impasse numa Europa «otanisada». É preciso recusar a fatalidade da actual «mundialização» em nome da qual os grandes grupos capitalistas querem pôr-nos todos em concorrência, para fazer a felicidade dos mais poderosos com a infelicidade da grande maioria!

Naturalmente, não mudaremos a Europa a partir do topo, mas a partir de cada uma das nossas sociedades singulares. Assim, na campanha eleitoral em curso, os comunistas franceses esforçam-se por mobilizar os cidadãos a partir das suas aspirações próprias, sobre uma concepção da Europa alternativa à Europa do mercado único e do Tratado de Maastricht. Nós dizemos: o aumento dos pequenos e médios salários, é necessário! A redução imediata da duração do trabalho para 35 horas semanais, sem perda de poder de compra, é necessária! Para melhorar a vida das pessoas. Para criar empregos. E para dar uma chicotada na própria economia, hoje asfixiada pela marcha forçada para a moeda única.

É claro que, para emprender esta política, é preciso obter os meios. Por um lado, uma outra utilização do dinheiro: com um sistema fiscal e créditos que favoreçam o

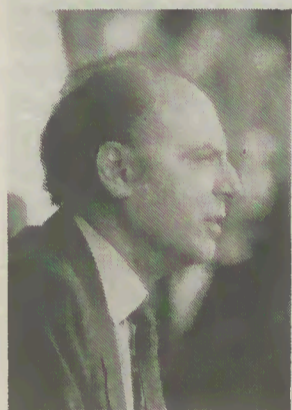
emprego e a vertente social, e penalizem os investimentos financeiros. Por outro lado, novos direitos permitindo aos assalariados e aos cidadãos pesar na escolha das empresas e do país. Enfim, uma reorientação em profundidade da construção europeia e das relações internacionais.

Há meses que estamos a discutir estas propostas com os nossos concidadãos e que recolhemos assinaturas, às centenas de milhar, pedindo à organização de um referendo sobre a passagem ou não à moeda única. Também multiplicámos iniciativas susceptíveis de relançar uma dinâmica unitária à esquerda, para uma mudança real.

Dia 29 de Abril último, numa declaração comum, o Partido Comunista Francês e o Partido Socialista, conjuntamente, sem esconderem as suas diferenças, nomeadamente sobre Maastricht, comprometeram-se, em caso de vitória, a contestar os ditames de uma Europa ultraliberal, a recusar sacrificar a nação e a sua soberania, e a agir para reorientar em consequência a construção europeia.

Assim, se amanhã e no próximo domingo conseguirmos que a esquerda ganhe em França, quanto a nós, proporemos que o novo governo tenha sobre a questão crucial da moeda única a posição seguinte: constatem conjuntamente que é impossível aplicar as disposições previstas pela marcha para a moeda única em condições suportáveis para os povos; propunhamos desde então aos nossos parceiros europeus reabrir negociações para um novo tratado; enfim, submetamos este tratado reorientado aos nossos concidadãos pela via do referendo.

A escolha não é, a nosso ver, entre o euro e o enconchamento nacional. Avançamos a ideia de manter moedas nacionais e, além disso, um novo



«ecu», baseado nelas, melhor dizendo, uma moeda comum e não única, um verdadeiro instrumento de cooperação monetária para partilhar despesas; financiar coproduções criadoras de empregos; realizar em comum projectos de desenvolvimento das regiões ou dos países que sofrem graves desigualdades; solidarizarmo-nos contra os especuladores. Numa palavra: construir realmente a Europa, tal como a desejam os Europeus!

Sem dúvida que se a França se empenhasse numa tal via, teria de fazer face a fortes resistências da aliança dos poderosos. Mas estou igualmente certo que ela poderia contar com uma grande corrente de solidariedade por parte dos outros povos da Europa, pois é do interesse de todos nós empreender resolutamente esta contra-ofensiva progressista. Todos contribuimos, uns e outros, para fazer amadurecer esta corrente. Foi assim em Paris, no encontro europeu de 11 de Maio de 1996. Depois, sob as formas mais diversas, em Madrid, em Berlim e hoje nesta magnífica concentração de Lisboa. Muito em breve vamos reencontrarmos com outros em Amsterdão, depois de novo em Madrid. E, naturalmente, cooperamos estreitamente no Parlamento Europeu.

Impulsionemos com audácia este entendimento pluralista entre progressistas, ecologistas, homens e mulheres ligados aos valores de esquerda e que querem trabalhar juntos para uma mudança real! Em cada um dos nossos países, na Europa e no mundo.

## A melhor defesa é o ataque

### Aleka Pappariga

Secretária-Geral do CC do Partido Comunista da Grécia

Transmito a esta vossa grande e dinâmica reunião as saudações mais calorosas e combativas dos comunistas gregos e de todos os que, de mãos dadas com os comunistas, reagem e acreditam na força dos povos e na possibilidade que os operários e empregados têm de moldar para si mesmos os anos que aí vêm, o século XXI.

Coordenemos as nossas acções, unamos os nossos esforços, internacionalizemos a nossa luta - essa é a única via dos povos europeus contra a política e os consensos neoliberais e contra os pactos contraídos pelos governos dos países membros no quadro da UE e da NATO.

Pensamos que a questão fundamental que se coloca a cada povo da Europa é a de saber se se julga a realidade actual como definitiva e irremediável. A saber, as quatro liberdades que o Tratado de Maastricht ratifica aberta e provocantemente: liberdade de circulação dos capitais, das mercadorias, dos serviços e da força de trabalho. Aceitaremos como fatalmente inevitável a supressão das conquistas sociais que foram obtidas com sangue e sacrifícios ao longo do século XX?

Os comunistas gregos, mas também parte importante dos trabalhadores gregos, asseguro-vos que respondem categoricamente NÃO.

Sim, as relações de trabalho devem ser modernizadas, sim, certas conquistas dos trabalhadores e dos povos estão superadas. Que mudem. Mas as mudanças que agora estão a ser introduzidas nas relações de trabalho e na política social anulam as conquistas sociais, substituídas por novas cadeias, novos meios e métodos de exploração mais odiosa e mais dura. Dois terços dos trabalhadores são condenados a ser semitrabalhadores e semidesempregados. O desemprego é repartido. Em vez de ser reduzido, aumenta. Eles não querem e não podem suprimi-lo.

Nós dizemos na Grécia que a melhor defesa é o ataque. A via da luta de classes, da aliança social e política, lá onde tal é hoje possível, é a via que serve os interesses dos povos. Via difícil e muito complexa. O que é certo, porém, é que exige menos sacrifícios que os sacrifícios ditados pela União Económica e Monetária.

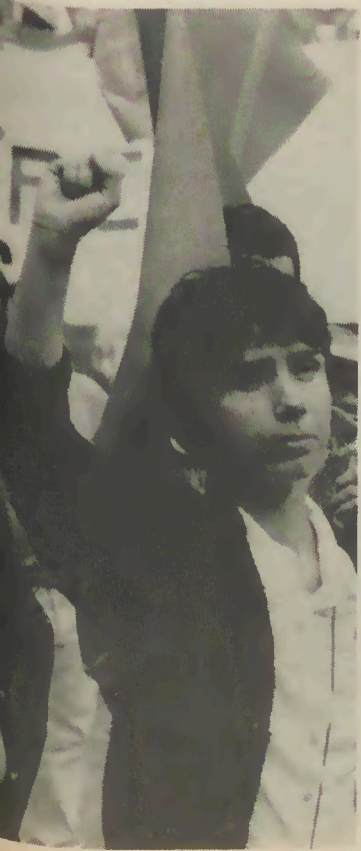
Na hora actual nós temos um problema específico de importância extremamente grave: a criação de forças de intervenção rápida a partir dos exércitos regulares ou de soldados mercenários. Os contingentes de Rambos são a chave da nova estratégia da NATO. São exércitos de ocupação sob a máscara de ajuda humanitária e da pretensa manutenção da paz. Já duas vezes, soldados e oficiais gregos participaram em tais acções, na Bósnia e agora na Albânia, este país que tão cruelmente sofreu. Com o seu levantamento, o povo albanês não pedia coisas excessivas. Pedia que Berisha se fosse embora. Afinal, o governo mudou mas Berisha continua e é ele que define as regras das eleições.

Na Grécia temos o slogan «Nenhum soldado fora do seu país». Claro, não conseguimos impedir aquela decisão, mas contudo vemos que hoje uma grande parte do povo grego compreende, e decerto nos próximos anos um poderoso movimento pacifista vai ampliar-se e opor-se na região aos planos da «Nova Ordem».

Na Grécia, lutamos por um referendo sobre o Tratado de Maastricht. Estamos certos que um referendo, apesar dos mecanismos de desinformação, será uma boa lição para aqueles que querem que os povos sejam eleitores mal informados e passivos. Bruxelas e os governos que formam a UE não poderão fazer o que querem e invocar o consenso e a tolerância dos povos.

A evolução da Conferência Inter-Governamental está mais ou menos determinada. As margens de que a UE dispõe para fazer concessões aos povos são terrivelmente limitadas. Mas há por outro lado os recursos que os povos têm para lutar, e eles estão longe de estar esgotados.

Pensamos que amadurecem novas lutas a nível nacional e a nível europeu. O que é preciso é que elas sejam apoiadas pelas forças de vanguarda, para que a grande maioria dos povos europeus, que tem aspirações e reivindicações radicais, possa encontrar terreno para se exprimir. O que podemos conseguir hoje, não o devemos deixar para amanhã ou depois de amanhã. Se a classe operária europeia não se colocar à frente, se os povos não lutarem organizadamente pelos seus interesses, então a Europa da cooperação, da paz e do progresso não passará de uma utopia.





**COMÍCIO  
INTERNACIONAL  
DE LISBOA**

24 Maio (Sábado)  
14.30h - Campo Pequeno

# Os discursos do Comício

## Os ventos podem mudar

**Fausto Bertinotti**

Secretário-Geral do Partido da Refundação Comunista de Itália

Os ventos podem mudar de direcção, na Europa. Vivemos meses muito importantes para os jovens, as mulheres, os desempregados, os trabalhadores, os reformados, para diferentes camadas sociais, para as massas populares da Europa. Vivemos meses importantes porque a ofensiva contra a sua condição pode vir a enfrentar novas resistências e porque, a partir deste conflito, podem surgir formas de luta mais adequadas, em torno de objectivos que ganhem nova força, credibilidade e vigor.

Os ventos podem mudar.

Vivemos meses importantes para as esquerdas, para as forças antagónicas, para os comunistas europeus. Vivemos meses importantes porque podem vir a cair exclusões e vetos anticomunistas, porque podem vir a afirmar-se novos – embora difíceis – caminhos de unidade na luta entre forças diversas.

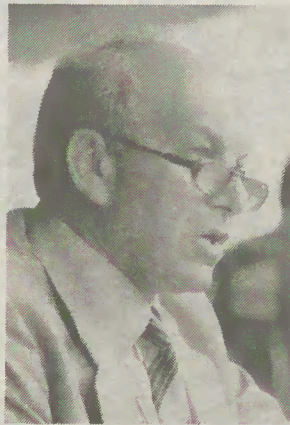
Os ventos podem mudar, na Europa.

Cabe-nos a nós, em primeiro lugar, fazê-los mudar. Mas hoje este objectivo começa a ser possível. As políticas neoliberais são, e serão cada vez mais, agressivas. Visam reduzir o trabalho e os trabalhadores a meras mercadorias, que se podem usar e deitar fora quando deixam de servir. Visam destruir as conquistas sociais de meio século de lutas. Visam destruir o Estado Social. Os interesses e as forças que promovem as políticas neoliberais são fortes. Mas já não conseguem esconder a sua crise. A Europa de Maastricht e das políticas neoliberais é um continente rico. Mas no seu seio

umentam dramaticamente a pobreza e as exclusões. Aumenta o número de pobres e a miséria volta a afectar mesmo aqueles que já se haviam libertado dela através de grandes lutas. Mas a condenação mais irrevogável da Europa de Maastricht é o desemprego: um desemprego duro, pesado como uma rocha, um desemprego em massa que esmaga a civilização europeia, que corrói as suas bases e mina a coesão social. Não existe civilização, não existe civilização europeia, lá onde existe desemprego em massa.

As próprias economias nacionais marcam passo. A própria perspectiva da moeda única europeia torna-se incerta. A Europa dos bancos e das empresas esmaga a política, corrói a democracia e enche-nos de desempregados. Para não ter de enfrentar a crise das políticas liberais, agora as classes dominantes e os eurocratas, ou seja, os adversários da Europa dos povos, partem ao assalto do Estado Social, ou seja, da base material da Europa. Sem o Estado Social, a Europa torna-se uma província dos Estados Unidos da América. Sem o Estado Social, a Europa transforma-se num território dominado pelas leis da globalização capitalista, um território sem qualidade. A ofensiva liberal contra o Estado Social deve e pode ser travada. A luta pela reforma do Estado Social pode ser o ponto de partida para uma contra-ofensiva de classe, democrática, das mulheres e dos homens da Europa.

Novos sujeitos sociais podem vir a ser mobilizados; novas culturas críticas podem crescer;



um novo bloco social pode começar a delinear-se; as esquerdas antagónicas podem pôr na defensiva as social-democráticas e moderadas.

Os ventos na Europa podem mudar.

Em todos os países crescem lutas importantes, que infelizmente não se têm encontrado ao nível europeu. Há que lutar para unificá-las. A greve europeia dos trabalhadores da Renault indica uma perspectiva de trabalho. Os patrões estão unidos em torno das políticas de globalização. Nós também temos de saber fazê-lo.

Os trabalhadores têm muitas razões de descontentamento e de protesto, mas os sindicatos não os têm organizado com objectivos avançados e em lutas unificadoras. Temos de empurrar o movimento sindical onde quer que hoje não ocupe as posições que devia ocupar, à cabeça dos trabalhadores com empregos estáveis e precários, dos desempregados, dos trabalhadores que estão nos seus próprios países e dos trabalhadores imigrados, a fim de construir uma nova unidade na luta.

Os patrões pretendem até aumentar a idade

de reforma dos trabalhadores. Querem menos trabalhadores, mas que trabalhem mais. Seria um desastre para a Europa. Acabaria por não sobreviver nem o Estado Social, nem a democracia. A fim de reformar o Estado Social, a fim de alargar a democracia, a Europa tem de mudar de rumo, tem de optar pela via da alternativa. É preciso trabalhar menos, e que trabalhem todas e todos. Começamos este novo curso ligando a defesa e a reforma do Estado Social à construção dum movimento, em todos os países europeus, pela redução do horário de trabalho sem redução de salários.

Em Itália, onde derrotámos a direita, ainda não conquistámos uma política de reformas. Mas foi travada a exigência dos patrões e da direita de cortar as pensões e a saúde.

Blair não representa uma política alternativa, mas os conservadores foram derrotados na Grã-Bretanha. Se, como desejamos, as esquerdas vencerem em França, muitas coisas mudarão em toda a Europa.

Sim, os ventos podem mudar na Europa.

Mas, em última análise, só mudarão se novas lutas sociais surgirem, se se tornar visível uma alternativa a Maastricht, se a esquerda anticapitalista se tornar protagonista dum renascimento mais amplo de todas as esquerdas, se começar a nascer uma outra Europa, a nossa Europa, a Europa dum novo modelo social, do modelo social do pleno emprego, de um trabalho digno para todas e para todos. Apenas nós estamos em condições de empreender este novo rumo. Façamo-lo!

Os ventos podem mudar!

## O ser humano acima de tudo

**Nicos Hounti**

Membro do Secretariado Político do Synaspismos – Coligação da Esquerda e do Progresso/Grécia

Como representante da Coligação da Esquerda e do Progresso, trago-vos as saudações de camaradagem e militância do Partido da esquerda contemporânea e radical da Grécia, que, desde as eleições gerais do passado mês de Setembro e após uma interregno de três anos, tem de novo deputados eleitos no Parlamento.

Manifestamo-nos convosco por uma Europa de pleno emprego com direitos, uma Europa de coesão social, ecológica, de paz e cooperação entre os povos e os seus cidadãos.

Exprimimos a nossa grande satisfação pelo prosseguimento destes comícios que se iniciaram com o Comício de Paris, no ano passado, iniciativas que apoiamos com entusiasmo e optimismo.

Este Comício coincide com as mobilizações de solidariedade para com os trabalhadores da Renault; com a mobilização pan-europeia da Confederação Europeia de Sindicatos de 28 de Maio; com a iniciativa de membros do Parlamento Europeu pelo pleno emprego; e com os eurodesfiles para Amsterdão, no próximo mês.

Todas estas iniciativas são a prova concreta de que o destino e futuro da Europa não pode ser definido pelo capital financeiro e as multinacionais, pelas op-

ções neoliberais das forças conservadoras. Em nome da economia de mercado, estas forças estão a moldar uma Europa de desemprego, de exclusão social, de pobreza e nova miséria; uma Europa a várias velocidades e com desigualdades, à custa dos países mais pequenos, dos trabalhadores, das mulheres, da juventude e dos migrantes.

As políticas de duro rigor orçamental e austeridade são completadas por um ataque frontal aos rendimentos dos trabalhadores, pela degradação das relações laborais, pela desintegração do Estado Social.

Desta forma, não só geram novas desigualdades económicas e sociais, mas fazem alastrar o desemprego, com a redução do custo do trabalho e o ainda maior desmembramento do aparelho produtivo dos países. São assim marginalizados vastos sectores da população e aduba-se o terreno para o crescimento dos fenómenos de racismo e xenofobia, em especial nos países que acolhem trabalhadores imigrantes.

A idolatria pelos números e pelos critérios nominais de Maastricht, à acumulação extrema de riqueza nas mãos de poucos, as forças de Esquerda respondem com a preocupação pelas pessoas comuns, pelos

trabalhadores, pelos agricultores, pelos reformados, pelo ambiente.

No meu país o desemprego está prestes a alcançar – ou alcançou já – os 11 por cento; mais de um quinto dos lares vive abaixo do limiar da pobreza; a taxa de lucro do grande capital é a mais alta da Europa, ao mesmo tempo que as despesas com cuidados sociais são as



mais baixas da Europa. Mas nos últimos tempos tem havido na Grécia enormes lutas de agricultores, professores, trabalhadores portuários, reformados e operários das fábricas.

As opções conservadoras do novo governo são postas em causa e combatidas, ao mesmo tempo que se revelam socialmente injustas e ineficazes.

O Synaspismos defende uma redução no horário de trabalho sem redução de salários; apoio

aos desempregados e legalização dos trabalhadores estrangeiros no nosso país. O Synaspismos defende a necessidade de uma novo Estatuto das relações de trabalho que fortaleça o emprego estável e para todos.

O Synaspismos procura fazer do caminho para a integração europeia um caminho de convergência real, de rosto democrático, social, feminista e ecológico, rumo a uma Europa de amizade e cooperação entre os seus Estados e povos.

Lutamos por instituições e políticas que ponham o ser humano acima de tudo, como se afirma na plataforma de Acção Conjunta sobre a Conferência Intergovernamental do Fórum da Nova Esquerda Europeia.

Não queremos uma fortaleza Europa, mas uma Europa que contribua para atenuar o explosivo abismo Norte-Sul.

O Synaspismos defende a participação dos cidadãos na criação duma tal Europa. É por esta razão que pedimos que os resultados da Conferência Intergovernamental sejam submetidos a um referendo em toda a Europa, o que exige uma grande campanha pela informação e resistência dos trabalhadores ao desumano curso neoliberal dos poderosos da Europa.

Hoje, quando o processo da Conferência Intergovernamen-

tal chega à sua fase final, acreditamos ser possível inverter a situação, pela acção coordenada e a solidariedade dos trabalhadores da Europa, pelo esforço conjunto das forças de Esquerda.

As lutas a nível nacional e europeu, a coordenação e acção conjunta das forças de Esquerda, como o comício de hoje, podem forjar uma poderosa frente de resistência, podem alterar a actual correlação de forças.

São mensagens de esperança e optimismo para a nossa luta por uma Europa dos trabalhadores e das Nações.

É por isso que participamos neste Comício com grande prazer e satisfação. Estamos certos de que ele exprime a vontade e as aspirações dos trabalhadores e dos agricultores, não apenas de Portugal, mas de toda a Europa.

Permitam-me, por isso, que mais uma vez transmita as calorosas saudações dos militantes e simpatizantes do Synaspismos, e a nossa mensagem de luta e esperança para os trabalhadores de toda a Europa; uma mensagem de coordenação e acção conjunta entre as forças de esquerda e progressistas, por uma proposta alternativa para a Europa, apelo e desafio dos nossos dias.







## Um aviso para todos

**Luciano Pettinari**

Membro da Direcção Nacional do Movimento dos Comunistas Unitários (Itália)

Este nosso encontro é importante pois decorre num momento decisivo da construção da União Europeia. Estamos na véspera dos prazos previstos nos tratados de Maastricht e, como muitos de nós tínhamos previsto, estão a manifestar-se grandes dificuldades. Agora é evidente para todos que foi um enorme erro centrar a unidade da Europa essencialmente sobre aspectos financeiros e monetários.

Foi um erro, porque muitos estados membros só poderiam respeitar os parâmetros de Maastricht fazendo pagar aos cidadãos dos seus países um preço altíssimo. Diminuiu-se a despesa pública, pretende-se eliminar o estado social e em muitos casos atacam-se direitos conquistados como os relativos às reformas e à saúde. Mas é um erro, também, para aqueles Estados que tendo uma moeda mais forte pensavam poder impor normas económicas aos outros países.

A própria Alemanha vive hoje enormes dificuldades e será obrigada a impor aos

seus cidadãos drásticas decisões económicas que submeterão a dura prova a capacidade de sobrevivência do governo de Kohl.

E até a França enfrenta uma tempestade política. Todos nós esperamos que o voto de amanhã faça prevalecer as forças de esquerda que justamente têm afirmado visar o objectivo duma Europa política e não monetarista. Mas o erro mais grave foi o de não ter percebido que a construção da Europa devia ter partido da procura de uma unidade política capaz de relançar a ideia original da união europeia, isto é, a de uma instituição com o objectivo de reequilibrar as diferenças entre os países mais ricos e os mais pobres.

Tudo isto é bastante grave. É grave porque antes de mais teria sido necessária uma grande instituição política unitária europeia. Uma grande instituição política capaz de governar a economia europeia, agora que a economia entrou no ponto mais alto da sua evolução em direcção à globalização total.

Não será de facto possível para nenhum Estado vencer a batalha da economia em confronto com as grandes economias globalizadas: e em primeiro lugar a japonesa e a norte-americana.

A concepção monetarista, pelo contrário, aproxima os nossos países do ano 2000 em condições débeis e precárias. As contradições não só não diminuíram, antes se acentuaram. E são tantas as dificuldades, que em toda a Europa se torna incerto o futuro para grande parte dos nossos povos. E a dificuldade maior, o problema dos problemas é o do trabalho, da sua qualidade e da sua dimensão. Sobre o tema do emprego falharam todas as tentativas feitas; fracassou o liberalismo selvagem e faliram, no passado, as

procuras das compatibilidades dos próprios governos sociais-democratas europeus.

Precisamente estes reverses devem ser um aviso para todos nós. Deve ser claro para todas as forças de esquerda que ocorre uma viragem radical da elaboração dos processos produtivos.

Nos últimos 15 anos, os desempregados na Europa aumentaram em 15 milhões e hoje são quase 20 milhões.

Entre empregados e desempregados cresceu e cresce uma vasta área de trabalho a tempo parcial, a prazo, temporário, isto é, trabalhadores em situação precária, muito próxima do desemprego. É evidente que o crescimento produtivo, a modernização tecnológica, as compatibilidades do mercado global não estão em condições de dar trabalho, antes pelo contrário, frequentemente reduzem-no.

As causas estão na crescente financeirização da economia, no surgimento de novos países industriais virados para a exportação, mas baseados em salários muito baixos, que por isso atraem investidores à procura de lucros imediatos. As causas estão, sobretudo, numa extraordinária revolução tecnológica, toda ela orientada para o objectivo de economizar trabalho, em vez de para a procura de novas fronteiras produtivas.

Assim sendo, a luta pela supremacia dos rendimentos financeiros é uma questão crucial e só solucionável com fortes medidas no domínio fiscal e com a regulamentação dos mercados, com políticas concordadas, pelo menos ao nível europeu.

Assim como é um problema de toda a Europa a redução do horário de trabalho: trata-se de decidir se a nova produtividade deve trazer desemprego ou pelo contrário



uma redistribuição do próprio trabalho.

E isto não é assistencialismo; é antes uma questão fundamental de direitos dos cidadãos.

O direito ao trabalho é o ponto mais alto da questão global dos direitos dos cidadãos. Garantir o direito ao trabalho através da redução do horário, a procura e a criação de novos empregos socialmente úteis é uma opção altamente produtiva, mas é uma produtividade diferida no tempo.

Nesta diferente abordagem dos processos produtivos a gestão deve ser descentralizada, assente na multiplicidade de iniciativas e não pode ser o mercado a desempenhar um papel propulsor. A intervenção pública não pode ter só um papel regulador, mas sim de programação e de promoção. É por isso que a questão do futuro é a intervenção pública gerida socialmente e não a privatização generalizada.

É certo que a estrada a percorrer está cheia de obstáculos. A esperança de poder vencer está estreitamente ligada à capacidade da esquerda de unir forças políticas, sindicais, forças sociais, associações e todos os que tomem a peito os valores do socialismo e da democracia, do trabalho e dos trabalhadores. Com todas estas forças, com todos vós, talvez, é possível tentar construir uma Europa política que seja a Europa dos direitos dos povos e não a Europa da banca.

## Um novo tempo

**Isabel Castro**

Partido Ecologista «Os Verdes»

Quero, em nome do Partido Ecologista «Os Verdes», agradecer o convite que nos foi dirigido para participar neste entusiástico Encontro Internacional, e manifestar a total solidariedade dos Verdes portugueses para com os propósitos que o animam e para com o imenso movimento de opinião Europeu que também deste modo, hoje aqui e agora se ajuda a corporizar.

Um movimento de opinião de que este Encontro é sinónimo expressivo.

Mulheres e homens vindos de diferentes recantos da velha Europa aqui reunidos.

Pessoas, na sua diversidade, portadoras de diferentes perspectivas, percursos, experiências, saberes em diferentes terras e contextos de intervenção e luta moldados.

Pessoas na sua diversidade unidas.

Unidas na profunda convicção do que aqui nos traz.

Unidas na tremenda vontade do que nos move.

A convicção de que esta não é a Europa com que nos identificamos e com que sonhámos.

A certeza de que esta não é a via nem para a resolução da crise ecológica do planeta, nem para a satisfação das necessidades das pessoas e para assegurar o seu direito à felicidade.

A vontade aqui feita compromisso público:

De agir contra a indeferença;

De agir contra a hipocrisia;

De agir contra o silêncio acomodado.

Agir, lado a lado, com os muitos e muitos milhares de cidadãos que por toda esta Europa fora, jovens ou idosos, mulheres ou homens, intelectuais ou operários, comunistas, feministas, sindicalistas, ecologistas, gente com ou sem religião, se interrogam sobre o seu futuro, se reclamam de outros valores e valias.

Gente que recusa o conformismo sobre margens e sabe que esta é a oportunidade e este é o momento chegado de exigir o debate, até aqui negado de ter a voz até aqui silenciada, sobre o futuro desta Europa ou seja sobre o nosso próprio futuro comum!

Um debate numa Europa em que só fará sentido falar-se de solidariedade.

Quando se deixar de aceitar a inevitabilidade da exclusão,

do racismo e da xenofobia, do desequilíbrio entre Povos e Regiões, e da pobreza que já hoje atinge mais de 56 milhões, de entre nós.

Um debate numa Europa em que só fará sentido falar-se de liberdade quando esta mais do que mero exercício formal, for também sinónimo da garantia de educação, de cultura, de ambiente, de saúde, de habitação, de igualdade entre mulheres, como património vivido de todos, e de cada um de nós.

Um debate numa Europa em que só fará sentido falar-se de direitos, quando, de entre estes, o emprego o for também como uma realidade para todos, e não como privilégio ou uma espécie em vias de extinção.

Um debate numa Europa em que só fará sentido falar-se de cidadania quando ao valor sagrado do lucro, à tirania do mercado e à sua implacável lógica desumanizadora em nome da qual tudo se sacrifica, se contrapuser o primado das pessoas, do seu bem-estar, do seu direito ao presente e ao futuro.

Uma Europa em que só fará sentido falar-se de desenvolvimento sustentado quando a revolução técnica e científica for posta ao serviço da libertação dos indivíduos, da satisfação das suas necessidades, do equilíbrio ecológico e da sociedade e não se assumir como um pretexto para a sua negação.

Uma Europa em que só fará sentido falar-se de segurança quando esta assentar não no nuclear, não na militarização da sociedade, mas na cooperação entre Povos, na prevenção dos conflitos, no desarmamento e na paz.

A Europa de que nós reclamamos não é uma utopia, não! É uma exigência da nossa própria sobrevivência colectiva.

Uma exigência que concilia um património de direitos nesta Europa durante gerações acululando, com o novo paradigma que à Humanidade está colocado: o de pôr fim à crise ecológica e à exclusão e desigualdade que lhe estão associadas.

É tempo, pois, de um novo tempo que no planeta, na Europa e em cada país implica uma utilização racional dos recursos naturais e uma partilha socialmente justas.

Um tempo que implica uma nova solidariedade.

Um tempo que implica uma nova democracia mais vivida, mais participada, mais humanizada.

Um tempo que aqui nos trouxe e não queremos adiado!





**COMÍCIO  
INTERNACIONAL  
DE LISBOA**  
24 Maio (Sábado)  
14.30 h. - Campo Pequeno

# Os discursos do Comício

EM FOCO

## A esquerda tem de ser firme

**Gudrun Schyman**

Presidente do Partido da Esquerda da Suécia

Agradeço-vos profundamente o convite que me foi dirigido para participar neste Comício e presenciar esta importante acção contra o desemprego crescente. Este é um Comício de grande importância, e não apenas porque aqui se reúne a Esquerda Europeia. Trata-se de um Comício importante porque demonstra publicamente que existe uma luta colectiva contra o desemprego em toda a Europa. Podemos evidenciar que os cidadãos Suecos e os cidadãos Portugueses enfrentam um problema comum – e podemos também evidenciar publicamente que existe uma vontade colectiva de mudança. Este movimento de Esquerda reúne-se aqui, não apenas para demonstrar que há problemas comuns, mas também para demonstrar que os Partidos de esquerda têm soluções comuns.

A ideologia hoje dominante afirma que há que manter os salários baixos, que há que reduzir os direitos sociais. Afirma que as empresas devem reforçar a sua influência e que os sindicatos têm de

ser enfraquecidos. Essa ideologia chama-se neoliberalismo. Isto significa que cada pessoa tem que estar entregue apenas a si mesma, e a mais ninguém, e que o Estado não deve interferir nas suas vidas, nem na tomada de decisões de natureza económica. Os custos sociais desta política estão à vista no desemprego em massa, na miséria, na toxicoddependência e na criminalidade. Devemos prosseguir no combate a esta ideologia. A esquerda tem de ser firme e determinada na sua crítica, mas também criativa na apresentação de alternativas.

Uma das questões mais importantes hoje é a UEM – a União Económica e Monetária. Devemos deixar claro que a UEM não é uma mera questão económica. É uma questão política. É uma questão de democracia: quem vai decidir e sobre quê vai decidir! Queremos ter o poder de mudar algumas das políticas económicas através de eleições e da acção política, ou pelo contrário queremos entregar todo o poder de decisão a um Banco Central em Frankfurt? Banco Central que será uma instituição completamente fechada aos cidadãos, sem qualquer controlo democrático e em cujos Estatutos figurarão as mais brutais políticas capitalistas. Políticas geradoras de desemprego. Camaradas, o desemprego em massa é o melhor amigo do patronato!

O meu Partido diz NÃO à UEM! Queremos que sejam os povos a decidir do seu futuro e a escolher os seus dirigentes políticos. E defendemos que os povos devem decidir em referendo se querem ou não aderir a esta União Económica e Monetária. Mas o referendo tem de



ser antecedido por uma campanha justa. E digo justa, porque na Suécia perdemos um referendo por ligeira margem, só 52% disseram sim à União Europeia. Mas agora as sondagens revelam que 60% dos suecos se opõem à União Europeia. Na Suécia, a campanha não foi séria, o movimento pró-Europeu tinha muito mais recursos à sua disposição, teve o apoio de toda a comunicação social e também usou de falsos argumentos.

Hoje, a Suécia é o país da Europa mais crítico em relação da União Europeia. E as mulheres são as mais críticas! Muitas pessoas foram prejudicadas nas suas vidas pela adesão à União Europeia e pelo desemprego criado pelas suas políticas e os critérios de convergência da UEM. As mais prejudicadas foram as mulheres. Os ataques e cortes no sector público e no sistema de segurança social representaram duros golpes, e para as mulheres esses golpes foram duplamente sentidos.

Na Suécia, o sector público é o maior empregador de mulheres. Cortes no sector público significam não só que as mulheres perdem o seu emprego, mas também que perdem a possibilidade de conjugar um emprego com a vida familiar, pois é no sector público que existem creches e centros de apoio

onde deixar as crianças e as pessoas idosas. Isto não quer dizer que na Suécia as mulheres não tenham de trabalhar a dobrar. Essa é a realidade, na Suécia como em todo o mundo. As mulheres do Mundo cabem 75% das horas de trabalho, mas apenas 10% dos rendimentos e 1% da propriedade. Todos nós, homens e mulheres, devemos lutar, dentro e fora dos nossos Partidos, para mudar isto.

Disse que os Partidos de esquerda têm de apresentar alternativas às actuais políticas. Uma alternativa é a redução do horário de trabalho. Na Suécia lutamos para reduzir o horário de trabalho normal para seis horas diárias. Temos de acabar com as horas extraordinárias – hoje as pessoas trabalham muito mais do que 8 horas diárias, e muitas dessas horas não são pagas, porque as pessoas têm medo de perder os seus empregos. Temos de encontrar novas formas de criar o pleno emprego. São precisos empregos no sector público e empregos para a defesa do ambiente. A procura de soluções ecologicamente sustentáveis para a produção e o consumo também cria empregos. Há que exigir das grandes empresas, em particular das multinacionais, que assumam as suas responsabilidades financeiras e sociais para com os seus trabalhadores. Criar um imposto mundial sobre a especulação.

Camaradas, temos de lutar contra o brutal sistema capitalista que é dominado pela procura míope do poder e do lucro! O nosso objectivo é o de alcançar o pleno emprego e uma sociedade sustentável que garanta a todos uma vida digna.

Camaradas, temos de lutar em conjunto!

## O pleno emprego é possível

**Ken Coates**

Deputado trabalhista britânico no Parlamento Europeu

Acabo de chegar da Convenção Europeia pelo Pleno Emprego. Tratou-se de uma importante conferência, convocada fundamentalmente, mas não exclusivamente, pela esquerda europeia, nela tendo participado vários representantes de organizações não governamentais e de igrejas, mas todos com uma experiência própria de trabalho com desempregados.

Os próprios desempregados estiveram fortemente representados na Convenção, e há boas razões para esperar que as redes europeias de desempregados aumentarão de força e de importância, em resultado dos contactos efectuados na Convenção.

Organizámos esta Convenção para enfrentarmos o problema social do desemprego que é prioritário no momento actual. O desemprego massivo é uma doença do nosso sistema político e económico. Mas tem vindo a agravar-se, de recessão em recessão.

Basta-nos olhar para as consequências do desemprego para sabermos que esta doença ameaça os próprios fundamentos da vida civilizada. Os 18 ou 20 milhões de europeus oficialmente no desemprego sabem-no directamente por experiência própria. Sabem-no também muitos outros, que não constam das estatísticas.

Para essas vítimas, o desemprego é um acelerado mergulho na pobreza. O desemprego destrói as famílias, conduz as suas vítimas à descrença e à miséria pessoal.

E em relação aos que estão empregados? Para eles, o desemprego é também uma doença devastadora. Com dez, cinquenta ou cem desempregados desesperadamente à procura de trabalho, à porta da sua empresa, nenhuma pessoa empregada se pode sentir segura. Os direitos sindicais voam pela janela fora. As pessoas empregadas são frequentemente obrigadas a aceitar salários mais baixos e horários de trabalho mais prolongados, por vezes totalmente sem pagamento de horas extraordinárias. Também para toda esta gente, o pleno emprego é a primeira premissa da liberdade.

E o pleno emprego é plenamente possível. Têm-no dito todas as mais importantes entidades: a Organização Internacional do Trabalho, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento. Em relatórios profundamente fundamentados, estes organismos têm vindo a provar que o pleno emprego é totalmente viável e um objectivo realizável, que apenas necessita de vontade política para ser materializado.

Na Europa, o caminho para o pleno emprego pode ser percorrido a vários níveis adequados, desde o poder local e regional, a nível do

governo central e mesmo ao próprio nível europeu. Há três componentes do novo Pacto para a Europa que pode recriar empregos para todos.

Em primeiro lugar, a União Europeia deve ter o poder de pedir empréstimos ao Fundo de Investimento Europeu no Luxemburgo para financiar um considerável programa de investimentos em projectos transeuropeus de criação de emprego. Estes devem incluir não apenas as Redes Transeuropeias que têm sofrido grandemente com a falta de fundos, mas também melhores projectos de desenvolvimento das redes de transportes públicos e de preservação do ambiente, combatendo a poluição dos carros particulares. As despesas a este nível não podem estar sujeitas aos constrangimentos impostos às economias nacionais e podem, na verdade, estimular o apoio e os empréstimos aos governos regionais, para que possam desenvolver os seus próprios programas massivos de criação de postos de trabalho.

Em segundo lugar, a Europa tem condições e necessita de investir num vasto programa de redução do horário de trabalho. Os trabalhadores hoje em dia empregados em fábricas ultramodernas de alta tecnologia trabalham mais horas que os seus antepassados nos moinhos de vento da Idade Média. Nessa altura, a jornada de trabalho diário raramente excedia as oito horas. Hoje quando nos aproximamos já de um novo milénio, muitos trabalhadores trabalham bastante mais horas. Se conseguirmos estabelecer ou negociar um limite máximo de 1400 horas por ano, poderíamos criar entre seis a sete milhões de novos postos de trabalho nas empresas privadas e três milhões e meio em serviços públicos como as escolas, os hospitais e a assistência social.

Se tudo isto integrasse um programa coordenado de emprego a nível europeu, poderíamos ainda criar outros quatro milhões e meio de postos de trabalho, reduzindo o número de alunos em cada sala de aula e aumentando em cerca de 1/3 o número de funcionários públicos na saúde e nos serviços sociais. A Convenção Europeia declarou sem qualquer margem para dúvidas que o desemprego não é inevitável nem justificável. Como poderemos então desenvolver a determinação política para nos livrarmos desta praga social? Não existe receita mais clara do que: todos aqueles que procuram emprego têm de juntar forças e insistir nesta prioridade acima de todas as outras. Juntos, podemos vencer e ajudar as pessoas a organizar-se para que insistam no seu direito fundamental ao trabalho. Todo o restante progresso social está dependente disto.





## LISBOA

## DORL responde a FAUL

Em resposta à carta que lhe foi dirigida pela FAUL, para realização de um ciclo de debates envolvendo os quatro maiores partidos, a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP reafirma a sua disponibilidade para o debate, sublinhando, entretanto, algumas questões.

Assim, e para um pleno esclarecimento público, a DORL do PCP exige clareza quanto aos objectivos do ciclo de debates e ao seu conteúdo, atendendo principalmente à associação que é feita dos mesmos à realização de eleições e quando, independentemente do grau de incidência local de alguns dos temas, eles têm origem na natureza e opções da política social e económica da responsabilidade do poder central.

Um ciclo de debates norteado para a abordagem de questões ligadas às condições de vida da Área Metropolitana de Lisboa tem «necessariamente» de ser realizado numa perspectiva de avaliação de políticas nacionais e de temas a elas associados, diz a DORL que, entretanto, reiterou a sua disponibilidade para um «exame sério dos objectivos e conteúdos da proposta formulada».

## PORTALEGRE

## É necessário reforço de verbas

Na análise que fez recentemente à situação política e social do distrito, a Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP denuncia o desrespeito pelo direito a trabalhar e receber que se continua a verificar por parte de algumas entidades patronais, lembrando que os trabalhadores não são responsáveis pela má gestão das empresas.

Reivindicando da CCRA e do Governo que reforcem o Programa Operacional da Região Alentejo em mais 25 milhões de contos, a DORPOR considera que, a não se verificar esse reforço, é o desenvolvimento do distrito que está em causa e a concretização de projectos já aprovados ou em execução que poderão correr o risco de não virem a ser financiados pelo Quadro Comunitário de Apoio.

## CASCAIS

## Um anúncio «oportuno»

De uma sessão pública, que em Maio de 1993 o PCP promoveu na Parede, saiu a proposta de construção de um novo hospital em Cascais, da transformação de Alcabideche e S. Domingos de Rana em Centros de Saúde e da criação das extensões da Torre, Abóboda, Malveira da Serra e Bicesse. Em Janeiro de 1995, a Comissão Concelhia de Cascais, numa outra sessão pública, apresentou uma «Carta Reivindicativa da Saúde», debatida e aprovada pelos presentes, que no seu primeiro ponto reafirmava a necessidade urgente da construção do novo Hospital e da construção dos Centros de Saúde e Extensões já mencionados. Em qualquer destas alturas, as outras forças políticas - PSD, PS e PP - rejeitaram estas iniciativas, quer a nível local, quer a nível central.

Só agora, quatro anos passados e em pleno período eleitoral, é anunciada pela Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo a construção de um novo Hospital para o concelho de Cascais, denuncia a Concelhia de Cascais do PCP, ao mesmo tempo que diz esperar que o projecto não venha a sofrer atrasos (ou falências).

## CASTELO BRANCO

## Lutas aumentam expressão

A luta dos trabalhadores e de outras camadas sociais tem vindo a ter uma significativa expressão no distrito, afirma a Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP, enumerando entre outras a luta pelas 40 horas no sector têxtil - que tem alcançado importantes vitórias - e a luta dos trabalhadores da Administração Local, pelo cumprimento do Acordo subscrito pelo Governo e Sindicatos, que culminou com a greve da passada segunda-feira.

Também a mistificação feita pelo PS, PSD e PP à volta da Moeda Única foi motivo de denúncia por parte do PCP que, para obstar a essa «colossal propaganda», promoveu recentemente sessões públicas em Castelo Branco e Covilhã, onde foram discutidas e aprofundadas as graves implicações sociais e económicas da eventual adesão de Portugal à Moeda Única.

## TERCEIRA

## PCP requer inquérito

Na reunião que recentemente realizou para discussão dos principais problemas que afectam a região, o Secretariado do PCP da Ilha Terceira decidiu apelar ao Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente para que fosse executado com urgência um inquérito sobre a situação laboral no Matadouro de Angra do Heroísmo e eventuais procedimentos lesivos da saúde dos consumidores.

A luta contra a SIDA e o Acordo das Lajes - em relação ao qual a cooperação luso-americana não está a funcionar - foram também motivo de análise por parte dos comunistas que, em nota informativa, anunciam ainda ter votado contra a reposição da Remuneração Complementar na Comissão de Política Geral e de Assuntos Internacionais do Parlamento Regional.

## Comissão do PCP para o Turismo

## Expo 98 deve ser veículo de promoção

Apesar de nos encontrarmos em plena «época alta» do turismo e a um ano da inauguração da Expo 98 é quase total a paralisia da Secretaria de Estado do Comércio e Turismo, denunciaram na quinta-feira passada, em conferência de imprensa, Carlos Luís Figueira, da Comissão Política do PCP, Lino de Carvalho, deputado na AR, e João Andrade Santos, Presidente da Região de Turismo de Évora, que integram a Comissão de Trabalho para o Turismo junto do Comité Central.

Abandonam-se Planos Regionais de Ordenamento ou abre-se caminho ao seu não cumprimento; mantêm-se por clarificar as funções e por reforçar os poderes das Regiões de Turismo; a nova Lei Hoteleira e das Agências de Viagens continua por publicar; a promoção turística, designadamente a sua articulação com a Expo 98, é praticamente inexistente.

Entretanto, no que se refere ao pacote legislativo e aos textos preparatórios, diz o PCP que eles consagram uma pseudodescentralização de competências para as autarquias em matéria de licenciamento e aprovação de empreendimentos turísticos, já que, na prática, só lhes confere poderes para licenciar esses projectos em zonas abrangidas por Planos de Pormenor que a maioria das autarquias não têm executados e aprovados.

Por outro lado, atribuem-se

responsabilidades às autarquias, em matéria de fiscalização e licenciamento de estabelecimentos de restauração, que não



Conhecem-se já casos de operadores que a partir de Madrid organizam excursões à Expo, com partida de manhã e regresso à noite, para continuarem em... Espanha, informou o PCP na conferência de imprensa

são acompanhadas dos meios técnicos e financeiros para o seu cumprimento e criam-se novas figuras - «Conjuntos Turísticos», «Turismo de Aldeia»,

«Casas de Campo» - que urge clarificar de forma a impedir a utilização indevida de dinheiros públicos e o desvirtuamento do seu carácter como novas formas de alojamento turístico.

Os textos referidos, no entender do PCP, consagram ainda uma nova valorização dos «Projectos Estruturantes» que abre caminho ao crescimento da oferta paralela de alojamento associada à especulação imobiliária e confirmam uma desvalorização das Regiões de Turismo, através da não atribuição de novas competências na área

do planeamento, aprovação e licenciamento de empreendimentos turísticos.

Quanto à Expo 98 - que pela sua dimensão financeira e

impacto potencial tem de estar no centro das políticas de promoção turística para 1998 -, o PCP manifesta a sua preocupação pela inexistência por parte do Governo e do ICEP, de um plano integrado de promoção turística que garanta a vinda à Exposição de milhões de visitantes e, ao mesmo tempo, a aproveite como veículo para a promoção turística do País.

Quanto ao Ano Nacional de Turismo, ele foi «um fracasso». E o Programa de Acções de Intervenção Estruturante no Turismo (PAIET), recentemente publicado, não passa de uma «mera recuperação» de textos, sem qualquer programa de acções calendarizado e financeiramente quantificado.

Por fim, e depois de denunciar os cortes por parte do Governo nas verbas destinadas à valorização da mão-de-obra e a passividade face ao recurso crescente do patronato a mão-de-obra sem qualificação e sem direitos, o PCP defende para o sector medidas relativas aos mecanismos de financiamento e no sentido de disciplinar e planificar a oferta de alojamento, de preservar o património ambiental, paisagístico e histórico, de clarificar o papel das Regiões de Turismo e de promover externa e internamente os nossos produtos turísticos.

## Madeira - Cresce o descontentamento

As recentes declarações e notas oficiais de dirigentes do PSD, com destaque para Alberto João Jardim, sobre os comunistas, surgem na sequência de progressivas manifestações de descontentamento de vários estratos da população em relação à política seguida pelo PSD na região.

A Direcção da Organização Regional da Madeira, a quem cabe a denúncia, refere as preocupações dos agricultores, nomeadamente dos produtores de banana, os protestos dos trabalhadores da Zona Franca do Caniçal, as reivindicações e lutas dos moradores.

No mundo laboral são também cada vez maiores as apreensões dos trabalhadores face à legislação do PS e PSD que, pondo em causa a estabilidade do emprego, conduzem a formas de luta como as dos trabalhadores do Hotel Vila Ramos, do Hotel do Mar e do Hotel Atlantis.

Até entre os apoiantes dos tradicionais clubes de futebol, é visível

a indignação com a criação da chamada Sociedade Desportiva. Nem aqui o Governo Regional, diz o PCP, consegue esconder o total fracasso da política desportiva e o desperdício de milhões de contos do erário público em subsídios ao futebol profissional.

Os comunistas madeirenses repudiam frontalmente o comportamento repressivo e persecutório do Governo Regional, traduzido em ameaças de processo-crime contra populares da Caldeira que, no pleno uso dos seus direitos de manifestação, cortaram a via rápida Funchal/Ribeira Brava e na noite de 19 de Maio paralisaram a Baixa do Funchal com cerca de uma centena de carros e um grande buzinao.

Assumindo com orgulho o seu apoio às lutas dos trabalhadores, nas empresas ou locais de residência, o PCP diz ser, aliás, «o único partido da oposição que está em condições de o fazer».

Encontro sobre Bairros Municipais de Lisboa  
Diversificar soluções

Com a participação de cerca de uma centena de militantes e simpatizantes, o PCP realizou recentemente em Lisboa, na Junta de Freguesia de S. João, um Encontro sobre os Bairros Municipais da Cidade, onde foi aprovado um documento que caracteriza e aponta soluções para a situação habitacional de Lisboa que, tal como outros centros urbanos a nível mundial, sofre de um enorme défice de alojamentos acessíveis a parte importante da população.

Através do «Plano Estratégico», a coligação que desde 1989 governa Lisboa definiu as grandes linhas estruturantes com as

quais pretende superar carências habitacionais herdadas da gestão PSD/PP. Algumas dessas linhas apontam para a criação de condições para a fixação da população nas áreas centrais e residenciais, o aprofundamento das acções em curso para a erradicação das barracas, a diversificação de soluções e investimentos para nova habitação, com a participação de promotores privados, cooperativas e instituições públicas, em articulação com outros municípios da área metropolitana.

Depois de referir alguns planos e acordos com vista à construção de 9.698 fogos de habitação social destinados a famílias

de fraca capacidade económica e a uma mais ampla intervenção na erradicação de barracas (desde 1990, o número de famílias em barracas - 20.000 - desceu para cerca de metade), os comunistas consideram, contudo, haver ainda «um longo caminho a percorrer».

A eficácia do realojamento depende de complexos factores sociais e uma gestão integrada do bairro não pode deixar de ter em conta o fenómeno do desemprego - que se manifesta aqui de forma mais aguda.

A criação de parcerias entre residentes, autarquias e sector privado da economia para a criação

de emprego local, ou entre vizinhos para conservação e manutenção de espaços verdes, do já edificado e para o melhoramento das infra-estruturas e diversos ambientes urbanos, são também novas formas de gestão e participação que devem ser estimuladas entre as populações. Ao Município cabe o papel fundamental de articular com a Administração Central designadamente os meios financeiros e, a nível local, melhorar a coordenação com Juntas de Freguesia e Associações de Moradores no sentido de uma intervenção local eficaz e célere e da racionalização e rentabilização dos meios disponíveis.





## Praias - é urgente agir

A temperatura sobe. As praias enchem-se. E os problemas começam. Terça-feira, 29 de Abril, dois jovens perderam a vida na Costa da Caparica e outros dois foram salvos por surfistas.

Sabemos e admitimos que existirão sempre azares e imprudências que provocarão acidentes. Mas esta verdade eterna não pode justificar atitudes imobilistas relativamente às questões ligadas com a vigilância e salvamento nas praias.

Somos um país com uma enorme costa, muitas e óptimas praias e com muitos dias por ano favoráveis a uma ida à praia.

A utilização da praia registou mudanças quantitativas e qualitativas, com a proliferação de novos desportos ou simples lazer - surf, body-board, motas de água, etc.

Perante tais alterações e também porque é uma potencialidade, um recurso natural que importa otimizar, impõe-se proceder a uma reformulação do quadro conceptual ou, se quisermos, do modo de olhar esta realidade.

Actualmente podem os meses de Novembro a Março serem meses quentes que as nossas praias estão despidas de vigilância e, pelo contrário, podem os meses de Julho e Agosto serem de chuva que a vigilância lá estará. Assim acontece por duas ordens de razões:

A primeira porque o conceito de época balnear não é um conceito de reforço de meios, mas antes do período em que se pode ir à praia.

Ora, tal concepção de utilização da praia que correspondia (?) a uma dada época, já nada tem a ver com os nossos dias.

O segundo aspecto liga-se aos concessionários. A prática em vigor é a de que cabe a estes ter meios determinados e exercer a vigilância das praias (entenda-se, dos metros de areal que concessionam), incluindo a contratação de nadadores-salvadores. Ou seja, nas zonas em que um dado agente económico tenha interesse em abrir um café, restaurante ou simplesmente alugar toldos, é-lhes imposta a aquisição de determinado material de salvamento e é-lhe fixado o número de nadadores-salvadores que deve ter, em função da extensão de areal que pretende concessionar.

Temos assim esta componente de interesse público entregue aos privados. É por isso que no extenso areal que começa na Fonte da Telha e que quase se perde de vista, zonas de vigilância coexistem com outras que não a têm. E é pelo tal conceito de época balnear que esta vigilância só é exercida nessa época mítica.

Se fosse imposto aos concessionários o exercício da vigilância o ano inteiro, implicando isso a contratação de um (ou mais) nadadores-salvadores por concessionário, consoante os casos, provavelmente o número de praias vigiadas diminuiria, porque o número de concessionários reduzir-se-ia. Ou então, como acontece já hoje, fechavam as portas em Setembro e só abriam de novo em Junho.

Esta forma de tratar o problema, incluindo o do financiamento desta área de interesse público, já não corresponde à dinâmica da vida, impondo-se reformulações que a adaptem à nova realidade. Estas reformulações passam por dois aspectos:

O primeiro é que o conceito de época balnear seja encarado como a época em que os meios de salvamento e vigilância são reforçados e não como a época da ida à praia.

O segundo é que seja posto de pé um sistema nacional e permanente de vigilância e salvamento nas praias, como um dos vectores da vigilância e salvamento na orla costeira, cabendo naturalmente ao Estado a sua sustentação.

Os concessionários que façam o seu negócio e paguem as taxas e os impostos que lhes sejam devidos.

Foi também tendo presente esta matéria e a inépcia dos sucessivos governos que o PCP propôs a realização de uma Audição Parlamentar ao Sistema de Autoridade Marítima, no qual se insere esta problemática.

Enquanto não se faz o debate e a ponderação das medidas, é sempre bom lembrar que: "Há mar e mar, há ir e voltar".

■ Rui Fernandes

## NACIONAL

# Estudantes manifestam-se A luta continua!

O protesto contra a lei de financiamento reuniu, no passado dia 21, frente à Assembleia da República, estudantes universitários de vários pontos do país, nomeadamente de Lisboa, Porto e Coimbra.

Ao longo de quatro horas de manifestação, os jovens exprimiram o seu protesto contra uma lei que impõe o pagamento de propinas nas universidades públicas, numa clara desresponsabilização do Estado na área do ensino.

Presente no protesto deste "Dia de luto, dia de luta", esteve igualmente a exigência de um ensino superior de qualidade, que salguarde a igualdade de oportunidades para todos.

Os estudantes em luta contam com a solidariedade de outros sectores, em particular de professores. Reunido, em Lisboa, no mesmo dia da manifestação, o Conselho Nacional da Fenprof expressou a sua "solidariedade com a luta dos estudantes do ensino superior, por um ensino público de qualidade".

A JCP tomou posição, saudando "a luta dos estudantes e as suas grandes acções de luta que têm vindo a ser desenvolvidas um pouco por todo o país". A Comissão Política da Direcção Nacional da JCP reafirma, perante a aprovação na generalidade da proposta de aumento das propinas, que "a luta continua".

Em comunicado divulgado dia 22, os jovens comunistas denunciaram as "verdadeiras intenções do PS, do seu Governo, do PSD e do PP".

No documento reafirma-se que o PS "tem procurado prosseguir, nos seus aspectos fundamentais, a política elitista e neoliberal de privatização da Educação em Portugal" e sublinha-se a intenção de "afastar do sistema de ensino 1/5 da popula-



Estudantes manifestam-se frente à Assembleia da República

ção estudantil do Ensino Superior Público, ou seja, 40 mil estudantes, através da redução do financiamento das escolas".

A JCP considera que tanto o PSD como o PP estão comprometidos com esta política de desresponsabilização do Estado. "O primeiro procurando fazer um jogo duplo com os estudantes através da muito limitada liberdade de voto aos deputados da JSD que na prática viabiliza a proposta do Governo e os segundos procurando que na especialidade o

aumento das propinas seja muito superior ao anunciado".

O parecer final da Universidade Clássica de Lisboa, entretanto apresentado a votação no Senado, surge também como uma clara crítica à Lei de Financiamento.

O documento salienta, nomeadamente, que "não pode a Universidade de Lisboa concordar que o financiamento que compete ao Estado seja suportado pelos estudantes ou pelas suas famílias".

## Aveiro e Évora contra alterações à Lei de Bases

Estudantes das escolas secundárias de Aveiro saíram à rua, na passada 5ª feira, numa acção de protesto contra a actual política de educação.

Nesta acção de protesto,

mais de mil jovens participaram numa manifestação contra as provas globais e a alteração à Lei de Bases, por uma educação pública gratuita e de qualidade, enquanto cerca de quatro

mil estiveram envolvidos num boicote à aulas que se prolongou por todo o dia.

Os estudantes entregaram no Governo Civil um abaixo-assinado e um documento em que questionam os critérios de justiça e de uniformidade no acesso ao ensino superior e consideram como desnecessárias as provas globais.

Os manifestantes seguiram depois para a Universidade de Aveiro, solidarizando-se com a luta do ensino superior.

### Évora

Por iniciativa das três Associações de Estudantes de Évora, os estudantes do ensino secundário participaram numa

manifestação na cidade, no dia 16 de Maio, reivindicando uma verdadeira mudança no sistema de ensino.

Os manifestantes entregaram na Direcção Regional de Educação do Alentejo uma carta reivindicativa, em que se propõe: a extinção das provas globais e do exame nacional; a anulação da proposta de alteração à Lei de Bases que determina que cada estabelecimento do ensino superior tenha os seus próprios critérios de selecção; a abolição do *numerus clausus*; revisão dos programas do ensino secundário, demasiado extensos e desajustados da realidade; redução da carga horária no 12º ano.



Jovens manifestam-se em Aveiro contra alteração à Lei de Bases

## JCP - Encontros no Porto

-Sob o lema "Com a Juventude, Construir o Futuro", realizou, dia 17 de Maio, no Auditório da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, o 5º Encontro Distrital do Porto da JCP, que contou com a participação de Luísa Araújo, da Comissão Política do CC do PCP.

Os participantes do Encontro debateram, entre outros temas, a situação dos jovens no distrito - ao nível do ensino e do emprego -, as políticas de juventude desenvolvidas pelas autarquias do distrito e a incidência da política do governo PS na situação da juventude, a intervenção da JCP nas escolas, nas empresas e a nível local e, particular-

mente, as formas de participação dos jovens comunistas na Juventude CDU nas próximas eleições autárquicas.

No debate foram referidos alguns factos e dados concretos, como a inexistência de infra-estruturas, nomeadamente desportivas, as graves insuficiências ao nível da Acção Social, a prática inexistência de Pelouros da Juventude nas Câmaras Municipais do Distrito. Saliu-se ainda o facto de o distrito do Porto ter a mais alta taxa de crescimento do desemprego do país, o que afecta particularmente os jovens.

Sobre a intervenção da JCP no distrito, foi reconhecida uma

evolução positiva, quer ao nível do número de colectivos consolidados, quer ao nível da intervenção da JCP.

### Ensino Superior

A urgência de um acréscimo da qualidade do Ensino Superior - é uma conclusão fundamental da Assembleia da Organização do Ensino Superior do Porto da JCP, realizada em 10 de Maio.

De entre os requisitos indicados para esses acréscimos de qualidade, a Assembleia destacou - como foi posteriormente divulgado em conferência de

imprensa: a dotação dos estabelecimentos de ensino de orçamentos suficientes e estáveis e a assunção pelo Estado da responsabilidade pelo adequado financiamento do Ensino Superior Público; a definição de uma política de Acção Social Escolar (ASE) que tenha em conta as reais necessidades de todos os estudantes; uma maior participação estudantil na gestão das escolas; eliminação gradual do *numerus clausus*; a integração, num sistema único do ensino superior, de todas as universidades e escolas politécnicas; consagrar a gratuitidade de todos os graus de ensino da rede pública e seu alargamento.



## TRABALHADORES

# Pelo emprego, pelos salários, pelos direitos A luta em unidade é factor determinante

Com a participação activa da CGTP, que leva a cabo uma concentração em Lisboa, com desfile da sede da CIP até à residência oficial do primeiro-ministro, a Confederação Europeia de Sindicatos promove hoje uma jornada de acção pelo emprego e pelos salários. Nos últimos dias, em várias empresas e sectores, os trabalhadores reafirmam a sua disposição de prosseguir a luta, mesmo perante uma desigualdade que é agravada pelo facto de o Governo alinhar constantemente pelas posições do patronato.

O valor da luta travada no **Complexo Grundig/Blau-punkt** contra o despedimento colectivo e em defesa do emprego — levando mesmo duas operárias a entrarem em greve de fome — foi salientado na semana passada, numa conferência de imprensa em que as organizações representativas dos trabalhadores afirmaram, com todas as letras, que ainda não foi possível anular a medida da administração «porque o Governo se colou, clara e inequivocamente, às pretensões desta multinacional».

Denunciando a «grave injustiça social» e a «vergonha» que se verifica em empresas que, como a Grundig, «recebem centenas de milhares de contos de subsídios comunitários, sob o falso pretexto de se modernizarem e criarem postos de trabalho, para

depois promoverem estes despedimentos colectivos», os representantes dos trabalhadores da Grundig sublinharam que «os momentos e feitos que todos nós aqui vivemos ao longo dos últimos dez dias não deixarão por certo de ficar inscritos nas páginas da história do movimento operário português» e que «a determinação e coragem na luta pelo emprego, que todos aqui demonstrámos, são um enorme contributo para a luta que todos os trabalhadores travam hoje contra o recrudescimento e brutalidades do poder capitalista no mundo».

Recordando que a Grundig já foi condenada por ter tentado um despedimento colectivo em 1992, as ORTs do complexo industrial bracarense fizeram questão de deixar claro que a luta «não se esgotou e é para

continuar, particularmente nas suas vertentes política e jurídica». E, para que o Governo não tenha que voltar a lamentar-se no futuro por se sentir impotente e sem capacidade de decisão, exigiram: «está na hora de repensar e alterar a lei dos despedimentos».

## Vidreiros em Lisboa

Várias dezenas de trabalhadores da **Manuel Pereira Roldão** deslocaram-se dia 21 a Lisboa, para exigirem no Ministério da Economia o cumprimento das promessas de alternativas de emprego, feitas há quase um ano mas ainda não concretizadas. Quase uma centena de trabalhadores ficaram excluídos do quadro laboral da empresa, no desfecho do processo que impediu o encerramento da MP Roldão. Desde então, refere um comunicado recente do sindicato da Indústria Vidreira, aqueles trabalhadores dispobilizaram-se para acções de formação profissional, que terminaram há mais de 3 meses, sem que tenha havido uma decisão do Governo quanto a soluções alternativas de emprego ou à continuação da formação.

Além de não criar alternativas, o Governo também não tem garantido o pagamento dos salários a estes trabalhadores em devido tempo.

## STAL insiste

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local decidiu promover uma grande acção, com contornos a definir «oportunamente», durante a segunda quinzena de Junho. Até lá, vai realizar iniciativas procurando sensibilizar a opinião pública para os problemas dos trabalhadores das autarquias e vai continuar a esclarecer e mobilizar para a luta em defesa de justas reivindicações.

As decisões foram tomadas sexta-feira, em reunião da Direcção Nacional, que atribuiu ao Governo a «inteira responsabilidade» pelas consequências das lutas desenvolvidas no sector e que têm por principal objectivo exigir que o executivo cumpra o acordo que celebrou com os sindicatos no início de 1996.

A direcção sindical considerou que a adesão dos trabalhadores das autarquias à greve nacional de 19 de Maio foi «mais uma forte e inequívoca resposta às posições de incumprimento dos compromissos assumidos pelos Governo» e salientou que «importa continuar a exigir do Governo e do Ministério das Finanças o fim da utilização do critério de dois pesos e duas medidas, traduzido nas benesses, avals e outros que tais, para

uns, e na contenção social para os trabalhadores».

## Rodoviários param hoje

A Festru/CGTP convocou para hoje uma greve no sector de transportes rodoviários privados de passageiros, na sequência do processo de luta contra a associação patronal e as empresas associadas, pela revisão da contratação colectiva.

Na revisão salarial, a Antrop propõe «aumentos que, pela sua insignificância, representam um efectivo prejuízo salarial para os trabalhadores», refere um comunicado da federação sindical. É também denunciado o facto de «várias empresas» filiadas na Antrop estarem a aplicar alterações ao horário de trabalho que se encontram à margem da negociação colectiva e não têm o parecer dos representantes dos trabalhadores nem a aprovação do Ministério do Emprego.

Estas alterações, ao aumentarem a disponibilidade do trabalhador para a empresa, põem em causa o direito ao descanso, a saúde dos trabalhadores e a segurança rodoviária. Ao nível das remunerações, cada trabalhador é prejudicado, segundo a Festru, em cerca de 40 contos por mês.

Perante as ilegalidades no sector, a Inspeção do Trabalho nada tem feito, afirma a Festru, notando que «a passividade do Ministério do Emprego tem sido a nota dominante no próprio processo de revisão contratual».

## Têxteis europeus solidários contra a burla

Numa moção apresentada pela Fesete/CGTP e pelo Sindetex/UGT e que foi aprovada por unanimidade, o 2º Congresso do Comité Sindical Europeu dos Têxteis, Vestuário e Calçado manifestou «apoio e solidariedade à luta dos trabalhadores portugueses pelas 40 horas, pelo respeito dos direitos contratuais e pelo fim do trabalho ao sábado».

O congresso esteve reunido no Porto, de quarta a sexta-feira da semana passada, com a participação de mais de quatro dezenas de organizações sindicais de 27 países europeus, representando um universo laboral de 5 milhões de pessoas. Os trabalhos decorreram sob o lema «Mais do que nunca o emprego, numa Europa forte, democrática, aberta e solidária», com particular acento na luta contra o desemprego.

A moção de solidariedade foi dada a conhecer no sábado, em Pevidém, durante uma concentração de trabalhadores que cumpriam mais uma jornada de greve pela redução efectiva dos horários, a caminho das 40 horas semanais.

Para ontem estava agenda uma reunião, em Lisboa, entre a ministra do Emprego e uma delegação da Fesete. «Esperamos que a senhora ministra apresente as anunciadas soluções para o conflito que se mantém há mais de 5 meses», afirmava a federação numa nota que distribuiu à comunicação social.

Na semana passada, a União dos Sindicatos de Braga anunciou que, conjuntamente com a Fesete e os sindicatos têxteis, está a preparar para data a anunciar oportunamente, a realização de uma segunda **marcha pelas 40 horas**.

## Seguros

O trabalho suplementar não remunerado «é a regra» na generalidade das companhias de seguros e diversos testemunhos dessa infracção foram dados no plenário de trabalhadores realizado quinta-feira pelo sindicato do Norte (STSN), onde foi saudada a acção da Inspeção-Geral do Trabalho, nos dias 12 a 14 de Maio, que visitou 702 estabelecimentos, levantou 354 autos e vai aplicar coimas que, no total, se situarão entre 5100 e 51 mil contos.

«O índice de infracção é muito elevado e evidencia uma cultura generalizada de incumprimento da maior gravidade», afirma a IGT na nota em que divulga o resultado da intervenção e onde sobressaem, pelo elevado número de autos levantados, as companhias **Bonança, Tranquilidade, Império, Mundial Confiança, Fidelidade e Aliança UAP**. No plenário sindical foi reclamada a continuação das inspecções e a urgente revisão do montante das multas, e foi salientada a importância da acção a desenvolver pelos trabalhadores dentro das empresas.

## Supermercados

Na reunião de conciliação de sexta-feira passada, a associação patronal dos super e hipermercados — representada por António Rousseau, Pina Fernandes e Paulo Marques — abandonou as negociações, «demonstrando total ausência de ética e de respeito pelas entidades e instituições com quem negociavam». Ao condenar esta atitude da APED, a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços afirma que ela foi tomada depois de a associação patronal não ter conseguido justificar as suas muito baixas propostas de aumentos salariais, num sector em expansão e onde todas as cadeias (excepto os estabelecimentos Feira Nova, Pingo Doce e Recheio, do Grupo Jerónimo Martins) pagam já salários acima da tabela aplicável nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. Os sindicatos reclamavam aumentos entre 3,6 e 4,5 por cento; os representantes da APED levantaram-se e saíram depois de o representante do Ministério do Emprego ter proposto que cada uma das partes cedesse metade do valor que separava as suas posições negociais.

## Panificação

Transitou para conciliação o processo de revisão do CCT da Panificação de Lisboa. A última proposta patronal apontava aumentos salariais de 1,5 por cento, passando o subsídio de alimentação de 225 para 235 escudos. Os patrões exigiam ainda que o domingo passasse a ser considerado como dia normal de trabalho.



## «O País fica a perder» com a privatização da EDP

«Nos últimos 3 anos, os lucros líquidos da EDP somaram 190 milhões de contos. Neste período, a empresa pagou ao Estado 115 milhões de contos de IRC. Perante esta realidade, não tem qualquer sentido argumentar que a privatização vai proporcionar um «encaixe» de 350 milhões de contos para os cofres públicos. O País fica a perder.»

A preocupação e o protesto estão expressos na **carta-aberta ao primeiro-ministro** que foi aprovada quinta-feira, em plenários a nível nacional nos locais de trabalho das empresas do Grupo EDP, e divulgada nessa tarde à comunicação social pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal (na foto).

No documento — que será entregue em São Bento no dia 5 de Junho — os trabalhadores dizem a António Guterres que «os actos políticos é que, no fim de contas, mostram se «pri-

meiro estão as pessoas», como se afirmava na sua campanha eleitoral, ou se, como nos governos anteriores do PSD, antes dos interesses dos trabalhadores e do País estão os interesses de uma minoria». Verificando que «a posição do Governo de V. Ex.ª, em relação à privatização da EDP, é semelhante à do Governo anterior, senão mais contundente, o que nos deixa francamente perplexos e indignados», previnem que «abermos avaliar os seus actos e retirar as devidas conclusões».

Entretanto, «continuaremos a denunciar e a combater esta política, defendendo, em ampla unidade e com firme disposição de luta, um sector eléctrico moderno e eficaz, em condições de prestar um serviço público de qualidade, valorizando os recursos humanos, e onde os trabalhadores tenham estabilidade de emprego e vejam os seus direitos respeitados».



## Comunistas insistem no combate à delapidação do sector empresarial do Estado

# Lucros privados com prejuízo público

**N**a quinta-feira, dia 5 sobre ao plenário do parlamento a proposta do Governo PS para alterar a Lei de Delimitação dos sectores económicos, que reduz o sector público a limites sem precedentes. No encontro nacional de quadros realizado na semana passada, o PCP voltou a denunciar o facto de o património público estar a saque e marcou para dia 4 a distribuição, a nível nacional, de um documento sobre estes problemas. Foi ainda feito um forte apelo à participação na acção que as estruturas representativas dos trabalhadores estão a preparar para o dia do debate parlamentar, em São Bento.

Esta é «uma batalha difícil, face à envergadura da propaganda do Governo e do grande capital e ao seu conteúdo ideológico, pelos silêncios da comunicação social face ao protesto e à luta dos trabalhadores e às posições do Partido», mas «há que prosseguir com a convicção de que está em causa o interesse nacional, os interesses do povo português, os interesses e direitos dos trabalhadores», salientou no final da reunião o camarada Jerónimo de Sousa, que moderou o debate.

Ao apresentar uma síntese dos trabalhos, aquele membro da Comissão Política do PCP sublinhou que «o envolvimento, a mobilização e a luta dos trabalhadores, a nível de cada empresa e sector, sendo insuficientes, continuam a constituir factores determinantes e insubstituíveis para a defesa do sector público, tendo como ponto de partida e alicerce os seus direitos e regalias». Esta acção «não dispensa, antes exige, o esclarecimento e a sensibilização da opinião pública, porque estão em causa direitos que são os seus».

Com estes pressupostos, o encontro de dia 20 apontou a necessidade de «dar resposta concreta e imediata aos processos de privatização em curso», «promover no dia 4 de Junho uma acção de distribuição nacional de um documento do Partido», contribuir na «mobilização para a acção unitária de 5 de Junho junto à AR» e «considerar a realização, no próximo ano, de uma grande iniciativa do Partido sobre o sector público» - referiu Jerónimo de Sousa.

No encontro foi denunciado que «objectivo central do Governo é destruir o sector empresarial do Estado, passar à fase da privatização de todos os sectores estratégicos e de funções sociais do Estado, entregando importantes e decisivas alavancas da nossa economia e de áreas sociais ao grande capital, designadamente ao capital estrangeiro».

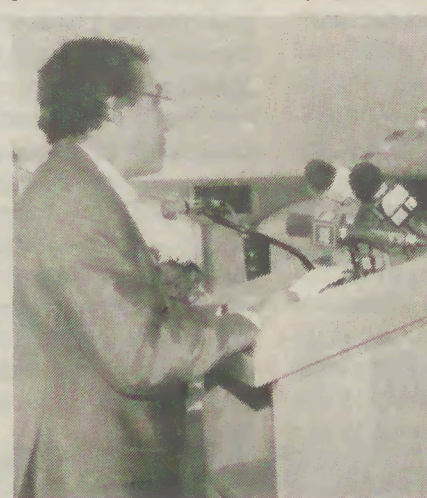
«Na avaliação feita pelo encontro, tanto nas privatizações realizadas, como nas medidas preliminares tomadas pelos governos e administrações, perderam os trabalhadores, perderam as populações, perdeu o País», disse Jerónimo de Sousa, alertando que, «caso se concretizem o programa de privatizações do Governo, o acordo PS-PSD para a revisão constitucional e a alteração à Lei de Delimitação de Sectores, ficará penhorado o desenvolvimento económico independente do País, haverá mais desemprego e precarização, degradar-se-ão os serviços e as funções sociais do Estado».



### Carlos Carvalhas

## «Não é este o caminho»

Ao intervir no encerramento do encontro de quadros comunistas, o secretário-geral do Partido acusou o Governo PS de, «com o protector nome de socialista», preparar-se «para reduzir o sector público a um nível inferior ao do tempo de Salazar».



Carlos Carvalhas protestou veementemente contra o «saque» do património público, em particular no caso da EDP, mas também na Telecom e nas autarquias.

«O processo de privatizações tem mostrado que não é esse o cami-

nho capaz de promover a modernização da economia portuguesa e a sua internacionalização», afirmou o dirigente comunista, sublinhando que, «pelo contrário, o processo de privatizações em curso e o crescente domínio pelo capital estrangeiro de empresas estratégicas em centros nevrálgicos do desenvolvimento económico do País, são hoje o principal obstáculo a uma estratégia nacional de modernização da economia portuguesa, de alteração do perfil de especialização produtiva e da inserção activa na divisão internacional do trabalho de acordo com os interesses nacionais».

Carlos Carvalhas lembrou que, «consumadas as privatizações, que correspondem normalmente a significativos aumentos dos recursos materiais e de poder dos detentores do capital, uma das primeiras posições dos gestores privados é, invariavelmente, o anúncio público de que a Empresa tem que reduzir rapidamente os custos». «Fica portanto muito claro que as privatizações têm representado o caminho mais directo e mais fácil para uma diminuição dos postos de trabalho nas Empresas, donde se conclui que o avanço das privatizações está directamente relacionado com o aumento do desemprego e das reformas antecipadas».

## Vivemos uma fase crucial

«Na continuidade de um processo que vem de longe, o PS no Governo tem vindo a acelerar e aprofundar o ataque ao sector público (...). A este processo, ditado pelas opções de fundo do PS, em sintonia com as ondas da privatização à escala mundial, está também associado o objectivo da entrada na moeda única, com o Governo a promover o encaixe de dinheiro a todo o custo para a redução da dívida pública, mesmo com o recurso à venda do património e de alavancas essenciais para o desenvolvimento do País».

Estamos numa fase crucial, com o PS no Governo a procurar de alguma forma completar a ofensiva que iniciou em 1976/77.

Durante o ano de 1996, no âmbito da intervenção do Governo PS, foram privatizadas importantes empresas como a Companhia Nacional de Petroquímica (1ª fase), a Portugal Telecom (2ª fase), o Banco de Fomento Exterior (2ª fase), a Cimpor (2ª fase), o Banco Totta & Açores (última fase), a Tabaqueira (1ª fase), a Agroquímica e o Banco Comercial dos Açores (1ª e 2ª fase).

Para 1997 o Governo anunciou e tem em marcha, além da «venda» da Setenave ao grupo Mello no âmbito do negócio da Lisnave, um pacote de empresas de grande importância. Anunciou para 16 de Junho a privatização de 30% a 49% da EDP; prevê para Outubro/Novembro a 3ª fase da privatização da Portugal Telecom (com a redução do capital do Estado de 51% para 26%) e fala ainda na possibilidade de privatizações na Transgás, na Quimigal, na Portucel Industrial, no BFE (os 3,5% do capital do Estado que restam), na Brisa (cerca de 30% do capital), na Petrogal (30% a 35% do capital em negociações com a Saudy Aramco). Paralelamente prossegue a preparação e andamento de acções privatizadoras em sectores da Administração Pública Central, em áreas da responsabilidade da Administração Local, como as águas e o saneamento, e na área dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas.

Do plano de privatizações anunciado pelo Governo até 1999 constam ainda outras empresas e sectores como a Cimpor (conclusão da privatização, ficando apenas cerca de 10% de capital do Estado), o Grupo Portucel; a Siderurgia Nacional - Serviços; os Estaleiros Navais de Viana do Castelo; a Tabaqueira (2ª e 3ª fases); a ANA; a TAP; a Brisa;

a Silopor; a Tertir; a GDP; a EPAC; a Companhia das Lezírias; a PEC-SGPS e a Dragapor, a que há que juntar sectores da Administração Pública, áreas da Administração Local e dos EFFAs.

Entretanto, o PS procura consagrar as suas opções no plano constitucional e legislativo. No acordo de revisão constitucional que estabeleceu com o PSD aponta para a eliminação do sector público da Constituição da República. Ao mesmo tempo, o Governo PS aprovou e enviou para a Assembleia da República uma proposta de revogação da lei de delimitação dos sectores que liquida na prática a possibilidade de qualquer sector reservado ao Estado, proposta cuja discussão está agendada para dia 5 de Junho. Independentemente da sua importância estratégica e da sua relevância social, tudo é aberto ao grande capital, tudo é submetido à cruel lógica do lucro e novos passos são dados na privatização de operadores públicos existentes.

Deixa de haver a limitação a 49% do capital privado nas empresas que garantem o serviço público das telecomunicações, abrindo o caminho para o seu domínio pelo capital estrangeiro.

O serviço de Correios é aberto e mesmo a parte considerada como serviço público pode ser concessionada a privados, perspectivando uma real degradação e encarecimento dos serviços postais.

As indústrias de defesa, incluindo a indústria do armamento, são também abertas ao capital privado.»

### Necessário responder

«Até agora não foi possível fazer passar para os trabalhadores e a população a ideia das consequências muito negativas das privatizações e do crescente domínio da economia e da vida nacionais pelos grandes grupos económicos associados às multinacionais, que no entanto são bem evidentes em vários planos (...).

Face à situação existente, é evidente a necessidade de uma resposta imediata aos processos em curso em sectores alguns dos quais decisivos, mas uma resposta inserida numa estratégia a prazo. Associando a acção de esclarecimento e mobilização do movimento sindical e dos ORTs, a luta dos trabalhadores de cada sector e as acções convergentes, ao esclarecimento e mobilização da população e a uma maior intervenção do Partido nas empresas, na rua e nas instituições, mostrando a necessidade e o papel e o carácter insubstituível dos serviços públicos e do sector público e as consequências negativas das privatizações.

É uma resposta a reforçar de imediato.»  
(Da intervenção de Francisco Lopes, membro da Comissão Política do PCP)

Toda esta situação, referiu ainda o secretário-geral do PCP, «corre para um aumento artificial das responsabilidades da Segurança Social, designadamente no capítulo das reformas, sem que se verifiquem medidas compensatórias a este nível e, pelo contrário, se assista mesmo a diversas tomadas de posição que perspectivam perigosamente um futuro próximo em que serão inclusive os interesses privados a entrarem nesta questão das reformas e a tirarem ainda mais proveitos do negócio».

Carlos Carvalhas chamou a atenção para que, «com o aumento do poder económico de meia dúzia de famílias, aumenta também o seu domínio sobre o poder político», pelo que «é também a democracia política que está em causa», pois «chorudos negócios, poder político e corrupção sempre estiveram ligados à delapidação de riquíssimo património público».

Guardando para o futuro a confirmação desta regra, Carvalhas reafirmou que, «pela nossa parte, assumimos as nossas responsabilidades e não deixaremos de denunciar esta vergonhosa política, seja ela praticada pelo PSD ou por um governo do Partido Socialista».

## Mistificações e mentiras

«O reembolso da dívida pública pelas receitas das privatizações vai libertar meios (públicos) para as despesas sociais.»

(...) Se a privatização permite o reembolso da dívida pública e liberta alguns recursos..., liquida também a obtenção de outros recursos. Os recursos que o SEE ainda hoje paga em dividendos e impostos para o equilíbrio do Orçamento do Estado (OE). Só em 1997, o SEE contribui com 375 milhões de contos para o OE, isto é, mais de 50% do valor total que o Governo refere pagar de juros da dívida pública!

O raciocínio dos «inteligentes socialistas» é o daquele cidadão que, tendo uma dívida contraída para adquirir uma casa (e por ela paga juros e amortizações) resolvesse «vender» o emprego para pagar o empréstimo!

É que o Governo PS, à semelhança de Cavaco Silva, faz as contas (mas não é por ignorância) desconhecendo a existência de um património... Como se o referido cidadão, que obteve a habitação por recurso ao crédito, pudesse avaliar a situação económica do agregado familiar, sem contabilizar a existência (e o significado) dessa habitação...

As privatizações não vão «libertar recursos». Vão liquidar uma importante e decisiva fatia de recursos do Estado! (Será interessante comparar o que estão ou vão pagar ao fisco as empresas privatizadas e o que pagavam quando eram empresas públicas.)

Mas sem dúvida que o mais exemplar é a tese justificativa (mistificatória) da necessidade de libertar recursos. O Governo quer libertar recursos para a saúde, para a educação...? O que o Governo quer, é libertar recursos para realizar a privatização dos transportes, das escolas e ensino público, das reformas e pensões, pois, como hoje é patente, gastam-se largos milhões do erário público nas operações de privatização: publicidade (na EDP, um milhão de contos), comissões pagas aos operadores financeiros que organizam a privatização. (Na Telecom falou-se de 4,2 milhões de contos!) (E o Governo PS tem-se mostrado, nesta matéria, claramente diferente do «contido» Cavaco Silva.)

(...) «A pedagógica experiência do Reino Unido, de Thatcher, Major, Blair, diz-nos que «o papel do Estado na economia reduziu-se efectivamente de 3% a 0,5% do Produto Nacional Bruto (PNB), particularmente em razão do desaparecimento de uma fonte importante de lucros das empresas públicas», que se transferiram para bolsos (e bolsos) privados!»

Em compensação, a percentagem das despesas globais do Governo permaneceu estável depois de 1979! E não foi porque cres-



Dirigentes responsáveis por várias frentes de intervenção do PCP no combate à política privatizadora participaram na reunião

## O salto qualitativo do PS

«Não estamos a assistir à simples continuação da política de direita em matéria de privatizações. Pelo volume de privatizações, pela natureza dos sectores a que se aplicam, estamos perante um salto qualitativo na fúria privatizadora. A nova orientação do PS encontra a sua expressão no novo projecto de alteração à lei de delimitação dos sectores. Enquanto a lógica da lei em vigor visava limitar a iniciativa económica privada, a nova versão visa limitar a iniciativa económica pública. Trata-se de uma alteração de monta. O PS, no mais puro fundamentalismo neoliberal, propõe-se reduzir a nada todo o sector público rentável.»

É longa a luta dos trabalhadores contra as privatizações e a restauração dos grupos monopolistas, uma luta travada em condições difíceis. Entretanto, é necessário ter-se em conta que os inimigos das transformações socioeconómicas operadas com a revolução aprenderam bastante com esta luta, quer tomando medidas para neutralizar a principal força de resistência, os trabalhadores, estimulando e facilitando-lhes a compra de acções, quer realizando um trabalho sistemático de intoxicação ideológica das populações (...).

A política de privatizações reduz significativamente o património público e o potencial de intervenção económica do Estado. (...) As privatizações e as subsequentes reestruturações ditadas por critérios de rentabilização financeira, têm significado invariavelmente despedimentos, reformas antecipadas, desregulamentação, pressões sobre os salários.

A política de privatizações é também responsável pelo agravamento do desemprego. A rentabilização do capital faz-se intensificando a exploração, faz-se reduzindo os efectivos. Atente-se na subida do valor das acções na Bolsa, quando as grandes empresas anunciam despedimentos. A aplicação de somas fabulosas na aquisição de capacidades já instaladas e não na criação de novas unidades e o facto de o Estado gastar os encaixes resultantes das privatizações, não em investimentos produtivos, mas para cumprir os critérios de Maastricht, cujo resultado imediato é o ataque ao social, contribui igualmente para agravar o problema do emprego.

A privatização de áreas e sectores na área da Administração Pública Central e Local terá enormes consequências sociais para os trabalhadores e as populações. O que se já está a passar com a privatização da água, é bastante elucidativo. Com a privatização das funções sociais do Estado, opera-se uma nova redistribuição da mais-valia a favor do capital, quer pelo que os trabalhadores e as populações têm de pagar, quer pelos serviços que o Estado assegura aos privados, pagos com dinheiros do Orçamento de Estado.

(...) A liquidação da Segurança Social é uma ameaça que deve ser tomada muito a sério. Depois das grandiosas lutas em França pela defesa da Segurança Social pública, o Governo do PS, tal como outros governos europeus, procura caminhos gradativos e intensifica a demagogia, mas isso não faz decrescer os perigos. A pressão das companhias de seguros para deitar mão aos dinheiros da Segurança Social é enorme. Entretanto, os fundos de pensões, acelerando a financiarização do sistema, animando a especulação financeira, são em grande parte responsáveis pelo aumento do desemprego.

Com o anúncio de privatizações de empresas ligadas às Forças Armadas, confundindo os interesses de lobbies imobiliários, de fabricantes europeus de armamento, com os interesses nacionais, o Governo do PS abre uma nova frente de privatizações de graves consequências para os trabalhadores e a defesa da soberania nacional.»

(Da intervenção de Domingos Abrantes, membro da Comissão Política do PCP)

ceram os investimentos na saúde, educação, segurança social, habitação... bem pelo contrário.»

### Nem concorrência nem eficiência

«Esta é uma tese central do neoliberalismo. Privado igual a eficiência.»

(...) Que pensarão da «eficiência» das empresas que resultaram da privatização da Rodoviária Nacional (RN) os habitantes da aldeia da Beira Interior ou do Alentejo que ficaram sem a «carreira»? Ou a população de Trás-os-Montes, da «eficiência» da CP que lhe liquidou quatro vias férreas?

Mas será que, mesmo do ponto de vista estritamente economicista (que não económico), eficiência igual a máxima rentabilidade financeira, o privado apresenta, como regra geral, vantagens? Quem já mediu a eficiência do sector privado em Portugal? A Caixa Geral de Depósitos é menos eficiente que o BPA ou o BES, ou o BTA?

Em 1995, um balanço feito pelo GAFEEP/Ministério das Finanças não consegue demonstrar que as empresas e sectores financeiros (bancos e seguros) se tornaram mais eficientes graças à privatização!

(...) «Outro axioma incluído nesta tese corresponde a deduzir (não

por ignorância), dessa ideologia da privatização a conclusão de que a privatização vai significar o fim de situações monopolistas e o aumento da concorrência. E como, segundo esses apologistas, mais concorrência significa sempre mais eficiência... estão justificadas as privatizações.

O aborrecido é que a história recente das privatizações demonstra exactamente o contrário.

No sector bancário e segurador, as privatizações, a par com a liberalização e desregulamentação, produziram (o que não é de estranhar) exactamente o contrário: uma concentração como nunca o País tinha conhecido.»

(Da intervenção de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP)





## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Financiamento do Ensino Superior

## Governo põe em causa direito ao ensino

Duas concepções distintas quanto ao papel assumido pelo Ensino Superior no desenvolvimento do País voltaram a estar em confronto no Parlamento.

Com as propinas em pano de fundo, a polémica voltou a concitar as atenções no Parlamento, fez ontem oito dias, a propósito do financiamento do ensino superior público. Na linha de fronteira, a separar posições entre o Grupo comunista e o Governo, em síntese, o modo como é encarada a educação.

Na perspectiva do PCP, como salientou Bernardino Soares, trata-se de um investimento, enquanto que para o Governo - demonstra-o a sua obsessão por adoptar a propina única - a educação é sinónimo de despesa.

A confirmá-lo, como foi lembrado, estão alguns factos que não deixam margem para dúvidas. Desde logo, a crescente desresponsabilização do Estado pelo financiamento do Ensino Superior, com isso "negando o direito ao ensino e hipotecando o futuro". Tudo se resume, pois, ao princípio "quem quer educação, paga-a!", lema caro ao PSD (com o qual se viria a dar mal), e que hoje encontra um fiel continuador no Governo PS.

E de pouco valeram as afirmações de Marçal Grilo quando este garantiu que o Estado continuará a suportar uma parte substantiva do financiamento deste grau de ensino, do mesmo modo que não convenceu o argumento por si dirimido de que é a acção social

escolar que opera a justiça social e não as propinas.

Para a fragilidade do argumento chamou a atenção ainda Bernardino Soares ao frisar que a acção social escolar é "um mar de indefinições e conceitos vagos, sem nenhuma garantia para os estudantes", lembrando a este respeito o seu carácter "ridiculamente insuficiente". "Talvez por isso - observou - o Governo não concretiza, por exemplo, como serão os escalões para atribuição de bolsas de estudo", enquanto ignora, noutra plano, "os elevadíssimos custos indirectos da frequência do ensino superior, suportados na totalidade pelos estudantes e suas famílias".

Foi ainda neste capítulo que se fizeram notar as diferenças



Seguindo as pisadas do seu antecessor, o Governo PS adoptou o lema "quem quer educação, paga-a!", o que tem motivado o protesto dos estudantes

de conceito que sobre a matéria dividem as forças políticas e que levam, no caso do Grupo comunista, a considerar que a acção social escolar "deve encarar os estudantes como trabalhadores intelectuais responsáveis" aos quais devem ser dadas "condições para que possam frequentar o ensino superior".

"É por isso que defendemos que a todos os estudantes sejam prestados apoios gerais nos domínios da alimentação, da assistência médica e medicamentosa, do apoio para transportes, dos elementos de estudo e material escolar e da informação e procuradoria", esclareceu Bernardino Soares, que se manifestou igualmente defensor de "discriminações positivas para todos os que não

disponham dos recursos económicos necessários".

Mas da natureza e significado das propostas governamentais falou também o deputado comunista José Calçada para pôr em evidência os riscos que elas comportam em termos de aprofundamento do fosso que separa o nosso país dos restantes da União Europeia no que respeita à frequência do ensino superior. É que, alertou, se se levarem em conta alguns indicadores como a taxa de escolarização da população jovem ou o peso da qualificação escolar na população activa, resulta claro - caso não seja adoptada uma "clara política de promoção do ensino superior" -, que o nosso atraso actual "tenderá a perpetuar-se ou mesmo a agravar-se".

Motivo de duras críticas por parte de José Calçada foi ainda o conceito de «estudante elegível» preconizado na proposta governamental. Trata-se de uma medida, advertiu, que pode conduzir já no próximo ano lectivo à redução de cerca de 20 por cento do orçamento dos estabelecimentos de ensino superior e à exclusão administrativa de cerca de 40 mil estudantes.

"Confundindo causas com consequências - sublinhou José Calçada -, o Governo penaliza duplamente aqueles mesmos que, instituições ou estudantes, são mais vítimas do que réus de condições objectivas conducentes a elevadas taxas de insucesso escolar."

## Alterações à lei Penal

## Política anti-social tem novo instrumento

A aposta do Governo em endurecer as penas como forma prioritária de combater a criminalidade foi duramente criticada pelo Grupo Parlamentar do PCP. Em matéria de política criminal, para a bancada comunista, a grande aposta deve situar-se na adopção de medidas no plano do sistema prisional e da reinserção dos condenados e não, como advoga o Executivo, no aumento indiscriminado da repressão.

Nesta linha de fronteira se situaram as divergências da bancada comunista em relação à proposta de lei do Governo que introduz alterações ao Código Penal. É que, lembrou Odete Santos, o "arremesso do endurecimento da repressão, como única forma de combate à criminalidade, representa o uso do poder punitivo do Estado, como forma de esbater a política anti-social, que encontramos no cerne de todas as inseguranças".

Não se ficaram, porém, neste

quadrante as críticas do Grupo comunista a uma proposta de lei que classificou de "invertida e nem sempre bem cuidada tecnicamente". No debate, Odete Santos acusou na passada semana o ministro de querer "funcionalizar o Código Penal", utilizando-o como "arma de arremesso político".

Referia-se a parlamentar comunista à criação, prevista na proposta governamental, do crime contra a liberdade de circulação. Não escondendo a sua indignação por aquilo a que chamou de "Código Penal da ponte" - numa alusão aos acontecimentos na Ponte 25 de Abril no verão de 1994 que levaram ao seu bloqueio em protesto contra o aumento das portagens -, Odete Santos perguntou se "os trabalhadores da Grundig podem ser tratados como piratas do ar".

E é precisamente aqui que reside a questão nodal, porquanto, frisou, o Governo pretende - fazendo hoje o que o PS

criticou no governo anterior - "criminalizar condutas de quem manifeste a sua indignação através de cortes de estradas, da via férrea, ainda que não seja criado qualquer perigo para a vida, para a integridade física de outrem, para valores patrimoniais".

Registe-se que a proposta do Governo, na nova formulação

aos artigos 288 e 289 do Código Penal, pune, respectivamente, com pena de prisão até cinco anos "quem impedir a livre circulação ou atentar contra a segurança de transporte por ar, água ou caminho de ferro", e com pena de prisão até três anos "quem impedir a livre circulação ou atentar contra a segurança de transporte rodoviário".

Com as alterações agora lavradas pelo punho do Ministro da Justiça, correspondendo a uma exigência do Ministro da Administração Interna, segundo Odete Santos, aquele aceitou introduzir no Código Penal matérias que dizem respeito à segurança interna, punindo factos "que são independentes de culpa".

## MAI sem orientação?

"O Ministério da Administração Interna pratica uma política avulsa, sem orientação definida", acusou João Amaral, no texto de um requerimento ao Governo que na semana passada apresentou na Mesa do Parlamento.

O deputado comunista recordou os acontecimentos de Dezembro, em Évora, que levaram à demissão do Comandante-Geral da PSP, na sequência dos quais o ministro da tutela assumiu compromissos públicos em diversas áreas, tendo o Governo feito então várias promessas - apresentou à AR uma proposta de "lei de orientação" da política de segurança interna; apresentou publicamente um estudo sobre as questões da formação dos

profissionais da Polícia; apresentou à AR uma proposta de lei de reconhecimento dos direitos fundamentais dos cidadãos que prestam serviço na PSP.

Passados cinco meses, sublinhou João Amaral, nenhuma dessas iniciativas foi tomada.

"O Governo tem estrito dever de informar com urgência a Assembleia da República acerca das razões destes atrasos. Se não o fizer, o PCP tomará as medidas necessárias para que as questões de segurança interna voltem a debate na Assembleia da República", advertiu o deputado comunista, solicitando ao Governo que informe sobre o calendário concreto que prevê para a apresentação das referidas propostas.

## Acordo PS/PSD contestado



Um grupo de ex-deputados à Assembleia Constituinte entregou na passada semana na Assembleia da República

um documento de protesto contra o acordo de revisão constitucional celebrado entre o PS e o PSD. Com mais de mil assinaturas já recolhidas, o abaixo-assinado foi desencadeado por um grupo de personalidades, entre os quais se encontra o ex-Governador Civil do Porto, Manuel Ramos. A actual vereadora da Câmara do Porto, Ilda Figueiredo, deputada na Assembleia Constituinte pelo PCP, Raul Castro, eleito deputado pelo MDP/CDE, e os ex-deputados socialistas Alberto Andrade e Adelino Teixeira de Carvalho são outros dos antigos membros da Assembleia Constituinte que promovem este protesto. "O acordo PS/PSD sobre a revisão constitucional seria a subversão do regime democrático", salientam no documento os ex-parlamentares, para quem o entendimento foi alcançado "fora da Comissão de Revisão Constitucional e totalmente à sua revelia". Para os antigos deputados constituintes, "não há ponto do acordo que não favoreça o PSD e a direita", facto que, afirmam, "constitui motivo de preocupação e de repúdio quando, pela mão do PS, se tenta desfigurar a Constituição e a vida democrática de que ela é suporte". Segundo os promotores desta iniciativa de protesto, a possibilidade de redução do número de deputados "coloca à mercê do PS e do PSD o sistema eleitoral, bipolarizando a vida política entre eles". Criticado é igualmente o alargamento do voto nas presidenciais aos emigrantes, por considerarem que vai "permitir a manipulação do eleitorado desligado das realidades nacionais", bem como a diminuição dos poderes dos ministros da República nos Açores e na Madeira.

## Revisão acelerada



O Grupo Parlamentar do PCP manifestou o seu desacordo quanto à metodologia proposta pelo PS

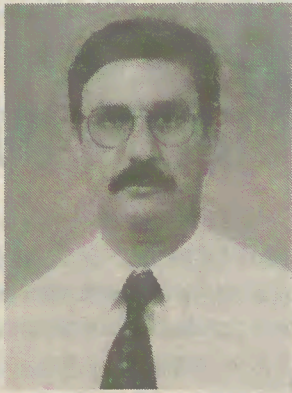
para "acelerar" os trabalhos de revisão constitucional. Basicamente, como revelou Francisco Assis, líder parlamentar socialista, a proposta consiste no escalonamento de um número determinado de artigos para discussão, o que significaria que em cada reunião os deputados teriam forçosamente de concluir o plano estabelecido. Para o Grupo comunista, segundo Octávio Teixeira, trata-se de uma proposta "desajustada", porquanto, disse, "obriga a discutir, sob pressão, um conjunto de artigos por reunião", quando o importante é "discutir seriamente o que tiver que ser discutido, em cada reunião", sem obstáculos como o limite de tempo. Também o PSD é de opinião que a proposta "não faz qualquer sentido", de acordo com as palavras de Carlos Encarnação, que a considerou mesmo "capciosa e quase inacreditável".



## Candidatos da CDU

### ELVAS

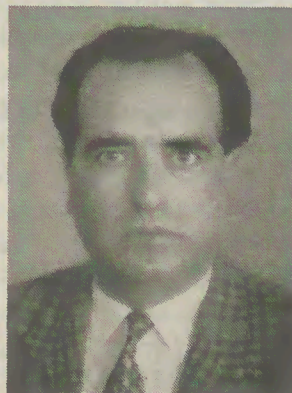
A CDU anunciou que o seu candidato à Câmara Municipal de Elvas será **João Manuel Matias Vintém**. Para apresentar publicamente o candidato, a Coligação promove no próximo dia 7 de Junho uma sessão na Casa de Cultura em Elvas. João Vintém tem 41 anos, é funcionário do Instituto de Reinserção Social do Ministério da Justiça. Membro da Comissão Concelhia de Elvas e da DORPOR do PCP, foi eleito na Assembleia Municipal entre 1980/82; vereador da Câmara Municipal nos mandatos de 1983/85, 1990/93 e 1994/97; membro da Assembleia de Freguesia de Vila Fernando (concelho de Elvas), no mandato de 1986/89; candidato à Assembleia da República em Outubro de 1991, pelo círculo eleitoral de Portalegre.



João Vintém

### PORTIMÃO

**Rui Sacramento e Luís Catarino** são, respectivamente, os cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Portimão. Rui Sacramento tem 52 anos, é empresário e membro do PCP desde 1962, tendo participado, em 1963 na organização do Partido no concelho. É membro da Comissão Concelhia desde 1974 e da DORAL do PCP desde 1989.



Rui Sacramento

Foi exilado político em França, onde frequentou a Universidade de Vincennes, em Paris, fundou e foi presidente da Associação de Boulogne-Billancourt, integrou a Comissão Sindical Portuguesa e pertenceu à Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Após o 25 de Abril foi vogal da Comissão Administrativa da CM de Portimão, deputado na AM entre 1986 e 1989 e é vereador desde 1990, tendo actualmente os pelouros da Acção Social, Higiene Pública, Feiras e Mercado mensais. É também presidente das comissões de Fogos Florestais, do Rendimento Mínimo Garantido e da Protecção de Menores.

O candidato à Assembleia Municipal, Luís Catarino, é advogado em Portimão, foi um lutador antifascista, tendo integrado a Comissão Executiva de Faro da CDE para as eleições de 1969. Foi membro fundador do MDP/CDE, do qual foi vice-presidente, e mais tarde da Associação Intervenção Democrática, a cujo Conselho Geral preside. Foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, passando ainda pelas direcções do Portimonense Sporting Club e da Associação Naval Infante. É membro da Comissão Coordenadora Regional do Algarve da CDU e deputado na AM de Portimão.

## Cacém Fotografia chumbada

Em recente Assembleia de Freguesia do Cacém, os autarcas das várias forças políticas foram surpreendidos com a nova decoração da sala de reuniões. É que, para além da presença já habitual do Presidente da República, Jorge Sampaio, perfilava-se na parede em frente uma garbosa fotografia do secretário-geral do PS (e actual Primeiro-Ministro), António Guterres, o que desde logo motivou o espanto reprovativo de todos.

Antes do início da reunião, um vogal da CDU quis saber por que razão o secretário-geral do PS tinha o privilégio de ali marcar presença - ainda por cima sem prévio conhecimento da Assembleia de Freguesia - e se o Presidente da Junta estava disposto a ouvir as opiniões discordantes e a retirar a fotografia. Face à posição do presidente - de só retirar a referida caso assim fosse votado -, de imediato surgiu uma proposta no sentido de retirar António Guterres daquela sala. A proposta foi aprovada com um voto contra - o do presidente -, tendo os restantes socialistas abandonado a sala durante a votação.

Passados alguns dias, António Guterres, certamente acolhido por mãos amigas, havia desaparecido da sala e do ângulo de visão não só de Jorge Sampaio como dos vogais dos partidos da oposição.



## VILA NOVA DE CERVEIRA



Carlos Plácido

Os candidatos à Câmara e Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira foram divulgados na semana passada pela CDU. A lista à Câmara é encabeçada por **Carlos Plácido de Sousa**, de 72 anos, cientista e professor universitário. Formado pela Faculdade de Medicina de Lisboa, foi assistente de Medicina Tropical e chefou o serviço de especialidade no Instituto Câmara Pestana da Faculdade de Medicina de Lisboa. Mas tarde, durante vários anos de exílio político em Inglaterra, foi professor extraordinário da Universidade de Londres, onde trabalhou no Instituto Lister de Medicina Preventiva e na Faculdade de Medicina do University College Hospital. Publicou em revistas nacionais e estrangeiras da especialidade mais de duas dezenas de trabalhos científicos, além de várias dezenas de outros artigos sobre problemas sociais e políticos.

Resistente antifascista, pertenceu nos anos 40 ao MUD Juvenil e é militante do PCP há 50 anos, sendo actualmente membro do Conselho Regional da Organização Regional de Viana do Castelo.

O primeiro candidato à Assembleia Municipal é Rosamel Pires Venade. Tem 51 anos de idade, é empresário agrícola e pertence ao Conselho Regional da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP. Empenhado na defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores e do associativismo agrícola, é presidente da direcção da Associação Regional dos Agricultores do Alto Minho e presidente da direcção da Cooperativa Agrícola de Vila Nova de Cerveira.



A Juventude CDU promoveu um Encontro Nacional para debater as próximas eleições autárquicas

## Carlos Carvalhas com jovens CDU

«A grande preocupação do Governo PS em relação à juventude é a da propaganda», acusou Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, durante um almoço realizado no passado domingo pela Juventude CDU.

Na ocasião, o dirigente comunista afirmou que «enquanto se exibem os lucros de milhões de contos do capital financeiro a política deste Governo só tem para oferecer a uma boa parte dos jovens portugueses o desemprego, o trabalho precário e mal pago ou a emigração. E uma sociedade que só tem isto para a sua juventude é uma sociedade que fecha o seu próprio futuro. Terão a oposição firme e decidida do PCP e da CDU» disse Carvalhas, acrescentando: «A sua preocupação não vai para um ensino de qualidade, para as saídas profissionais, para o sucesso escolar, para a eliminação do *numerus clausus*, mas para as propinas, para arranjar mais uns cobres para serem devorados na marcha acelerada para a moeda única!»

Mais adiante, o secretário geral do PCP comentou: «Ontem, um dirigente do PS (Jorge Coelho) esteve em Abrantes e procurou atribuir as culpas do atraso da Revisão Constitucional aos outros partidos. É preciso ter desca-ramento!»

«O PS é o responsável por a Revisão ter estado paralisada três meses.

«Durante três meses a CERC esteve paralisada. Foram três meses em que o PS acordou nas negociações com o PSD.

«Agora que tem um vergonhoso acordo com aquele partido quer que a Revisão se faça a "mata cavalos" com o prestimoso apoio da muleta do PP.

«Se este Governo quisesse falar verdade, o que devia ter dito em Abrantes é que com o Governo PS tudo como dantes!

«O país precisa é de uma política que dê resposta ao desemprego e ao desemprego juvenil, que se preocupe com os salários e com a defesa

do nosso aparelho produtivo e não com a acumulação e a concentração da riqueza», disse Carlos Carvalhas.

### Juventude aprova manifesto

O encontro com Carlos Carvalhas decorreu durante o almoço de quadros e activistas da Juventude CDU, que estiveram reunidos no ISCTE, em Lisboa. A reunião teve carácter nacional e contou com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP.

Durante os trabalhos foram trocadas experiências e informações sobre vários concelhos e distritos, nomeadamente por parte de participantes da Ecolojovem, que relataram o trabalho que desenvolvem no Porto, reivindicando melhor qualidade de vida e propondo muitos jovens para integrar as listas da Coligação.

O trabalho associativo juvenil e as questões ligadas às comissões municipais de Juventude foram outros temas abordados no encontro. Ao debate vieram ainda preocupações com manifestações de racismo e xenofobia, ambiente e habitação. No final, os presentes aprovaram um manifesto que afirma as diferenças, na «forma e no conteúdo» da Juventude CDU: na forma de pensar, de intervir, de trabalhar; no conteúdo da acção e das propostas.

O texto sublinha que «o País tem futuro e que o presente pode ser melhor», salientando que CDU tem propostas para uma «efectiva política autárquica de juventude, discutida, definida e levada à prática sempre com o envolvimento do jovens», no sentido de garantir «qualidade de vida e um desenvolvimento sustentado a todos os níveis no respeito e em harmonia com o meio ambiente». A Juventude CDU está organizada em todo o país integrando jovens comunistas, membros da Ecolojovem e muitos outros sem filiação partidária.

## Transportes de Setúbal Concessão deve ser adiada

A CDU recusa os termos em que a actual gestão PS/Mata Cárce-pretende realizar o concurso para concessão dos transportes urbanos de Setúbal, considerando que tal decisão deve ser adiada e que só poderá vir a ter cabimento no quadro de uma política integrada para o tráfego e o trânsito.

Esta posição foi expressa durante um debate promovido na passada sexta-feira sobre as acessibilidades regionais, a circulação e a rede viária, o trânsito e os transportes urbanos na cidade.

Na iniciativa, inserida na auscultação que a Coligação realiza junto dos parceiros sociais e económicos, entrevistaram vários especialistas sobre nestas matérias, designadamente Nunes Silva, professor no Instituto Superior Técnico, Pinheiro Henriques, consultor de trans-

portes, Rosário Macário, da TIS, assim como José Rebola, do Departamento de Transportes da CM do Barreiro, e Joaquim Matias da Comissão de Transportes da Assembleia Metropolitana de Lisboa.

No debate foi realçado que as actuais intervenções avulsas na rede viária e decisões urbanísticas assumidas pela gestão do PS comprometeram em definitivo algumas das medidas preconizadas no PDM e no Estudo de Circulação com o objectivo de evitar o congestionamento do tráfego e permitir a fluidez e segurança do trânsito e transeuntes.

Os presentes salientaram que Setúbal carece de um Plano Integrado de Transportes, Tráfego e Estacionamento para toda a área urbana do concelho, dando prioridade aos transportes públicos.



## Golpe de Estado na Serra Leoa

«Queremos a democracia, mas não esta democracia. Os nossos soldados sofrem há muito tempo» - a afirmação é do comandante Gborie, porta-voz dos soldados da Serra Leoa que no domingo derrubaram o governo do presidente Ahmad Tejan Kabbah. Os golpistas decretaram o recolher obrigatório e apelam ao regresso de Foday Sankoh, líder da Frente Revolucionária Unida (RUF) e do capitão Solomon Musa, antigo chefe militar implicado na frustrada tentativa de golpe de Estado de 1993.

## Angola

A segunda fase de desmobilização de militares da UNITA tem início no próximo mês, devendo abranger 8.000 homens. A notícia, veiculada pela Lusa, foi dada por Rosa Malango, assessora da unidade de coordenação das ajudas humanitárias das Nações Unidas (UCAH), segundo a qual 11.777 soldados daquele movimento regressarão à vida civil nessa fase. Rosa Malango classificou a primeira fase do processo de desmobilização como positiva, embora apenas 7.342 dos 10.079 soldados da Unita inicialmente previstos tenham regressado à vida civil. A intenção da UCAH é de maximizar e concluir o programa de desmobilização «da melhor forma possível, no prazo de seis meses», embora só disponha actualmente de menos de um milhão de dólares para o efeito, apesar de as promessas da comunidade internacional ascenderem a 48 milhões de dólares.

## Indonésia

A dirigente da oposição indonésia, Megawati Soekarnoputri, impedida por Shuarto de se candidatar, anunciou que não votará nas eleições legislativas de amanhã. Megawati acrescentou que cada pessoa «devia exercer o direito de voto de acordo com a sua consciência». Na Indonésia, a abstenção individual é legal, mas é proibido por lei encorajar a abstenção. Entretanto, a violência marcou os últimos dias da campanha eleitoral, com os confrontos entre apoiantes do regime e opositores a provocarem elevado número de mortos e feridos.

## Irão

O candidato da esquerda e dos moderados, Mohammad Khatami, venceu as eleições presidenciais iranianas com 69 por cento dos votos, no sábado passado. O conservador Nateq-Nouri, o líder supremo do Ali Khamenei apoiado pelo clero, ficou-se pelos 25 por cento. Os jovens iranianos invadiram as ruas de Teerão com cravos vermelhos nas mãos, comemorando a vitória de Khatami.

# Eleições em França Esquerda vence primeira volta

A esquerda francesa (Partido Comunista Francês, Partido Socialista e os Verdes) alcançou 40,1 por cento da votação na primeira volta das eleições legislativas antecipadas, contra 37,7 por cento da coligação de direita dos gaullistas do RPR e dos liberais do UDF, e os 15 por cento da Frente Nacional liderada por Jean-Marie Le Pen. Num golpe de teatro, o primeiro-ministro Alain Juppé anuncia a sua demissão seja qual for o resultado da segunda volta, «sacrificando-se» numa tentativa desesperada para salvar a direita.

Registando uma abstenção de 32 por cento, o escrutínio revela a vontade da população francesa mudar o rumo do país e da política levada a cabo por Alain Juppé e o seu governo.

No domingo realiza-se a segunda volta das eleições e daí sairão os números definitivos e o novo executivo francês que se manterá no poder até ao ano 2002. Segundo a injusta lei eleitoral de França, na primeira volta cada eleitor vota num candidato do seu círculo, mas apenas aqueles que alcancem mais de 50 por cento dos votos são eleitos de imediato para a Assembleia Nacional. No caso de não existir uma maioria, como agora se verifica, realiza-se uma segunda volta, onde é eleito o candidato mais votado; os candidatos com menos de 12,5 por cento são eliminados.

Comentando os resultados de domingo, o

gabinete de imprensa do PCP refere em comunicado que estes números «traduzem uma forte condenação da política de direita e evidenciam uma grande aspiração a uma nova política liberta das imposições e consequências de Maastricht».

Admitindo a possibilidade de uma derrota eleitoral da direita, o comunicado salienta que os resultados alcançados

não podem ser dissociados dos compromissos assumidos recentemente pelo PCF e o PS francês numa declaração comum, cujo texto recusa «sacrificar a nação e a sua soberania à construção europeia» e salienta a necessidade de dizer «não à Europa liberal do dinheiro-rei e da submissão aos mercados financeiros» e defende o imediato desenvolvimento de «uma política de progresso social, fundada sobre o relançamento do poder de compra, do consumo e do emprego».

Entretanto, o secretariado do CC do PCP enviou uma nota de felicitações ao PCF pelos resultados alcançados na primeira volta, referindo que os mesmos «confirmam o PCF como força essencial para uma nova maioria e para uma real mudança política em França».



O descontentamento social expresso durante os últimos meses pelos franceses reflectiu-se nos resultados eleitorais de domingo

## Brasil Escândalo no Parlamento

O Senado Federal - câmara alta do parlamento brasileiro - iniciou a semana passada o processo para a aprovação da polémica proposta de emenda constitucional que permite ao presidente Fernando Henrique Cardoso concorrer a um segundo mandato nas eleições de 1998.

A medida ocorre num clima de escândalo, despoletado por acusações (anónimas) ao ministro das Comunicações e amigo do Presidente, Sérgio Motta, de envolvimento na compra de votos de parlamentares nas duas voltas do sufrágio da «emenda da reeleição» na Câmara de Deputados, a câmara baixa do parlamento de Brasília.

As acusações de corrupção dirigidas contra alguns parlamentares, reveladas por gravações realizadas por um misterioso «senhor X», levaram já dois deputados - Ronivon Santiago e João Maia, do Partido da Frente Liberal (PFL) do Acre (norte do Brasil) - a renunciar aos seus mandatos.

A proposta de emenda visa permitir ao Presidente da República, governadores de Estados e

Prefeitos municipais cumprirem dois mandatos consecutivos, e tem que ser ratificada em duas voltas na Câmara de Deputados antes de ser submetida a nova votação no Senado Federal, sempre por uma maioria de três quintos.

A comissão de sindicância instalada para apurar o envolvimento de congressistas na compra e venda de votos não tem poderes para alargar as investigações a membros do governo e os partidos da oposição têm sérias dificuldades em reunir os votos necessários para aprovarem uma moção no sentido da abertura, em regime de urgência, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso.

Se tudo indica que o escândalo acabe por não ter consequências no governo, o mesmo não se pode dizer quanto à sua imagem e, por tabela, à do presidente. Segundo uma sondagem divulgada a semana passada, a popularidade de Henrique Cardoso foi profundamente afectada pelas suspeitas de envolvimento de Sérgio Motta no escândalo de influência de votos no parlamento.

# Convenção pelo pleno emprego

O Parlamento Europeu acolheu na semana passada a primeira Convenção Europeia pelo Pleno Emprego, um fórum «alternativo» no qual participaram mais de 700 representantes de organizações não governamentais, de partidos políticos e deputados nacionais provenientes de vários países da União Europeia.

Com o emprego como tema central, os participantes - entre os quais se contavam ainda deputados europeus, dirigentes sindicais e representantes de diferentes igrejas - trocaram experiências de combate ao desemprego e propuseram alternativas ao corrente modelo de «construção europeia», cuja aplicação se salda já em 20 milhões de desempregados.

Depois de uma breve sessão de abertura, os trabalhos decorreram em quatro *workshops* temáticos, que abordaram diferentes vertentes do problema: o pleno emprego e a agenda institucional europeia: redução do tempo de trabalho, redistribuição do trabalho pago e não pago e novos modelos de pleno emprego; perspectivas europeias alternativas para a sociedade e o ambiente (o sector terciário e a economia social); exclusão, insegurança, participação e direitos sociais.

O PCP fez-se representar por Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, estando ainda presentes, de Portugal, representantes da CGTP e UGT e de uma associação de desempregados do distrito de Setúbal.

No final, foi provada uma proposta de resolução que procurou reflectir o debate realizado e cujo texto apela à defesa do sector público e da segurança social, enfatiza as funções sociais do Estado e defende a garantia de um salário mínimo. Outra área abordada é a redução do horário de trabalho, apelando-se ao estabelecimento do limite semanal nas 32 horas.

Jerónimo de Sousa qualificou a iniciativa como «positiva, tanto pelo conteúdo das intervenções, como pela diversidade de participantes, como ainda, e isto é o mais importante, por ter representado o ponto de encontro de uma multiplicidade de pessoas e organizações empenhadas na resolução do problema do desemprego».

O debate propriamente dito, segundo o dirigente do PCP, «abordou o problema, mas ficou-se apenas pelos sintomas, isto é, não se estabeleceu a ligação entre a grave situação social que se vive na Europa e as grandes opções económicas e política, que são os critérios de Maastricht». Quanto ao documento final, «não deixa de ser contraditório que um texto que reflecta preocupações sociais e procure apontar novos caminhos não questione os critérios de Maastricht». Jerónimo de Sousa adverte ainda para os termos em que é formulado o apelo à redução do tempo de trabalho: «a exigência do limite das 32 horas semanais é acompanhada pela referência a um limite anual de 1400 horas, efectuando-se uma anualização que pode abrir a porta a uma gestão arbitrária do tempo de trabalho por parte do patronato».

«Estão a procurar-se caminhos, disse, e o mais importante aqui foi a consciência evidenciada da necessidade de se combater o desemprego e a ideia extremamente importante da possibilidade do pleno emprego».

A Convenção foi o culminar de um processo desencadeado pela divulgação do «Apelo pelo Pleno Emprego», elaborado pelo trabalhista britânico e deputado europeu Ken Coates (que participou no comício internacional de Lisboa de sábado passado), em torno do qual se gerou um largo movimento de apoio extremamente abrangente composto por personalidades de diversos quadrantes políticos, representantes de associações de desempregados e outras ONG's de toda a UE.

## Jornadas de estudo na Suécia

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL), do qual fazem parte os deputados do PCP eleitos ao Parlamento Europeu, desloca-se à Suécia entre os dias 2 e 4 de Junho a fim de realizar as suas Jornadas de Estudo em Estocolmo.

Para estes dias, os 33 deputados do GUE/NGL têm agendados dois debates, que decorrerão no Riksdagen, no parlamento sueco, cujos temas são «A União Europeia e o Terceiro Mundo» e «A União Europeia e a questão das Mulheres».



■ **Jerónimo de Sousa**  
Membro da Comissão Política

# A Razão de Maio



**R**ESPONDENDO à convocação da CGTP-IN, os trabalhadores portugueses realizaram um grande 1º de Maio. Em Lisboa, no Porto, em Évora, Coimbra, Portalegre, Marinha Grande, Faro, Castelo Branco, Aveiro, Beja, Braga, Viseu, Vila Real, dezenas de milhar de trabalhadores e trabalhadoras, de jovens e reformados, de democratas deram sentido e dimensão ao acto ímpar que incorpora a festa, a comemoração e a luta, o reencontro solidário e a confiança combativa alicerçadas nos ideais e valores da justiça social, do progresso e da emancipação dos trabalhadores.

As comemorações populares e, em particular, o nível de participação no desfile do 25 de Abril na Avenida da Liberdade, em Lisboa, já tinham sido um bom sinal para o 1º de Maio.

Na capital, com esforço conjunto e empenhado (nem sempre notado) das Uniões de Sindicatos de Lisboa e Setúbal, viu-se um Maio maior que o ano passado, tanto no desfile como no desfecho.

No pano da frente, seguro pelos dirigentes nacionais da CGTP; nos cartazes empunhados pelos Têxteis, pelos ferroviários, pelos trabalhadores da EDP, da Lisnave, da Quimigal, da Administração Local, da Função Pública e Professores, dos trabalhadores do Chiado, da Inter-Jovem e Inter-Reformados, expressavam-se as inquietações, aspirações e reivindicações dos trabalhadores portugueses em torno da redução efectiva do horário de trabalho, pelo emprego, contra os despedimentos e as privatizações, pela valorização dos salários, pela defesa da Segurança Social e do trabalho com direitos.

O tom foi bem diferente do do ano passado. A expectativa criada em torno das promessas e do diálogo abundante do Governo PS deu lugar a uma realidade dura como punhos: em vez da mudança veio a continuidade. Nalguns casos até com factores de agravamento, designadamente com a vigarice interpretativa da lei do horário de trabalho e das privatizações.

A grande e certa acusação feita nas diversas cidades do país, pela CGTP-IN, foi que o Governo desvalorizou o direito do trabalho enquanto valorizou e protegeu o privilégio e a fortuna do grande capital.

A um canto de Lisboa, algures na Torre de Belém, a UGT, com a inestimável contribuição da voz de Marco Paulo (que mobilizou muito mais gente que o charme do João Proença) lá fez o costume, apesar de combatida pelo resultado das eleições dos bancários, pela assinatura de cruz da vergonhosa interpretação da Lei da Flexibilidade e da Polivalência e mal curada dos abalos do aval.

Cada qual vale o que vale.

Só que, quem não esteve nas comemorações da CGTP, particularmente em Lisboa, vendo as notícias da televisão e no dia seguinte no Público e no Diário de Notícias, podia concluir: entre o Maio da CGTP e a coisa da UGT andou ela por ela.

Mais ainda. Através de algumas peças previamente montadas ficava-se com a sensação que a capacidade de mobilização dos Sindicatos (nestas coisas convém meter tudo no mesmo saco) já não é o que era dantes, que os trabalhadores já não participavam na actividade sindical, mesmo a nível de empresa.

Numa dessas peças, a SIC, que andou na Cidade Universitária como cão por vinha vindimada à procura de um velhote simpático e de uma senhora que estava ali só porque estava passando a câmara (admito que tenha sido feita a montagem no estúdio), introduziu uma fala do João Proença que, em síntese e para provar das fraquezas orgânicas dos trabalhadores sentenciou: «Por exemplo, em 1995 havia 350 Comissões de Trabalhadores e agora são 200».

Má-fé ou ignorância? Basta ler o insuspeito Boletim do Trabalho e Emprego de Maio deste ano para saber que, actualmente, existem 439 CT's, sem contabilizar as da Função Pública e da Administração Local; 9 Coordenadoras Regionais, Sectoriais e de Grupo Económico; e centenas de Sub-CT's, que envolvem mais de quatro mil eleitos pelo voto directo e secreto de centenas de milhar de trabalhadores nos locais de trabalho.

Mas pronto! Se foi por ignorância fica a informação. Quanto ao «Público», com a habitual fotografia rasca, titulava: «A CGTP e a UGT separadas no 1º de Maio vão encontrar-se na acção da CES em 28 de Maio».

Para o Diário de Notícias, os quatro dirigentes do nosso Partido presentes no desfile eram a única novidade e mais não se via na foto.

**E assim, com os fascinantes meios da tecnologia misturados com uma boa dose de manipulação se provou que, afinal, é possível meter o Rossio na Rua da Betesga.** Que, por obra da televisão e de alguns jornais, o grande 1º de Maio da CGTP ficou ao nível do piquenique precedido de espectáculo promovido pela UGT.

## Da realidade virtual à realidade real

Só que a vida, os problemas dos trabalhadores e a sua luta acabarão por se sobrepor à realidade virtual. Sobrepor-se-ão porque o Governo PS prossegue e aprofunda uma política contrária aos direitos dos trabalhadores. Fê-lo com a Lei da Flexibilidade e Polivalência onde, para além da tentativa da eliminação das pausas e da invenção de um novo conceito de horário de trabalho, quer municiar o grande patronato da possibilidade de gestão e organização dos tempos de trabalho.

Fê-lo com o Acordo para a Administração Pública, furando quase todos os compromissos, tanto no tempo como nos conteúdos.

Fê-lo contra os ferroviários, prossequindo o desmembramento dos Caminhos-de-Ferro; e, quando no processo de despedimento colectivo da Grundig, lavou as mãos como Pilatos ante a ignorância do Administrador estrangeiro que falou do Governo como se da sua secção de pessoal se tratasse.

Fê-lo com a orientação para que os salários tivessem o garrote da inflação prevista, deixando para os bolsos do capital os ganhos da produtividade.

Está a fazê-lo com as privatizações, em que por arrasto da destruição do Sector Público vão também os direitos e postos de trabalho efectivos.

Quer fazê-los através do ataque gradual à Segurança Social e de novas alterações às Leis do Trabalho, designadamente ao regime das férias, dos contratos a prazo e do conceito de retribuição.

É uma opção de fundo esta do Governo PS. A demonstração clara deste rumo é revelada por dois actos legislativos de má consciência. O primeiro foi ter acordado com a direita, em sede de revisão constitucional, a constitucionalização dos serviços mínimos durante a greve, já experimentados e fracassados durante o consulado cavaquista, por via de Lei Ordinária.

O segundo foi, à boleia das alterações ao Código Penal, incluir ao nível dos crimes graves as manifestações com cortes de estrada.

Pensa o Governo PS assim calar o descontentamento, o protesto e a luta?

Outros, com maiores percentagens eleitorais não o conseguiram. O PS também não o conseguirá porque, para além de estar a eliminar expectativas e esperanças, está a atingir direitos que são parte integrante do património social e laboral que incorporam a própria democracia. Que notável exemplo têm dado esses homens e mulheres do Têxtil, que há semanas a fio prosseguem com grande determinação a luta por um horário de trabalho digno; os ferroviários, que no confronto com a Administração e o Governo e a pulverização sindical, esclarecem e mobilizam os trabalhadores para a defesa do Caminho-de-Ferro, dos seus direitos e os dos utentes; os professores sem vínculo; os trabalhadores precários da Função Pública; os trabalhadores da Administração Local, com duas poderosas greves face à negação de carreiras e salários dignificados; os agentes da PSP, na luta pelos seus direitos sindicais e melhoria do seu estatuto; os mineiros de Aljustrel, pelo direito ao trabalho e ao funcionamento da mina; os esquecidos trabalhadores do Chiado; os desempregados e os que correm o risco de o ser.

Com um tique inquietante, dizia noutro dia o Engenheiro Guterres preocupar-se muito e tão-só com as crianças, porque essas não param aviões nem fazem manifestações.

Faz mal. Muito mal em não se preocupar com a luta dos trabalhadores e pior ainda se subestima a razão dessa luta.

A vida dirá, e quem sabe, se mais tarde dela não acolherá lição e ensinamento?

## E assim, com os fascinantes meios da tecnologia misturados com uma boa dose de manipulação se provou que afinal, é possível meter o Rossio na Rua da Betesga





# A economia «deles» e a economia «nossa»

**A** economia portuguesa está bem, está de «excelente saúde». Isto é o que «eles» dizem. Estará mesmo como nunca esteve. Mais. Estará a economia portuguesa tão forte que até há quem se permita ser tolerante para com as fraquezas de que estará sofrendo a economia alemã? Nós dizemos que não, que a economia portuguesa é «chão que deu uvas» e mais produtos que hoje deixou de dar, e outras coisas parecidas que revelam que não temos em grande conta o estado de saúde da dita economia. Bem pelo contrário. Estará tão doente que até dizemos que, por este caminho, começa a deixar de ter sentido falar de economia portuguesa, de tal modo a estão a destruir, a dar cabo dela. Será a mesma, a economia de que «eles» falam e a economia de que «nós» falamos?



■ Sérgio Ribeiro

É evidente que não. A economia que estará de «excelente saúde» é a economia dos critérios de Maastricht, a que tem a ver com a convergência nominal, traduzida em

Sobre esta economia, que é a «deles» e a que gosto de chamar crematística, como fazia Aristóteles na sua «Política», por oposição a administração familiar – «as duas artes usam o património mas não na mesma perspectiva: a administração familiar serve-se dela para outros fins, a crematística com o simples fim de o aumentar monetariamente» –, aceito até que a saúde não seja lá muito preocupante embora não me pareça de deitar foguetes. Aliás, para que os indicadores revelem a febre baixa no défice orçamental e valores aceitáveis nos outros «auxiliares de diagnóstico» há muita batota estatística e contabilística que qualquer «olho clínico» com um mínimo de experiência detecta sem precisar de recorrer a lunetas.

Só com essa batota é possível dizer que se cumprem o que foram os inflexíveis critérios de Maastricht, que assim juntam à arbitrariedade da sua adopção a arbitrariedade da avaliação quanto ao seu cumprimento. Doutra modo, teríamos o caso insólito de passar a ser o Luxemburgo o único país em condições para «entrar» na moeda única, o que representaria a passagem de 14 para 15 moedas, pois o Luxemburgo tem uma moeda única com a Bélgica. A haver rigor, a respeitar-se o que em Maastricht foi posto preto no branco, para alguma coisa mudar de acordo com as regras passaríamos a ter o Luxemburgo com a moeda única(!), o euro, mais o franco (só) belga, o franco francês, as coroas dinamarquesa e sueca, o dracma, o escudo, o florim, as libras – a esterlina e a irlandesa –, a lira, a marca finlandesa e o marco alemão, a peseta, o xelim austríaco e, se calhar, não se poderia abdicar de quase-moeda comum de referência, o ecu.

É por isso que, por vezes, chamo a todo este processo uma enorme farsa. Mas que não dá para rir.

## E a «nossa» economia, como vai de «saúde»?

Também a nossa economia não dá para rir. Porque ela sofre as consequências da opção pela outra economia, pela tal crematística definida como «o conjunto de actividades que, negligenciando o Bem da comunidade ou os bens necessários à vida dos sujeitos da cidade, tendem à aquisição e ao desenvolvimento ilimitado da riqueza, à salvaguarda ou aumento até ao infinito dos teres em moeda».

Pois a nossa economia tem mesmo a ver é com o negligenciado – para não dizer mais – «bem da comunidade» ou com os desprezados «bens necessários à vida dos sujeitos da cidade», e ela está de saúde bem precária porque esses bens necessários à vida dos sujeitos da cidade, dos cidadãos, dos povos, dos trabalhadores têm de ser produzidos, retirados da terra, que tem de voltar a dar uvas e outras coisas, do mar que muito temos com tão poucos e cada vez menos barcos, das

indústrias que se instalem para aproveitar recursos nossos, naturais e adquiridos, e não que sirvam para se abocanharem subsídios e para beduinamente se porem a andar para outras paragens.

Dir-se-á – e há quem o diga, e há quem o repita, convicto, de várias formas e usando os grandes meios mediáticos – que esses tais bens necessários têm de ser produzidos de capitalística maneira e que, por isso, não se justifica que sejam produzidos onde as condições económicas (da economia «deles») são menos favoráveis.

Isto é, para quê produzir aqui fruta se de outros lados vem mais competitiva, bem calibrada e sem bicho nem sabor, para quê aproveitar o nosso sol, sul, encostas, castas, se um produto meio químico fará o mesmo efeito que o vinho e será muito mais rentável, para quê pôr os nossos barcos e pescadores a procurar peixe nas nossas águas se outros o farão com muito maior rendimento e proveito, para quê apoiar com os subsídios comunitários (teoricamente com o objectivo da coesão económica e social) uma estrutura industrial portuguesa se esses subsídios terão um aproveitamento muito mais reprodutivo de capital financeiro se entregues a grupos transnacionais que até criarão temporariamente empregos enquanto por cá for dando, para quê insistir em fazer sobreviver actividades que não têm viabilidade económica (da economia «deles») face à feroz competitividade e especulação que não podem (nem devem, segundo «eles») ter qualquer conta, peso, medida, ou travão? Para quê, dizem «eles»?

Por isso, a nossa agricultura não retira da terra aquilo que poderia, e é subsidiada para não o fazer por uma PAC que vai consumindo o orçamento dito comunitário a favor de outras agriculturas, a nossa pesca já quase foi abatida ao activo numa política de pescas dita comunitária, a nossa indústria é coisa que não existe como parcela de uma divisão industrial do trabalho no quadro de uma União Europeia submetida aos interesses de grupos financeiros transnacionais.

Merecerá o nome de economia nacional uma ténue «fileira florestal», alguns investimentos de torna-viagem, uns serviços empolados e periféricos para lazer de outros?

## Mas não há uma «ponte» entre as duas economias?

Claro que há, claro que há mesmo várias «pontes», tendo até já escrito que a nossa economia sofre as consequências (sociais) do que é a economia «deles».

Uma das «pontes» com que nos atiram, como se levadiça fosse, são os consumidores. E não se cansam de afirmar que já não há classes, que já não há capital e trabalho, que já não há esquerda e direita, que já não há ideologia, que tudo isso são velharias, coisas ultrapassadas em que só uns saudosistas e caquéticos insistem. Agora, seríamos todos consumidores. O que seria uma forma de ultrapassar todas as clivagens sociais. Todos no mesmo barco, todos a beneficiar do Bem Comum da competitividade, dos hipermercados, da distribuição que faz com que possamos consumir aqui o que não

importa onde foi produzido desde que em termos... económicos.

E é verdade que todos somos consumidores, que todos, sendo sujeitos da cidade, no sentido de cidadãos mesmo que vivamos no campo, precisamos dos bens necessários à nossa vida ou à nossa sobrevivência (já há aqui um cambiante não negligenciável, entre viver e sobreviver, mas, por agora, passo adiante...).

O caso é que, sendo todos consumidores, cada cidadão, cada grupo, cada classe, é consumidor com a capacidade de consumir que resulta da repartição que lhe coube a partir da forma como participou na produção e distribuição do que vai ser por todos consumido hoje ou que sirva para preparar o consumo de amanhã.

Somos todos consumidores, desdeo senhor António Champalimaud até ao meu vizinho que já nem se considera desempregado porque desistiu de procurar e, se calhar, não tem expressão estatística... mas ainda vai consumindo o que consegue encontrar para poder sobreviver, ele que até produziu muita coisa para outros consumirem e, hoje, é apenas consumidor, mas pouco. E cada um de nós tem, com certeza, um vizinho nessas condições, ainda que o não saiba ou faça por ignorar.

Assim, mesmo que se aceite que somos todos consumidores, mesmo que essa «ponte» sirva para unir as duas economias, ela só une o que está mesmo separado, o que são margens bem demarcadas. De um lado, os financeiros da política, e os políticos da finança, os gestores avaliados pelo capital que fizeram acumular, independentemente de ter resultado a produção de bens, de ter provido de especulação, de estar sujo (mas lava-se...) por tráficos, os da crematística; do outro lado, os que entendem (ser um) dever procurar aproveitar os recursos para satisfazer necessidades, os que sobretudo valorizam o trabalho, ou seja, os trabalhadores, os da economia enquanto ciência social e não manipulação de indicadores e ratios que seriam (quando nunca o são!) socialmente neutros.

Estará de saúde uma das economias, a «deles»?

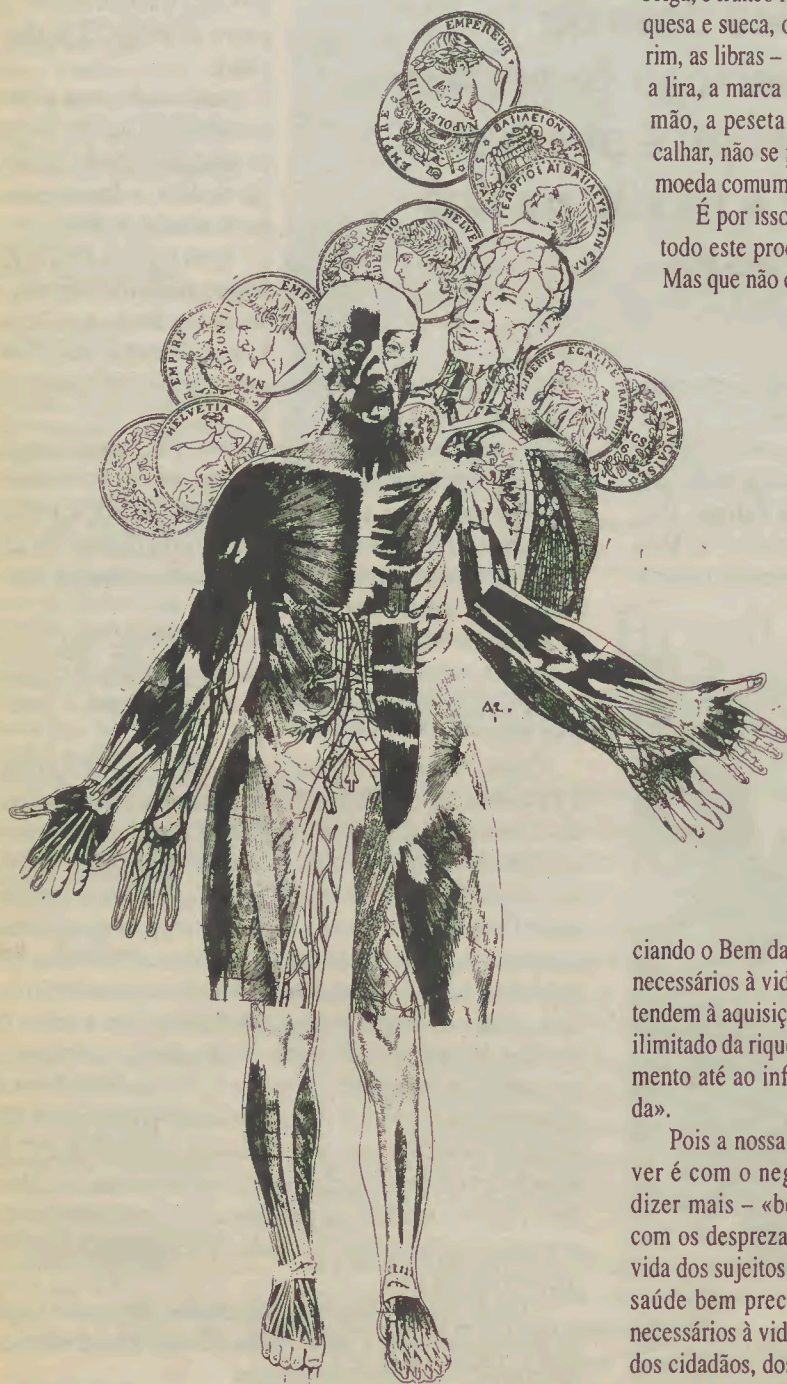
Seria bom que estivesse desde que fosse para ser instrumento para que a «nossa» economia tivesse melhor saúde.

## Quem é instrumento de quem?

Ora aqui está a questão fundamental para as economias. A moeda, o monetarismo, a economia nominal, é, sempre, um instrumento. O problema (para a «nossa» economia, a real) existe quando essa economia nominal, essa economia das moedas, do crédito, das finanças, das taxas é disfarçada de objectivo para ser instrumentalizada pelos interesses que só procuram acumular capital, e passa a ser não-produtiva, especulativa, traficante.

Por isso, a nossa luta para que ela, a economia «deles», enquanto instrumental que é, deixe de estar ao serviço da «deles», deixe de ser a economia «deles», seja colocada ao serviço da economia nossa.

É tudo uma questão de política. E de sabermos a força que temos, os «desta» economia que é a «nossa», para, com essa nossa força, mudarmos a política.



indicadores/diagnósticos relativos às finanças públicas, à inflação, às taxas de juro e às flutuações cambiais.



## EM FOCO

# O alargamento da NATO Uma nova e perigosa escalada



■ José Neto

**A** Cimeira de Amsterdão, em 16 e 17 de Julho, com a conclusão da CIG e a aprovação de Maastricht II com vista ao reforço da União Europeia como bloco económico, político e militar, e a Cimeira de Madrid, em 8 e 9 de Julho, para o alargamento da NATO, são dois importantes eventos onde se preparam graves decisões para o futuro da humanidade.

A supranacionalidade e o militarismo são as tónicas destes dois processos, simultâneos e convergentes.

O que está na ordem do dia é a estratégia de alargamento da UE a Leste, garantindo a influência política para impedir o «regresso» do socialismo, garantindo a conquista de mercados, obrigando a reformas económicas capitalistas e pressionando para a adesão à PESC, à UEO e à NATO - ou seja: à lógica de bloco económico e político é inerente a lógica de bloco militar; quem domina do ponto de vista económico quer dominar do ponto de vista militar.

As relações de interdependência geradas pela internacionalização (das economias, dos vários poderes, da informação, etc.) são cada vez maiores e os seus resultados mais preocupantes, já que assentam em lógicas de dominação e exploração, em vez de respeitarem a soberania e a cooperação entre os povos.

A militarização, que é o outro traço marcante da situação, é objectiva e subjectivamente um instrumento ao serviço das grandes potências.

Desaparecidas as «ameaças» que no passado serviram de justificação aos instrumentos institucionais e aos arsenais militares, logo outras se forjaram para justificar a manutenção e reforço das alianças militares.

## O militarismo avança

A realidade demonstra que o militarismo está em pleno desenvolvimento:

- A NATO, em vez de ser dissolvida, é reforçada, nomeadamente por via do ressurgimento da UEO como pilar europeu, podendo intervir fora da Europa.

- A NATO participa pela primeira vez depois da sua criação, em operações militares directas na ex-Jugoslávia quando nenhum membro da Aliança estava ameaçado, violando o artº 6º do Tratado de Washington que constitui uma cláusula de limitação geográfica das fronteiras da Aliança.

- A NATO alarga-se para Leste através da «Parceria para a Paz» e agora das novas adesões.

- A União Europeia militariza-se através da UEO, com forças próprias (ou debaixo do chapéu da NATO), designadamente com a formação do Eurocorpo - 60.000 homens - embrião do Exército Europeu; da Força anfíbia anglo-holandesa (inclui os Fuzileiros portugueses); e da Euroforce e Euromarforce, virada para o Mediterrâneo (que inclui Portugal).

Por outro lado, a Alemanha e o Japão eliminaram os obstáculos constitucionais à participação e intervenção das suas Forças Armadas no estrangeiro - a Alemanha assinou já este ano um acordo de defesa com a França -, e acentua-se a tendência para a perda do

tradicional estatuto de neutralidade da Áustria, Suécia e Finlândia.

Regista-se igualmente uma tendência para a criação de exércitos profissionais, concentrados, dotados de grande flexibilidade, mobilidade e interoperatividade (novos conceitos da Cimeira de Roma/91) para actuação integrada fora dos seus países em unidades e sistemas de forças multinacionais - Força Reacção Rápida e Força Reacção Imediata (Cimeira de Bruxelas/94).

Acresce que os orçamentos militares registam um continuado esforço de investimento e modernização, enquanto o comércio de armas, que baixou entre 87 a 91, foi novamente relançado com a guerra do Golfo, obedecendo a exportação de armamento não a critérios de política externa ou de defesa desses países, mas sim à sustentação da respectiva indústria de armamento - é a militarização da economia de que falava Marx.

Também as armas nucleares continuam a proliferar, evoluindo qua-



litativamente, à revelia do próprio Tratado, enquanto os ensaios nucleares prosseguem em laboratório.

Simultaneamente, assiste-se a toda uma alteração de conceitos, como as novas «intervenção humanitárias» para cobrir o novo «direito» (e até «dever») de ingerência, que contrariam a Carta da ONU («não interferência nos assuntos internos»).

Por fim, é a instrumentalização e utilização da ONU como cobertura para intervenções dos EUA a outras potências e o esvaziamento do papel da própria OSCE.

## Portugal, a NATO e as Forças Armadas

Também em Portugal os sucessivos Governos continuam a subordinar a política de defesa à política de defesa da NATO, com total seguidismo.

Alienando soberania numa área tão importante e delicada como a da Defesa nacional (à revelia da própria Constituição e do povo português), os Governos PSD e PS reduziram quase a zero a nossa capacidade autónoma de defesa e introduziram profundíssimas mudanças nas Forças Armadas, porventura irreversíveis.

O dispositivo territorial do Exército quase não existe - está concentrado.

As principais unidades (BAI e BMI) estão ao serviço de missões externas.

As opções de reequipamento não são as fundamentais para a defesa territorial (Continente, Açores, Madeira) e são as mais caras.

A natureza das Forças Armadas foi totalmente alterada; o SMO foi reduzido para 4 meses, o que o torna inútil para o produto operacional, caminhando-se a passos largos para a total profissionalização.

Não negamos que Portugal possa estar em condições de participar em operações de paz sob os auspícios de verdadeiros sistemas de segurança.

## Três citações a propósito

«Para manter a nossa posição dominante é preciso estarmos prontos a apoiar a diplomacia através da ameaça credível do uso da força».

(Warren Christopher, ex-secretário de Estado dos EUA, 1995).

«A diplomacia sem a força é como uma orquestra sem música».

(Manfred Womer, ex-Secretário Geral da NATO) - teoria posta em prática na ex-Jugoslávia.

«A defesa da França já não se joga imediatamente nas nossas fronteiras». «A 1ª linha da nossa segurança e a defesa dos nossos valores é muitas vezes feita em locais distantes do território nacional».

(Balladour, ex-1º Ministro da França). Esta tese está plasmada no acordo de defesa Franco-alemão, de Jan/97.

Quando as questões se põem nestes termos, já não estamos no domínio da segurança, mas no da linguagem da canhoira e das zonas de influência.

Não enjeitamos que, no quadro actual, cada país considere, para além da sua auto-suficiência em matéria de defesa militar, o concurso do apoio e cooperação externas.

Mas também aqui devia vigorar o princípio da subsidiariedade - só será feito por outros o que não puder ser feito por nós. A defesa do território nacional contra qualquer ameaça externa compete prioritariamente ao nosso país.

## A NATO e o seu alargamento

A defesa da segurança da Europa ocidental, objectivo que esteve na base da fundação da NATO, há muito que foi ultrapassado. A NATO procura sobreviver à guerra fria, mudando conceitos, adaptando-se à nova situação e adoptando uma interpretação mais alargada do seu mandato.

Esta tendência para ultrapassar os objectivos fundadores já vinha de trás - é a teoria da **globalização da Aliança** (de Kissinger e outros) atribuindo-lhe novas competências - ofensivas - e novas zonas de actuação (out of area).

O que está na forja e que já vem da Cimeira de Bruxelas (a Parceria para a Paz) é a adesão de novos membros a Leste, até à fronteira com a Rússia.

«Arrogância e ambição dos americanos» - para citar o Brigadeiro Lemos Pires - estão na origem desta ofensiva estratégica dos EUA que avança no terreno impondo a sua vontade aos países e povos da Europa, por muitas dúvidas e queixas que alguns dirigentes e estrategos europeus apresentem contra a excessiva presença americana.

A posição do PCP é naturalmente contra o alargamento da NATO, pois em nosso entender ele vai significar o reforço das posições e do papel dos EUA na Europa, a criação de maior instabilidade e tensão em todo o Continente, e uma nova linha de confrontação com a Rússia e alguns países da CEI que não querem a NATO nas suas fronteiras. Mas, acima de tudo, constitui o sobressalto de uma nova e perigosa escala militar agressiva.

A este propósito, deixamos ainda duas notas para reflexão: uma primeira, são as graves declarações belicistas do presidente do C. Superior de Segurança da Rússia (Público, 10/5), mesmo que o Pacto a assinar em Paris por Moscovo e a NATO as torne mero fogo de vista. Uma segunda nota, para chamar a atenção sobre o significado da assinatura, a nível de Estados, entre a Rússia e a China, de uma declaração conjunta favorável à boa vizinhança e ao desarmamento, denunciando os perigos da militarização e do hegemonismo.

## Algumas posições que o PCP advoga

Estamos com aqueles que pensam que o conceito de segurança deve evoluir para novos pressupostos, revelando os aspectos de cooperação, em detrimento dos aspectos militares.

Consideramos que qualquer sistema de segurança apto para responder aos novos desafios e problemas da Humanidade é incompatível com a manutenção de blocos e alianças militares e com soluções militares para conflitos de natureza económica e social.

Preconizamos a **saída de Portugal da NATO, a dissolução da NATO e da UEO**, num processo de substituição por sistemas de segurança democratizados, livres de tutelas hegemónicas.

Apostamos no **fortalecimento da OSCE como sistema colectivo paneuropeu e transatlântico**, pela sua composição e pelas potencialidades que encerra (maior organização europeia).

Apoiamos uma **reforma da ONU, com democratização das suas estruturas** e aumento das capacidades e poderes reais do seu órgão máximo.

Pensamos que o que é necessário é política séria de **cooperação para o desenvolvimento económico equilibrado**, num novo quadro e numa nova ordem que resolva problemas mundiais que se agravam, como a dívida externa, o preço das matérias-primas, a transferência de tecnologias, etc., e que garanta a diminuição progressiva dos flagelos da Humanidade.

É imperioso **travar a militarização das economias**, tomar medidas para reconverter a indústria do armamento, reduzir ao mais baixo nível o comércio de armas e os arsenais nucleares e controlar efectivamente essa redução, por via dos próprios Parlamentos, reduzir os gastos militares com a defesa.

Por fim, é necessário e urgente motivar e mobilizar os cidadãos para aquilo que deve ser um imperativo nacional - a defesa da soberania e da independência nacional, num quadro de cooperação entre nações livres e iguais, em prol do desenvolvimento, do bem-estar e da paz.



■ Jorge Messias

**Um auxiliar  
de leitura...**

## O governo da Igreja ④

**O** outro dos nove grandes dicastérios (ministérios) do governo do Vaticano é constituído por uma poderosa central que estabelece e unifica as formas litúrgicas e os sacramentos que toda a Igreja Católica deve obrigatoriamente respeitar. Incumbe-lhe, igualmente, abrir e concluir os processos de beatificação que tão importante papel desempenham no ideário religioso.

### A Congregação do Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos

O actual alto responsável pelo Dicastério é o **cardeal espanhol António Maria Javierrez Ortas**, conservador, reconhecido membro da Opus Dei, anteriormente presidente da Congregação do Culto Divino e sucessor, no presente ministério, do cardeal Martinez Somalo. Javierrez Ortas foi elevado ao cardanilato em 1988, por decisão directa de João Paulo II, pertencen-

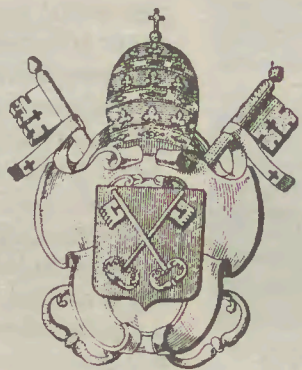
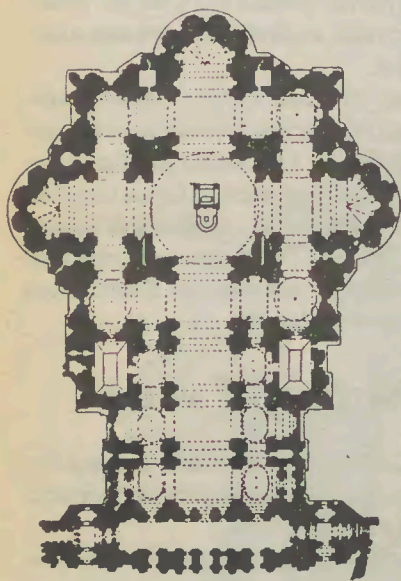
trabalho existente no seio do movimento fundamentalista «Vox Populi Mariae Mediatrici», dirigida pelo teólogo franciscano norte-americano Mark Miravalle, pelo filósofo alemão Joseph Seifert e pelo bispo canadiano Edouard Gagnon o qual, por outro lado, preside (e não por acaso) ao Comité Pontifício para os Congressos Eucarísticos Internacionais.

### A Congregação do Clero

Esta importante congregação é presidida, desde data recente, pelo **cardeal filipino José T. Sanchez**, conservador, estabelecido nessa dignidade por determinação de João Paulo II, em 1991. O dicastério enquadra um corpo sacerdotal de 250.000 padres católicos, disseminador por todo o mundo. Dirige e disciplina os seus procedimentos religiosos e vigia as suas actividades intelectuais e pastorais, bem como as vidas públicas dos diáconos do clero secular. Promove a formação dos padres e administra os bens eclesiásticos. O enorme poder de que este dicastério dispõe poderá caracterizar-se se se considerar que, nos cinco Continentes, intervém directa ou indirectamente em 399.210 centros pastorais (igrejas, capelanias, etc.) e nas 209.694 paróquias (ou equiparadas) existentes em todo o mundo.

Embora o nome do cardeal José Sanchez não seja frequentemente citado, os observadores religiosos incluem-no, frequentemente, na esfera de influência do poderoso cardeal eslovaco Josef Tomko, uma das figuras mais destacadas nos palcos do Vaticano e, presentemente, presidente da Congregação para a Evangelização dos Povos, o dicastério que anteriormente recebia o nome de Congregação para a Propaganda da Fé. Tratar-se-ia, pois, no caso de José Sanchez, de um membro

de um poderoso «lobby» filipino-espano-latino-americano em plena expansão na Cúria Romana. Tomko, um sacerdote que fez toda a sua carreira no aparelho vaticano é, reconhecidamente, um feroz inimigo das teologias mais abertas e conta, a seu favor, com os apoios determinantes de vultos políticos como os dos cardeais Somalo, eventualmente um dos «papabile» a vir a ser apresentado pela Opus Dei; do cardeal colombiano Alfonso Lopez Trujillo, arcebispo de Medellin com provadas ligações à Mafia e à Maçonaria; do cardeal Pio Laghi, igualmente um dos «grandes eleitores» do próximo papa, também ele íntimo de ditadores latino-americanos (foi núncio na Argentina nos tempos de Videla e de Massera) e membro da Maçonaria italiana (matrícula 43/86 da Loja P.2); do cardeal Javierrez Ortas, já anteriormente citado; e de numerosas outras personalidades influentes, como as de Bonis de Dontato, Paulo Marcinkus, Ugo Poletti, Marcelo Martin, Ricardo Vidal, Jaime Sin, etc.



do ao círculo mais íntimo de conselheiro do Papa. Foi ele que esteve na base da elaboração do processo de beatificação do padre Escrivá de Balaguer, o fundador da Prelatura da Opus Dei. À forma verdadeiramente fulminante com que a beatificação foi consagrada pela Igreja não foi seguramente alheio o facto de ser, nessa altura, Javier Ortas responsável pelos ultrabem defendidos Arquivos Secretos do Vaticano. Amigo pessoal do cardeal Retzinger, Javierrez Ortas é uma das mais influentes personalidades da Cúria Romana, dispondo de grandes poderes, particularmente na área da Educação Católica, dicastério a que também já presidiu.

O nome do cardeal Javierrez Ortas é frequentemente citado como o verdadeiro mentor de um projecto que João Paulo II estará a elaborar minuciosamente: o da preparação do reconhecimento de um novo dogma da Igreja atribuindo à Virgem Maria a dignidade de «Co-Redentora» da Humanidade, a par de Jesus Cristo. O novo dogma estará a ser preparado por um grupo de

# 5050 jobs for the boys

## ou o anticlientelismo perverso de Guterres

(...) «As duas principais razões que levaram à derrota do PSD foram a arrogância e o clientelismo. Dois pecados que o PS não pode repetir. No jobs for the boys.» Assim dizia António Guterres ao «Público» em 15.10.95, dando corpo, juntamente com o «diálogo», ao que anunciava como imagem de marca e compromisso do governo PS. 19 meses depois, o «diálogo» deu, em arrogância e o anticlientelismo em perversão.

E, da extensa lista de promessas do PS a este respeito, vale a pena citar:

«(...) Assumiremos como objectivo inverter a tendência para a governamentalização, partidarização e instrumentalização clientelar de cargos, em especial do âmbito da Administração pública, onde a regra deverá ser a do concurso em vez da nomeação» (Programa eleitoral do PS).

«(...) Com o PS no Governo vai haver uma fortíssima redução das nomeações directas do Governo. E vai ser restabelecido o concurso com júri, até ao nível de director-geral e mesmo até alguns directores gerais. Considero isso uma questão essencial para que o vosso (do PSD) clientelismo não se repita connosco» (António Guterres, RTP 1, 06.09.95).

«(...) Os lugares de directores de serviço e chefes de divisão são lugares com características exclusivamente técnicas. Nunca podem ser preenchidos por razões de natureza política. Foi isso que partidarizou a Administração Pública. Para acabar de vez com essa situação, só há uma maneira de o fazer e nós não hesitamos: concursos públicos para desgovernamentalizar definitivamente a Administração Pública» (Jorge Coelho, AR, 24.05.96)

### Os números do fartote

Como vemos pelo quadro anexo, o Governo PS, desde que entrou em funções até à data de 21.05.97, efectuou pelo menos 5050 nomeações sem qualquer concurso. É um fartote.

Na verdade já serão bem mais, dado o atraso de publicação em «Diário da República» e conforme confirmação dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais e da Agricultura.

Foram assim ultrapassadas as 5000 nomeações que Fernando Nogueira admitiu que o PSD tinha efectuado e que Guterres verberou então justamente: «Nem pensar em 5000 por nomeação. É um escândalo» (SIC, 13/9/95).

Nestas 5050 nomeações incluem-se directores e subdirectores gerais, directores de serviço e chefes de divisão, outro pessoal com funções de direcção e afins, delegados dos serviços do Estado e membros de órgãos sociais de empresas públicas, num total de 2794.

Contam-se ainda 1314 membros de comissões e grupos de trabalho de apoio ao Governo e 942 membros dos gabinetes dos Ministros, Secretários de Estado, Governadores Civis e Altos Comissários.

Desde que em 20.03.97 foi aprovada a Lei da Revisão do Estatuto do Pessoal Dirigente da Função Pública, que determina que, com exclusão de directores e subdirectores gerais, membros dos gabinetes, comissões e grupos de trabalho, todo o pessoal seja escolhido por concurso, já houve mais 650 nomeações; umas 400 estariam sujeitas a concurso se a Lei fosse aplicada.

Mas o argumento da ausência de Lei, que o PS tem utilizado para nomear sem concurso, não tem qualquer seriedade.

A anterior legislação (DL 323/89) prevê a possibilidade de concursos e o PS no Governo só não os fez porque não quis.

### Alguns exemplos

Só desde que foi aprovada a nova Lei, o Secretário de Estado da Produção Agro-Alimentar já fez 59 nomeações, 56 teriam de ser por concurso.



## EM FOCO

## ■ Carlos Gonçalves

Das 38 do Ministro da Cultura nas mesmas condições, 17 seriam por concurso.

Das 73 do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, 63 seriam obrigadas a concurso.

E se o espírito da actual lei fosse aplicado desde o início pelo Governo PS, como seria legítimo esperar, cerca de metade dos 5050 jobs teriam sido preenchidos por concurso.

Excluindo umas poucas dezenas de elementos indicados por entidades independentes do Governo para comissões ou grupos de trabalho, sobriariam ainda quase 2500 nomeados por opção dos governantes, eventualmente por critérios de confiança política.

Já não seria nada pouco, mas ao PS não bastou.

## Os argumentos e o essencial

Confrontado com a denúncia da situação, o PS e o Governo têm esbraceado alguns pseudo-argumentos.

Desde logo é falsa a "justificação" das reconduções de pessoal. **Nem uma única recondução foi contada neste estudo.** Nem quando isso configura uma clara nomeação política deste governo. Não está contado o Padre Feytor Pinto.

Não estão consideradas nomeações por períodos curtos ou que já cessaram, nem consta pessoal de apoio logístico.

Haverá com certeza transferências de outros serviços da Função Pública, escolhas por critérios de competência e não filiados no PS - nunca se disse o contrário. Mas foram sempre nomeações sem concurso.

Em muitos casos foram escolhas de critério partidário, como acontece nos Gabinetes e Comissões e com grande parte do pessoal de direcção, em que os não PS, ou não convertidos ao PS, não serão mais que a peninha no chapéu rosa.

Em todo este processo é evidente a lógica clientelar que se assume nas diatribes de Jorge Coelho quando acusa o PCP da defesa do "Estado Laranja" e assim justifica o assalto rosa ao aparelho de Estado.

Havia de facto um "Estado Laranja" que foi começado a construir quando, no Governo do bloco central, PS e PSD se sentaram a dividir tachos e empresas públicas, e que o "cavaquismo" tornou omnipresente.

Mas a questão que se colocava ao PS no Governo era substituir os comissários políticos do PSD, pelo mínimo de pessoal de confiança política e pelo máximo de profissionais de competência comprovada em concursos transparentes.

Mas o PS escolheu o caminho contrário. Faltou às promessas e nomeou clientelas ou adquiriu-as ao PSD.

Prosseguiu as práticas que anteriormente repudiou, partidariou e governamentalizou a Administração Pública e fê-lo na mesma lógica com que prossegue no essencial as mesmas políticas dos governos do PSD.

Assim, o Governo PS/Guterres, ao mesmo tempo que deixa claro que o regabofe das nomeações vai continuar, explicita que o seu anticlientelismo de fachada é perverso, visando deixar aos governos futuros a obrigação de cumprir uma promessa e uma Lei que o PS não cumpre.

Ou talvez cumpra, quando já não lhe sobrar ninguém para nomear.

Nomeações feitas pelo XIII Governo - Até 21/5/97							Nomeações de 20/3 a 21/5/97					
Ministério	Nome do Ministro	DIVERSOS				Total	DIVERSOS				Total	
		Comissões, G. Trabalho	Direcção e Outros	Sub-total	Membros gabinetes		Comissões, G. Trabalho	Direcção e Outros	Sub-total	Membros gabinetes		
Min. Adjunto	Jorge Coelho		20	20	5	25		4	4		4	
Min. Adm. Interna	Alberto Costa	3	63	66	18	84		6	6		6	
Min. Agricultura	Gomes da Silva	33	133	166	9	175		14	14		14	
Min. Ambiente	Elisa Ferreira	18	47	65	13	78		1	1		1	
Min. Ciência	Mariano Gago	59	57	116	30	146		25	25		25	
Min. Cultura	Manuel M <sup>a</sup> Carrilho	29	93	122	24	146		35	35	3	38	
Min. Defesa	António Vitorino	46	62	108	14	122	16	12	28		28	
Min. Economia	Daniel Bessa		7	7	17	24			0		0	
Min. Economia	Augusto Mateus	12	59	71	13	84	9	6	15	2	17	
Min. Educação	Marçal Grilo	166	237	403	22	425	7	17	24	2	26	
Min. Emprego	M <sup>a</sup> João Rodrigues	20	283	303	27	330	20	24	44	4	48	
Min. Equip. Plan. e Adm. Território	João Cravinho	141	124	265	30	295	16	4	20		20	
Min. Equip. Social	Henrique Constant			0	9	9			0		0	
Min. Finanças	Sousa Franco	36	90	126	14	140		15	15	1	16	
Min. Justiça	Vera Jardim	63	101	164	9	173	12	15	27	1	28	
Min. Neg. Estrangeiros	Jaime Gama	13	98	111	10	121		9	9		9	
Min. Plan. Adm. Território	João Cravinho			0	17	17			0		0	
Min. Presidência	António Vitorino		5	5	7	12			0	1	1	
Min. Saúde	M <sup>a</sup> de Belém	163	79	242	5	247	10	12	22		22	
Min. Solidariedade	Ferro Rodrigues	32	91	123	15	138		3	3		3	
Primeiro-Ministro	António Guterres	84	168	252	55	307		9	9		9	
SE Adjunto do Ambiente	José Sócrates		13	13	10	23		1	1		1	
SE Adjunto 1 <sup>o</sup> ministro	Pina Moura			0	7	7			0		0	
SE Adjunto do MAI	Luís Amado	10	11	21	9	30			0	1	1	
SE Adjunto Min. Equip. Plan. Adm. Território	Consiglieri Pedroso	84	40	124	17	141		1	1	1	2	
SE Adjunto Min. Justiça	Matos Fernandes		10	10	8	18		5	5	1	6	
SE Adm. Educativa	Oliveira Martins	6	29	35	14	49			0		0	
SE Adm. Interna	Armando Vara	10	23	33	10	43	4	6	10	1	11	
SE Adm. Pública	Fausto Correia		11	11	15	26			0	2	2	
SE Adm. Local, Ord. Terr.	J. Augusto de Ca		19	19	14	33		3	3		3	
SE Agricultura	Capoulas Santos	6	118	124	22	146	6	18	24	10	34	
SE Assuntos Europeus	Seixas da Costa		7	7	7	14		1	1		1	
SE Assuntos Fiscais	António Carlos dos	8	129	137	12	149	8	65	73		73	
SE Assuntos Parlamentares	António Costa			0	7	7			0		0	
SE Com. Social	Arons de Carvalho	20	18	38	8	46		7	7	1	8	
SE Comércio	Manuel dos Santos	7		7	9	16			0		0	
SE Comércio e Turismo	Jaime Andrez		23	23	18	41		3	3		3	
SE Competitividade, int.	Freire de Sousa			0	8	8			0	1	1	
SE Comunidades Portuguesas	José Lello		14	14	9	23		1	1	1	2	
SE Cultura	Vieira Nery	31	12	43	22	65		1	1	1	2	
SE Defesa	Pereira Gomes	10	9	19	7	26		1	1	1	2	
SE Desenvolvimento Regional	Adriano Pimpão		5	5	18	23			0	1	1	
SE Desportos	Miranda Calha	29	39	68	13	81	19	24	43	3	46	
SE Educação e Inovação	Ana Benavente	15	8	23	18	41		1	1		1	
SE Energia	José Penedos		1	1	4	5		2	2	1	3	
SE Ensino Superior	Jorge Silva	8	14	22	11	33			0		0	
SE Indústria	Augusto Mateus			0	7	7			0		0	
SE Indústria e Energia	José Penedos		19	19	4	23			0		0	
SE Habitação	Pereira Rosa			0	6	6			0		0	
SE Habitação, Comunicações	Leonor Coutinho	12	6	18	13	31			0	1	1	
SE Inserção Social	Ferreira da Cunha			0	10	10			0	1	1	
SE Justiça	Matos Fernandes	5	5	10	11	21			0	1	1	
SE Juventude	António Seguro	5	15	20	8	28			0		0	
SE Negócios Estrangeiros	José Lamego		16	16	16	32		3	3		3	
SE Obras Públicas	Crisóstomo Teixeira		17	17	13	30			0		0	
SE Orçamento	Manuela Arcanjo		14	14	10	24			0		0	
SE Pescas	Sousa de Vasconcelos	12	16	28	5	33		1	1		1	
SE Presidência	Vitalino Canas		19	19	8	27		7	7	1	8	
SE Prod. Agro-Alimentar	Cardoso Leal		73	73	8	81		57	57	2	59	
SE Recursos Naturais	Ricardo Magalhães		21	21	13	34			0		0	
SE Saúde	Gomes dos Reis	15	6	21	4	25			0		0	
SE Segurança Social	Ribeiro Mendes	10	96	106	19	125	10	10	20	1	21	
SE Tesouro e Finanças	Teixeira dos Santos		20	20	8	28		6	6		6	
SE Trabalho	Monteiro Fernandes		46	46	6	52		8	8	1	9	
SE Transportes	Guilhermino Rodr	18	7	25	13	38	14	1	15	1	16	
SE Transportes e Comun.	Sousa Fernandes			0	7	7			0		0	
SE Turismo	Ribeiro da Cunha			0	10	10			0		0	
Governadores-civis			7	7	69	76			0		0	
Altos-Comissário Igualdade e Família		75	1	76	6	82			0	1	1	
Alto-Comissário Imigração			2	2	5	7		1	1	2	3	
Alto-Comissário Projecto Vida			18	18	3	21		1	1	1	2	
<b>TOTAL</b>			1314	2794	4108	942	5050	151	446	597	53	650

PS: A Lei da Revisão do Estatuto do Pessoal Dirigente foi publicada no dia 23/5/97 já depois deste artigo estar escrito. Af se verifica que, quando em 15 de Maio o Conselho de Ministros resolveu suspender as nomeações sem concurso para directores de serviço e chefes de divisão, já a Lei tinha sido promulgada 5 dias antes (em 10 de Maio) pelo Presidente da República.



# PONTOS CARDEAIS

## Com o rabo entre as pernas

... E tantas vezes vai o cântaro à fonte, que lá deixa a asa! Foi o que, naturalmente, acabou por acontecer a Alberto João Jardim quando, todo pimpão, se deslocou no passado fim-de-semana ao estádio de futebol do Marítimo para assistir ao jogo com o Gil Vicente. Viciado na submissão que tem semeado há décadas pela Região Autónoma da Madeira à custa do tráfico de influências que o poder e os dinheiros públicos lhe têm proporcionado, João Jardim avançou para o estádio na convicção de que era inatingível. Apesar das arrogantes grosserias que produziu sobre o clube e os seus dirigentes a propósito do seu projecto de fusão dos três clubes de futebol madeirense numa sociedade desportiva

tutelada pelo «seu» Governo Regional, apesar de, nessas grosserias, ter chegado à alucinação de demitir dirigentes e treinadores do Marítimo num quadro desportivo que só existe na sua cabeça, apesar, enfim, de ter insultado o próprio clube no seu conjunto com a presunção das suas megalomanias, Alberto João Jardim entrou no estádio dos Barreiros convencido da sua eterna impunidade. Estatelou-se ao comprido. Os cinco mil espectadores presentes no recinto apuparam-no e vaiaram-no de tal maneira, que o valentaço João Jardim meteu o rabo entre as pernas e fugiu ao intervalo, protegido por um batalhão de polícias. É que o descaramento é uma coisa e a coragem outra bem diferente. Ao primeiro abanão, Jardim revelou tudo quanto vale. E que é muito pouquinho...

## Um caso de «paixões»

Confrontado à queima-roupa com os apupos a Alberto João Jardim, o presidente do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, ficou engasgado, procurou fugir aos jornalistas pela nesga da porta do automóvel (ele, que está sempre tão disponível para tudo que pareça um microfone!) e não queria nem por nada comentar os acontecimentos. Finalmente lá disse o mais fácil - que não sabia de nada - e argumentou com o mais óbvio - são «paixões do futebol» - aqui no subentendido que, tivesse acontecido fosse o que fosse, não tinha importância: era mais uma «trapalhada do futebol». Marcelo Rebelo de Sousa podia não saber o que tinha acontecido com

Alberto João Jardim. Podia mesmo não fazer ideia onde é que ficava o estádio dos Barreiros ou desconhecer a cor da camisola do Marítimo. Mas sabia, de certeza, que Alberto João Jardim não fora apupado na qualidade de futebolista ou de atleta desportivo: fora, obviamente, interpelado na sua qualidade de dirigente político que tem andado a achincalhar, a coberto da autoridade do Estado, o desporto e os desportistas madeirenses... Até na manipulação das «paixões» Marcelo Rebelo de Sousa se assemelha a António Guterres...

## Como assim?!...

Extraordinário foi o raciocínio produzido em Abrantes pelo dirigente do PS e ministro do Governo de António Guterres, Jorge



Coelho. Na presunção de esgrimir argumentos contra a actuação política do PCP, a quem acusou de estar «a servir de muleta estratégica do PSD, impedindo que o processo de revisão constitucional vá até ao fim» (!), o ministro Coelho saiu-se com algo de notável. Para provar que os comunistas «procuram agitação social por todo o País», sacou de dois exemplos: a «luta nacional contra o Governo quanto à redução do horário de trabalho, como se o PS não tivesse feito nada», e o caso da Grundig de Braga, em que «o PCP quase criou uma situação de desemprego para centenas de pessoas». Como diz que disse?!...

## O desafiador

Manuel Monteiro, cuja tarefa central é inventar diariamente uma prova de que existe, desafiou há dias o PSD a votar contra o Orçamento de Estado para 1998, que será debatido no próximo Outono. «Espero que o PSD não viabilize o Orçamento de Estado para 1998, ainda que isso possa ter outras consequências.» Como a de o mesmo Orçamento vir a ser viabilizado pelo PP, como já aconteceu o ano passado...

## O corporativista

Embora com outra patine que Monteiro não tem, mas igualmente empenhado em inventar diariamente uma prova de que existe, o líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, armou-se há dias em preocupado social e acusou o Governo de António Guterres de «estar a dar a mão a grandes grupos financeiros», permitindo que «ganhe uma minoria cada vez mais poderosa». Arrematando esta não menos poderosa elocubração teórica, Marcelo acrescentou que «estamos a assistir a um novo corporativismo de Estado» que está a «levar à morte a classe média». O homem lá sabe: de corporativismo tem ele obrigação de saber.

# PONTOS NATURAIS

Mário Castro

## Conversando

### Construir a Unidade

Certo, meu caro. Pronto. Assim não pode ser. Assim não se pode viver. O pão que não há a alegria roubada e cada noite um passo sem estrelas.

Certo. Sou o que sou tu és o que és cada qual com os ses olhos e suas mãos.

Certo. Mas estamos de acordo numa coisa: assim não pode ser.

Agora que estamos de acordo como é que vamos fazer?

### A Interpelação da Hora

Então democracia é apenas isto? Uma sanduíche de silêncio entre as visitas de quatro em quatro anos à assembleia de voto?

Então democracia é isto? Quietinhos flutuando sobre a ausência dos dias?

Isto: sonhos de mãos vazias

### Actualidade

Searas? Não pode ser. A Europa não deixa. Nem vinha, nem pomares, olivais. A nossa vocação são os campos de golfe.

Levamos oitocentos anos a aprender a ser «caddies» humildes, serviçais e resistentes e ainda frugais.

(Portugal: foste apenas um sonho?)

### Poesia Incrédula

A maçãs apodrecem no chão. Sei de laranjas

que ninguém colhe ou são enterradas em valas comuns. (Foi no Algarve. Eu vi. Vi na Televisão).

Eu vi, mas estes versos, não e não acreditam: - Vai contar essa a outro, pá.

Foram-se embora. É o resultado de ter aprendido a fazê-los na oficina de João de Deus.

### Na Hora

Julga-se a Direita segura nova, com projectos velhos. Os cravos estão na altura de ser outra vez vermelhos.





## AGENDA

## OEIRAS

FESTA-CONVÍVIO CDU na MATA DO ESTÁDIO NACIONAL

Dia 1 de Junho a partir das 12h (Almoço)

- Intervenção política com Vítor Dias e Arnaldo Pereira, às 15 horas
- Momento artístico, às 16 horas



# CDU é obra!

## AMADORA

Dia 3 às 18 horas, no Espaço Delfim Guimarães

Se és trabalhador da Autarquia;

aparece, leva um amigo, participa no debate sobre O PROJECTO ELEITORAL DA CDU!

## CASCAIS

A CDU em defesa do Património: visita à Quinta dos Ingleses, em Carcavelos, com a participação de António Filipe, Carlos Rabaçal, Valente de Almeida e eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia: dia 2, com concentração no restaurante "Narciso" e partida para a visita às 11 horas.

## OS JOVENS E A HABITAÇÃO EM COIMBRA

Hoje, dia 28, às 15 horas, na Rotunda da Av. Fernão de Magalhães

A JUVENTUDE CDU VAI FAZER OUVIR A SUA VOZ,  
VAI EXIGIR MEDIDAS CONCRETAS!

## COVILHÃ

Encontro concelhio da CDU para discussão do trabalho autárquico e eleição da Comissão Concelhia da CDU e da sua Coordenadora: dia 31, às 21h30, na Sala da Assembleia Municipal, com Francisco Lopes e André Martins

## GRÂNDOLA

Sessão-debate com Luís Sá sobre o Poder Local democrático e a democracia participativa: dia 2 às 21h30, na Biblioteca Municipal de Grândola

## MORA

Plenários CDU no Concelho, dia 30 de maio: em Cabeção, Pavia e Brotas - todas às 21h30 e nas respectivas Juntas de Freguesia; em Mora, às 21h, no CT do PCP

## SOURE

Encontro concelhio da CDU para discussão da intervenção da CDU nas eleições autárquicas: dia 6 às 21h30, no CT do PCP

## V. NOVA DE GAIA

Debate: "Segurança (in)segurança" em V. N. de Gaia": dia 30 às 21h30, com a participação de João Amaral, Antero Pires e Ernesto António.

Visita de António Pires, candidato CDU à CM, à orla marítima de Gaia: dia 1

## CDU apresenta candidatos:

## ALCOCHETE

Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU às autarquias do concelho de Alcochete: quinta-feira, 29, a partir das 21 horas, na Galeria Municipal (Edifício dos Paços do Concelho), com a participação de Luís Sá

## BAIÃO

Apresentação pública da candidatura da CDU à Câmara e Assembleia Municipal, com a participação de Emídio Ribeiro e José Calçada: dia 31, às 20 horas, no Restaurante "Almocreve", em Baião

## BARCELOS

Apresentação pública do cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal, com a participação de António Lopes: dia 3 às 21h30, no Auditório da Biblioteca Municipal de Barcelos

## CARCAVELOS

Almoço de apresentação do cabeça de lista da CDU à Junta de Freguesia, Manuel Dias Valente de Oliveira, com a participação de Carlos Rabaçal: dia 1 às 13 horas, na Soc. Recreativa e Musical de Carcavelos

## ESPOSENDE

Jantar de apresentação dos candidatos da CDU aos órgãos municipais: dia 31 às 20.30 horas no restaurante "Cantinho dos Lírios"

## LISBOA

Almoço-convívio promovido pela Com. de Freguesia da Penha de França com a presença dos candidatos do PCP que integrarão a lista da Coligação "Lisboa" (PS-PCP-UDP-Os Verdes): dia 7 de Junho no CT do PCP da Graça (Inscrições: Tel. 8138119)

## MONTIJO

Apresentação pública do cabeça de lista da CDU à freguesia de Pegões: dia 30 às 21 horas

## PALMELA

Apresentação pública do cabeça de lista da CDU às freguesias de Quinta do Anjo e Marateca: dia 6 e 7, respectivamente

## S. DOMINGOS DE RANA

Apresentação pública da candidatura da CDU à freguesia: Dia 31 às 17h30 no salão do Grupo Desportivo "Os Vinhais", em Tires, com a participação de Carlos Rabaçal, Ramon La Féria e Jorge Cordeiro

## V. FRANCA DE XIRA

Apresentação pública da candidatura da CDU à freguesia de Cachoeiras: dia 29 às 16h, no Lg. da Escola de Cachoeiras. Apresentação pública da candidatura da CDU à presidência da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira: dia 31 às 11h no Cais 14 em Alhandra, com partida às 10h do Cais de V. Franca no barco varino "Liberdade". Participa Daniel Branco.

## Tempo de Antena

5ª feira  
Dia 5 de Junho  
RTP-1

A seguir ao Telejornal

## No fim-de-semana

# CARLOS CARVALHAS

## no ALGARVE, em ODEMIRA e no SUL DO DISTRITO DE SETÚBAL

No Algarve o Secretário-geral do PCP estará no próximo dia 30, sexta-feira, participando, acompanhado de Carlos Luís Figueira e de outros dirigentes do PCP e eleitos da CDU na região, nas seguintes iniciativas:

Em Vila Real de Santo António - Visita à nova sede da Associação de Reformados, às obras do porto e zona industrial de Vila Real de Santo António, a partir das 14h30;

Em Faro - Encontro com a Direcção da União dos Sindicatos do Algarve (às 16.30 horas, no Sindicato da Hotelaria, em Faro);

Em Silves - Jantar de apoiantes da CDU, durante o qual serão apresentados os cabeças de lista da Coligação aos órgãos autárquicos do concelho, às 20.30 horas na FISSUL.

Sábado, 31, Carlos Carvalhas, estará em Odemira a partir das 10.30 horas, hora a que tem início o encontro, seguido de passeios pelas ruas do Centro, com os eleitos da CDU na CM; às 12 horas participa, no Jardim dos Patos, na apresentação pública de cabeças de lista aos órgãos autárquicos do concelho, e às 13 horas num almoço-convívio em S. Teotónio (Pavilhões da FACECO); ainda em S. Teotónio, estará presente na inauguração do Centro de Trabalho do PCP local, às 15 horas.

Em Santiago do Cacém, Carlos Carvalhas visita a partir das 16h30 a Santiago, Feira de Santiago do Cacém, e a nova Sede da CDU local, com inauguração prevista para as 18 horas.

Em Alvalade Sado, às 19h30, estará presente no Jantar-convívio que se realiza no CT do PCP a partir das 19.30 horas.

Às 21.30 horas, já em Sines, participa no Comício da CDU que terá lugar no Salão do Povo.

## "AS PRIVATIZAÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e a redução da Função Social do Estado"

- debate com Jerónimo de Sousa no CT Vitória  
promovido pelo Sector da FP da ORL  
4 de Junho, às 18.30 horas

## Mesa-Redonda em LISBOA: "As Comunidades Imigrantes e o direito à prática desportiva"

com a participação de  
Henrique de Sousa - António Filipe - Carlos Rabaçal  
Dia 2 de Junho, 18h, Centro de Trabalho Vitória

## COIMBRA

**Figueiró do Campo** - Reunião de militantes do PCP e activistas da CDU sobre as eleições autárquicas: dia 31 às 21h30, em casa do cam. Joaquim Vaz, no Cruzeiro.  
**Soure** - Reunião da Comissão Concelhia, para discussão de listas e programas eleitorais e de outras tarefas do Partido em curso (Campanha de Fundos, Jornada Nacional de Propaganda, Festa do Avante): dia 30 às 21h30, no CT de Soure.  
**Condeixa-a-Nova** - Reunião de militantes e simpatizantes da freguesia de Sebal Grande sobre questões autárquicas: dia 7, às 21.30 horas, em casa do cam. José Temido, no Sobreiro

## SETÚBAL

Freguesia de S. Sebastião - Reunião de militantes sobre "As eleições autárquicas e a sua importância para uma mudança de política", com a participação do camarada Ruben de Carvalho: dia 30, às 21.30 horas, no CT do Edifício Arrábida.

## SINTRA

Reunião de Quadros do Concelho de Sintra, para debate das linhas programáticas da CDU no concelho: dia 2, às 21.30 horas, no Auditório nº 2 da Igreja de Rio de Mouro.

## MOITA

IV Assembleia da Organização da Freguesia: dia 7 de Junho às 15h no Salão da Junta de Freguesia, com a participação dos camaradas João Almeida e Vicente Merendas.

Baixa da Banheira - Plenário de militantes sobre questões autárquicas: dia 7 às 15 horas, no CT.



Porto - CT da Boavista  
Dia 31 às 15.30 horas  
A MÚSICA DE INTERVENÇÃO  
EM PORTUGAL

- debate com Ruben de Carvalho  
promovido pela Colectivo da Cidade  
do Porto da JCP



TELEVISÃO

Quinta, 29

**RTP 1**  
 08.00 Seleção Nacional  
 09.00 Notícias  
 09.10 Infantil  
 10.05 António Alves, Taxista  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 As Aventuras de Tarzan  
 14.40 O Bombardeiro  
 (de Michele Lupo, It./1982, com Bud Spencer, Jerry Cala, Mike Miller, Kallie Knoetze, Valeria Cavalli. Acção) «Humor»  
 16.35 Seleção RTP  
 17.50 Futebol: Colômbia-Portugal  
 20.00 Telejornal  
 21.00 Filhos do Vento  
 22.00 Concurso 1, 2, 3  
 00.05 Magazine  
 00.35 24 Horas  
 01.10 RTP/Financial Times  
 01.20 Desporto (Competições)  
 02.15 Bom Bordo

**RTP 2**  
 09.00 Cimeira da NATO  
 11.00 Missa  
 12.00 Um Amor Americano  
 13.20 Ventos de Revolta  
 15.00 Informação Gestual  
 15.50 Falatório  
 16.40 Euronews  
 17.00 Cimeira da NATO  
 17.30 Infantil  
 19.15 Caderno Diário  
 19.30 Uma Vida Nova  
 20.00 Reviver o Passado em Brideshead



Ventos de Revolta - a Irlanda do séc. XIX, dos pobres e dos revoltados, numa excelente mini-série britânica: quinta e domingo na RTP2

21.00 Acontece  
 21.15 Remate  
 21.25 Amigos por Acaso  
 22.00 Jornal 2  
 22.30 Um Crime no Expresso do Oriente  
 (de Sidney Lumet, Gr./Br./1974, com Albert Finney, Lauren Bacall, Ingrid Bergman, Vanessa Redgrave, Jacqueline Bisset, Jean-Pierre Cassel, Sean Connery, John Gielgud, Anthony Perkins, Michael York. Ver Destaque)  
 00.40 Falatório

**SIC**  
 08.00 O Quebra-Nozes (Longa-Metragem)  
 10.00 Buéréré  
 11.55 A Magia dos Globetrotters  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 Armas de Honra  
 15.30 Ganhar para o Susto  
 16.30 O Regresso de Henry  
 (de Mike Nichols, EUA/1991, com Harrison Ford, Annette Benning, Bill Nunn, Donald Moffat. Drama)  
 18.10 Mulheres de Areia  
 19.00 Anjo de Mim  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.55 As Aventuras de Camilo  
 21.25 Os Malucos do Riso  
 22.00 A Indomada  
 23.45 Viva a Liberdade  
 00.30 Último Jornal  
 00.55 Escrita em Dia  
 01.55 Portugal Radical  
 02.15 Vibrações

**TVI**  
 09.30 Missa  
 12.00 Animação  
 12.40 Cassandra  
 13.30 TVI Jornal  
 14.00 Laços de Amor  
 14.50 Dama de Rosa  
 15.35 O Justiciero  
 17.20 Os Deuses Devem estar Loucos  
 (de Billy Chan, Afr. do Sul/1995, com Nuxau, Michele Bestbier, Saul Bemberger. Comédia)  
 19.00 Esquadrão Classe A  
 20.00 Xica da Silva  
 21.00 TVI Jornal  
 22.00 Intimidade Obsessiva  
 (de Rick King, EUA/1994, com Scott Bakula, Chelsea Field, Sheila Kelley. Drama)  
 24.00 Futebol: Vicenza-Nápoles  
 02.05 TVI Jornal  
 01.50 Fora de Jogo  
 02.05 TVI Jornal  
 03.15 A Balada de Hill Street

Sexta, 30

**RTP 1**  
 09.10 Infantil  
 10.05 António Alves, Taxista  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Alondra  
 14.35 Gus, a Mascote  
 16.20 Isto Só Vídeo  
 17.00 Notícias  
 17.10 Canal Aberto  
 18.25 100% Natural  
 19.00 País País  
 19.40 País Regiões  
 20.00 Telejornal  
 20.50 Lições do Tonecas  
 21.25 Futebol: Benfica-Guimarães  
 23.35 Filhos do Vento  
 00.25 24 Horas  
 01.15 Desporto (Competições)  
 01.40 Força Imortal  
 (de Albert Pyun, EUA/1993, com Andrew Dice Clay, Teri Hatcher, Yuji Okumoto. Acção)

**RTP 2**  
 09.00 Cimeira da NATO  
 15.00 Informação Gestual  
 15.45 Falatório  
 16.40 Anúncios de Graça  
 17.05 Euronews  
 17.30 Infantil  
 19.10 Caderno Diário  
 19.30 Uma Vida Nova  
 19.55 Os Vingadores  
 21.00 Acontece  
 21.15 Remate  
 21.25 Carolina na Cidade  
 21.50 RTP/Financial Times



Ventos de Revolta - a Irlanda do séc. XIX, dos pobres e dos revoltados, numa excelente mini-série britânica: quinta e domingo na RTP2

22.00 Jornal 2  
 22.30 Morte no Nilo  
 (de John Guillermin, Gr.Br./1978, com Peter Ustinov, Jane Birkin, Bette Davis, Mia Farrow, John Finch, David Niven, Maggie Smith, Angela Lansbury, George Kennedy. Ver Destaque)  
 00.50 Falatório  
 01.45 Rumo ao Sul

**SIC**  
 08.00 Circo Chen  
 10.15 Buéréré  
 11.55 As Vidas Secretas da princesa Margarida  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 Armas de Honra  
 15.30 Apaixonados e Apanhados  
 16.30 Uma Tremenda Confusão  
 (de Blake Edwards, EUA/1986, com Ted Danson, Paul Sorvino, Maria Conchita Alonso. Comédia)  
 18.00 Mulheres de Areia  
 18.50 Anjo de Mim  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 A Indomada  
 22.15 Confissões  
 23.15 Os Donos da Bola  
 01.30 Último Jornal  
 01.50 Um Homem de Sorte  
 03.00 Vibrações

**TVI**  
 11.10 Animação  
 12.30 Cassandra  
 13.30 TVI Jornal  
 14.00 Laços de Amor  
 14.50 Dama de Rosa  
 15.35 Éramos Seis  
 16.30 O Barco do Amor  
 17.20 Doido por Ti  
 18.00 Adultos à Força  
 19.00 Esquadrão Classe A  
 20.00 Xica da Silva  
 21.00 TVI Jornal  
 22.00 Ficheiros Secretos  
 24.00 Automatic - O Guarda do Futuro  
 (de John Murlowski, EUA/1994, com Olivier Gruner, Daphne Ashbrook. «Thriller»)  
 01.05 TVI Jornal  
 02.10 Fora de Jogo  
 02.35 A Balada de Hill Street

Sábado, 31

**RTP 1**  
 08.00 Sempre a Abrir  
 12.15 Companhia dos Animais  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.35 Top +  
 14.40 Jornal Jovem  
 15.15 Jornal Jovem  
 15.50 86-60-86  
 16.25 Super Bebés  
 16.55 Há Horas Felizes  
 17.55 Futebol: Escócia-Portugal  
 20.00 Telejornal  
 20.50 Meu Querido Avô  
 21.25 Futebol: Braga-Porto  
 23.30 Segredos da Escuridão  
 00.30 24 Horas  
 01.10 Desporto (Competições)  
 01.20 Máxima Tensão  
 (de Graeme Clifford, EUA/1994, com Scott Glenn, Anthony La Paglia, Lara Flynn Boyle, David Ogeden Stiers. «Thriller»)  
 03.15 Mary White  
 (de Jud Taylor, EUA/1977, com Ed Flanders, Fionnula Flanagan, Kathleen Beller, Tim Matheson, Donald Moffat, Diana Douglas. Ver Destaque)

**RTP 2**  
 09.00 Universidade Aberta  
 12.00 Sem Fronteiras  
 12.30 Vida por Vida  
 12.40 Prazer de Criar  
 13.05 Marte, o «Planeta Vermelho»  
 14.00 Parlamento  
 15.00 Desporto 2  
 18.00 Sinais do Tempo  
 18.50 Onda Curta  
 (A Grande Migração - de Iouri Tchénrenkov, Fr./1995). Curta-Metragem. A Busca, de Tyrone Montgomery, Alemanha/1996). Curta-Metragem)  
 19.20 Dinheiro Vivo  
 20.05 Foyer - «Hollywood Love»  
 21.00 Semana ao Sábado  
 22.00 O Lugar da História  
 22.55 Lawrence da Arábia  
 (de David Lean, Gr.Br./1962, com Peter O'Toole, Alec Guinness, Anthony Quinn, Jack Hawkins, Omar Sharif, Jose Ferrer, Anthony Quayle, Claude Rains, Arthur Kennedy. Ver Destaque)  
 02.05 Pavarotti e Abbado em Ferrara (Parte I)

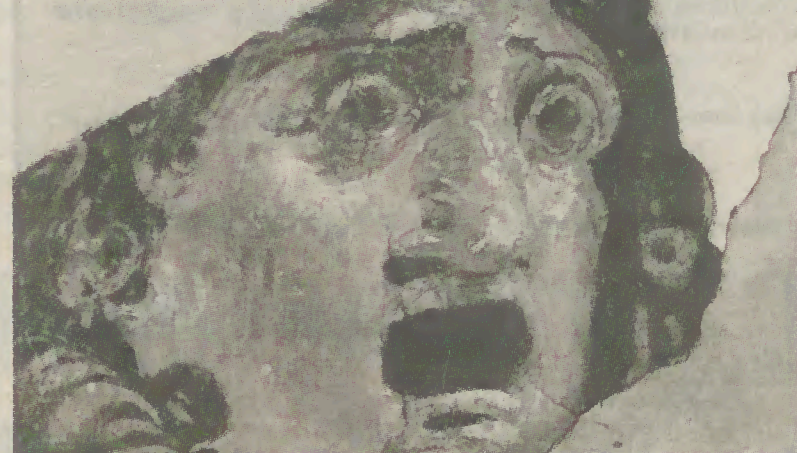
**SIC**  
 08.30 Buéréré  
 11.55 O Nosso Mundo  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 Tostões e Milhões  
 14.10 Cosby Show  
 15.00 Hércules  
 16.00 A Sentinela  
 16.50 Walker  
 18.00 Superman IV - Em Busca da Paz  
 (de Sidney J. Furie, EUA/1987, com Christopher Reeve, Gene Hackman, Jon Cryer. Fantasia/Aventuras)  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.45 Mundo VIP  
 21.20 Salsa e Merengue  
 22.20 Big Show Sic  
 01.45 Último Jornal  
 02.00 Duelo de Ambições  
 (de Raoul Walsh, EUA/1955, com Clark Gable, Jane Russell, Robert Ryan, Cameron Mitchell. «Western»)  
 04.15 Portugal Radical

**TVI**  
 09.30 Animação  
 12.00 Novos Ventos  
 12.30 Notícias  
 12.50 Contas em Dia  
 13.25 Contra-Ataque  
 15.00 Voleibol de Praia  
 16.50 Lar Louco Lar  
 17.20 Competente e Descarada  
 17.50 O 3º Calhau a Contar do Sol  
 18.15 Estrelas de Hollywood  
 19.00 Lanterna Mágica  
 19.25 Futebol (Liga Espanhola)  
 21.25 Telejornal  
 22.00 Humilhação  
 (de Robert M. Young, EUA/1986, com Farrah Fawcett, James Russo, Diana Scarwid, Alfre Woodard. Drama)  
 24.00 A Marca da Justiça  
 (de Marc Voizard, EUA/1995, com Roddy Piper, Jane Wheeler, Alina Thompson. «Thriller»)  
 01.30 História de Uma Traição  
 (de Marek Kaniévka, EUA/1983, com Rupert Everett, Colin Firth, Cary Elwes. Drama)

Domingo, 1

**RTP 1**  
 08.00 Sempre a Abrir  
 12.20 Sem Limites  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.35 Made in Portugal  
 14.40 O Caminho das Estrelas  
 15.40 As Aventuras de Tarzan  
 16.40 Amores e Rebelia  
 17.55 Repórteres de Palmo e Meio  
 18.45 Casa Cheia  
 19.20 Jet 7  
 20.00 Telejornal  
 20.45 Contra-Informação (Compacto)  
 21.10 Casa de Artistas  
 22.25 Filhos do Vento  
 23.20 Domingo Desportivo  
 01.20 24 Horas  
 02.00 Polícia em Acção

**RTP 2**  
 09.00 Caminhos  
 09.30 Novos Horizontes  
 10.00 70 x 7  
 10.30 Missa  
 11.20 Quilómetro Zero  
 12.05 Jornal d'África  
 12.35 Máquinas  
 13.05 Ventos de Revolta (Parte I)  
 14.30 Desporto 2  
 18.00 Sonhar É Fácil  
 (de Perdigão Queiroga, Port./1951, com António Silva, Laura Alves, Manuel Santos Carvalho, Eugénio Salvador. Comédia)  
 19.30 Bom Bordo  
 20.05 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - Carver»



Outro grande espectáculo de teatro este domingo na RTP2: «Antígona», segundo a tragédia imortal de Sófocles, de quem há pouco vimos no mesmo canal as duas outras peças da trilogia ediplana

21.05 Alta Roda  
 22.00 Horizontes da Memória  
 22.30 Teatro: «Antígona»  
 00.35 Vidas do Século: «Mao»

**SIC**  
 08.30 Buéréré  
 12.00 BBC - Vida Selvagem  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 Internacional SIC  
 15.15 Assuntos de Família  
 15.45 Xena, a Princesa Guerreira  
 16.10 A Balada de Nova Iorque  
 17.00 Cidade Escaldante  
 18.10 Corrida Contra o Destino  
 (de Richard C. Sarafian, EUA/1971, com Barry Newman, Cleavon Little, Dean Jagger. Aventuras)  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.50 Toda a Verdade  
 21.50 Salsa e Merengue  
 22.50 A Pele de Um Malandro  
 (de Don Siegel, EUA/1968, com Clint Eastwood, Lee J. Cobb, Susan Clark, Tisha Sterling. Ver Destaque)  
 00.50 Último Jornal  
 01.25 João Soares  
 02.25 Portugal Radical

**TVI**  
 09.30 Animação  
 11.10 Missa  
 12.30 O 8º Dia  
 13.00 Notícias  
 13.20 Portugal Português  
 14.30 É Urgente Salvar o Planeta  
 15.30 Voleibol de Praia  
 17.15 Delito em Red Rock West  
 (de John Dahl, EUA, com Nicholas Cage, Dennis Hopper, Lara Flynn Boyle)  
 19.05 Desafios  
 19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
 21.25 Telejornal  
 22.00 Notícia Escaldante  
 23.00 Futebol (Campeonato Italiano)

Segunda, 2

**RTP 1**  
 09.00 Notícias  
 09.10 Infantil  
 10.05 António Alves, Taxista  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Alondra  
 14.40 Seleção RTP  
 15.45 Carmen  
 17.10 Canal Aberto  
 17.55 Futebol: Portugal-EUA  
 20.00 Telejornal  
 21.10 Nós, os Ricos  
 21.50 Filhos do Vento  
 22.30 Maria Elisa  
 24.00 24 Horas  
 00.45 Desporto  
 01.10 Horizontes da Memória

**RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 15.50 Falatório  
 16.50 Sem Limites  
 17.15 Infantil  
 19.00 Universidade Aberta  
 19.30 Maravilhas do Tempo  
 20.00 O Agente Secreto  
 21.00 Acontece  
 21.15 Remate  
 21.25 Murphy Brown  
 22.00 Jornal 2  
 22.30 O Meu Tio da América  
 (de Alain Resnais, Fr./1980, com Gérard Depardieu, Nicole Garcia, Roger Pierre, Marie Dubois. Ver Destaque)  
 00.15 Falatório

Terça, 3

**RTP 1**  
 09.00 Notícias  
 09.10 Infantil  
 10.05 António Alves, Taxista  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Alondra  
 14.40 Seleção RTP  
 15.40 Jet 7  
 16.15 Carmen  
 17.10 Canal Aberto  
 18.25 100% Natural  
 19.00 País País  
 19.40 País Regiões  
 20.00 Telejornal  
 21.05 Isto Só Vídeo  
 21.50 Filhos do Vento  
 22.35 Herman Enciclopédia  
 23.35 Anúncios de Graça  
 00.10 24 Horas  
 00.45 Desporto  
 01.05 Grandes Nomes

**RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 15.50 Falatório  
 16.40 2001  
 17.15 Infantil  
 19.00 Rotações  
 19.35 Maravilhas do Tempo  
 20.05 O Santo  
 21.00 Acontece  
 21.15 Remate  
 21.25 Crimes Verdadeiros  
 22.00 Jornal 2  
 22.30 A Vida É um Romance  
 (de Alain Resnais, Fr./1983, com Vi-

Quarta, 4

**RTP 1**  
 09.00 Notícias  
 09.10 Infantil  
 10.00 António Alves, Taxista  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.40 Olho Clínico  
 14.25 Alondra  
 15.10 Seleção RTP  
 15.45 As Lições do Tonecas  
 16.20 Carmen



Maria Elisa de novo com os seus debates na RTP 1

17.00 Notícias  
 17.10 Canal Aberto  
 18.50 País País  
 19.30 Totobola  
 20.00 Telejornal  
 20.55 Lele e Zequinha  
 21.30 Filhos do Vento  
 22.25 Enviado Especial  
 23.15 Profissão Duro  
 (de Rowdy Herrinton, EUA/1989, com Patrick Swayze, Kelly Lynch, Sam Elliott, Ben Gazzara. Acção)  
 01.00 24 Horas  
 01.45 Desporto

**RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 15.50 Falatório  
 16.40 100+  
 17.30 Infantil  
 19.30 Maravilhas do Tempo  
 20.00 Castelo de Cartas  
 21.00 Acontece  
 21.15 Remate  
 21.25 Os Simpsons  
 22.00 Jornal 2  
 22.30 A Guerra Acabou  
 (de Alain Resnais, Fr./1966, com Yves Montand, Ingrid Thulin, Geneviève Bujold, Jean Bouise. Ver Destaque)  
 00.55 Falatório

**SIC**  
 10.10 Buéréré  
 11.30 As Receitas do Dia  
 11.55 Tocaia Grande  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 O Juiz Decide  
 14.10 Raven  
 15.00 O Ressuscitado  
 16.00 Buéréré  
 18.00 Mulheres de Areia  
 19.00 Anjo de Mim  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.50 A Indomada  
 22.00 Cadeira do Poder  
 23.00 Casos de Polícia  
 00.10 Último Jornal  
 00.35 A Noite da Má-Língua  
 02.10 Vibrações

**TVI**  
 11.05 Animação  
 12.40 Cassandra  
 13.30 TVI Jornal  
 14.20 Laços de Amor  
 14.50 Dama de Rosa  
 15.35 Éramos Seis  
 17.00 O Barco do Amor  
 17.45 Doido por Ti  
 18.15 Adultos à Força  
 19.00 Esquadrão Classe A  
 20.00 Xica da Silva  
 21.00 TVI Jornal  
 22.00 Bob Roberts, Candidato ao Poder  
 (de Tim Robbins, EUA/1992, com Tim Robbins, Gore Vidal, Pamela Reed, Susan Sarandon. Ver Destaque)  
 00.10 TVI Jornal  
 00.30 Fora de Jogo  
 00.45 Desporto  
 02.00 A Balada de Hill Street

torio Gassman, Ruggero Raimondi, Geraldine Chaplin, Fanny Ardant. Ver Destaque)  
 00.15 Falatório

**SIC**  
 10.10 As Receitas do Dia  
 10.30 Buéréré  
 11.55 Tocaia Grande  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 O Juiz Decide  
 14.10 Raven  
 15.00 O Ressuscitado  
 16.00 Buéréré  
 18.00 Mulheres de Areia  
 19.00 Anjo de Mim  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.45 A Indomada  
 21.45 Paródia Nacional  
 23.15 Esta Semana  
 00.20 Último Jornal  
 00.45 Primeiros Anos  
 01.55 Vibrações

**TVI**  
 11.05 Animação  
 12.40 Cassandra  
 13.30 TVI Jornal  
 14.20 Laços de Amor  
 14.50 Dama de Rosa  
 15.50 Éramos Seis  
 17.00 O Barco do Amor  
 17.45 Doido por Ti  
 18.10 Adultos à Força  
 19.00 Esquadrão Classe A  
 20.00 Xica da Silva  
 21.00 TVI Jornal  
 22.00 PSI Factor  
 23.45 Fora de Jogo  
 24.00 TVI Jornal  
 01.00 A Balada de Hill Street



Maravilhas do Tempo (atmosférico...), a beleza e o mistério revelados: agora todos os dias na RTP 2, às 19 e 30

**Tempo de Antena**  
 PCP  
 5ª feira  
 Dia 5 de Junho  
 RTP-1  
 A seguir ao Telejornal



## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## Um Crime no Expresso Oriente

(Quinta, 22.30, RTP2)

Embora estejamos em presença de um filme realizado com o competente engenho oficial de Sidney Lumet - sem esconder algum bom gosto posto na decoração da época - naturalmente que é tarefa difícil gerir a presença de um tão grande número de vedetas, às quais é necessário minimamente atribuir *espessura dramática* que aguente confrontos interpretativos tão aliciantes. Embora a intriga seja complexa, o arranque da história é simples e conta-se em poucas palavras: um desprezível milionário norte-americano é encontrado morto, apunhalado, no seu compartimento-cama do famoso *Expresso do Oriente* no percurso de Istambul para Calais e Hercule Poirot, o homenzinho do bigode, vai decidir no dia seguinte utilizar as suas «células cinzentas» para desvendar o crime...

## Morte no Nilo

(Sexta, 22.30, RTP2)

Numa superprodução recheada de vedetas (algumas apenas entrando para dizer «olá!») - o que costuma significar uma operação comercial de grande envergadura - estamos aqui perante uma interpretação do universo de Agatha Christie, atravessado de mistério, ironia e *suspense*. Ou melhor, podíamos ter estado se não fosse faltar à encenação e à escrita do filme a sutileza e invenção que sobra em algumas das interpretações, como é o caso da espantosa Maggie Smith (no papel de uma inquietante enfermeira), de Angela Lansbury (excelente na pele de uma *ex-vamp*) ou de Peter Ustinov (brilhante na sua representação, enquanto tal, embora fisionomicamente sempre longe da figura que todos imaginamos ser a de Poirot).

## Lawrence da Arábia

(Sábado, 22.55, RTP2)

Tantas vezes transmitido pelas nossas televisões, lembremos apenas que este é um dos filmes mais ambiciosos e conseguidos de um mestre do cinema dos grandes espaços - David Lean - aqui seguindo o percurso e a história do tenente Lawrence que sabemos ter sido encarregado pelos britânicos para levar socorro ao príncipe Faïçal ameaçado pelos turcos, tendo esta aventura como pano de fundo a partilha do império turco pela França e pela Inglaterra. Uma interpretação genial de Peter O'Toole, na pele de uma personagem cuja ambiguidade - meio-aventureiro, poeta, mercenário ou ingénuo - a composição do actor e a direcção de Lean nos fazem devolver com grande intensidade emocional num filme cuja encenação tem grandeza e maturidade inegáveis.

## Mary White

(Sábado, 03.20, RTP1)

A incompetência ou a ignorância dos responsáveis pela programação cinematográfica da RTP - cada vez mais resvalando no primeiro canal para a qualidade mais rasteira - faz com que este *telefim* de interesse superior à mediania seja transmitido a uma hora «impossível», enquanto imediatamente antes, mesmo assim pela uma e meia da madrugada, a primazia fora, mais uma vez, para um «thriller» de violência abjecta e inenarrável. O *telefim*, por sua vez, é a expressão fílmica - que nos dizem contada de forma poética - dos escritos de um jornalista (Prémio Pulitzer), William Allen White, depois da trágica morte da sua filha adolescente, em 1921.

## A Pele de Um Malandro

(Domingo, 22.50, SIC)

É provável que os leitores se lembrem de uma (por vezes) razoável série de TV, *Mcloud*, que a RTP transmitiu há anos, uma série em que um *sheriff* do interior profundo da América resolvia, à sua maneira, casos de polícia na grande cidade. O interesse maior que residia nos argumentos da série era o constante confronto entre duas «culturas», entre duas formas de estar e encarar a vida, os «casos» e a sua resolução - a urbana e a rural. Algo de semelhante se passa neste filme da inseparável dupla Siegel-Eastwood inspirado, aliás, nessa série - um tema que regularmente será, de certa forma, retomado por Clint Eastwood na sua carreira de actor e realizador. Um implacável *sheriff* do Arizona chega a Nova Iorque transportando sob custódia um prisioneiro e, à chegada ao aeroporto, é enganado pela miúda do preso, deixando-o fugir. E o filme, de forma irónica e subtil, constrói-se precisamente sobre a particularidade dos métodos do *sheriff*, habituado aos grandes espaços, para, no caos labiríntico da grande metrópole, ter de se adaptar para acabar por captar o fugitivo - na sequência da perseguição em pleno Central Park, cinematograficamente narrada de forma brilhante.

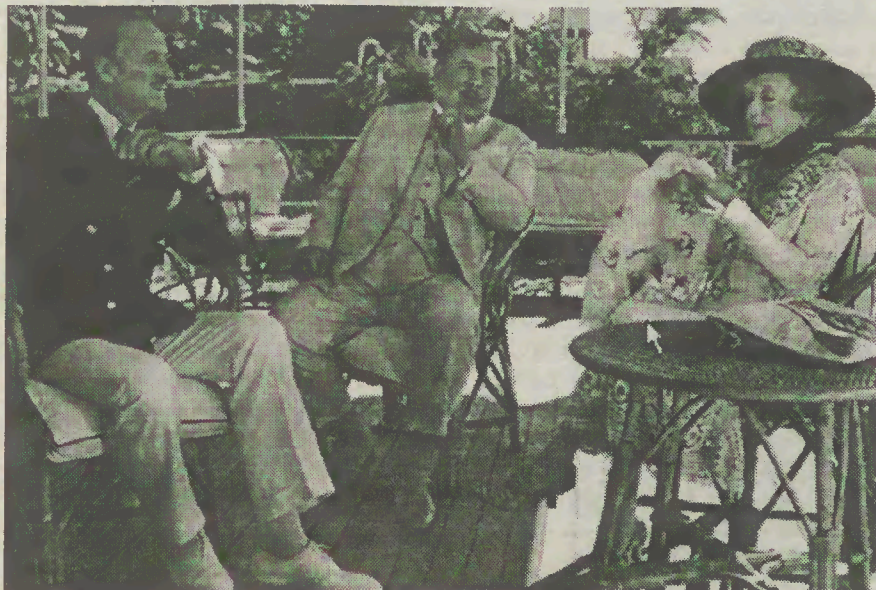
## O Meu Tio da América

(Segunda, 22.30, RTP2)

«O que me interessa não são tanto as personagens, nem mesmo a história, é a construção dramática. Uma forma. De um lado, o discurso teórico do cientista; do outro, os indivíduos que "mexem" e aos quais estas teorias se aplicam ou não - já que eles conservam a sua liberdade.» Era assim que Alain Resnais se exprimia a propósito de *O Meu Tio da América*, filme que se debruça sobre a actividade quotidiana do professor Laborit e dos seus estudos sobre o comportamento em laboratório dos animais, concluindo que o comportamento dos seres é determinado por impulsos inconscientes.



Um cena conhecida de «Um Crime no Expresso Oriente», um filme de Agatha Christie/Sidney Lumet



David Niven, Peter Ustinov e Bette Davis, alguns dos intérpretes principais de «Morte no Nilo», de Agatha Christie/John Guillermin



Tim Robbins interpreta a figura do corrupto Bob Roberts, no filme «Candidato ao Poder», que ele próprio realizou

Embora nunca deixando de conservar a marca de excelência do seu autor - um dos maiores realizadores da história do cinema francês - e com um conjunto notável de interpretações, esta é a menos interessante das obras incluídas neste ciclo que hoje começa e que a RTP2 dedica a Alain Resnais.

## A Vida é um Romance

(Terça, 22.30, RTP2)

Em 1919, no seu castelo, o conde Forbeck propõe aos seus convidados uma experiência que deverá conduzi-los a um estado de felicidade permanente - e que termina em tragédia. Em 1982, no mesmo castelo, arquitectos, sociólogos e educadores organizam um colóquio sobre «a educação da imaginação» - que se salda por um fracasso. Durante este tempo, crianças imaginam um conto em que um príncipe valente triunfa sobre um tirano para alcançar o bem-estar do povo. Três épocas diferentes, três histórias com um tema comum: a busca da felicidade. Mais um filme habilmente dirigido e encenado e repleto de fino humor e

que, no entanto, por ser demasiado explicativo e demonstrativo, resultou em nova desilusão. Decididamente, não é o melhor Resnais que a RTP2 nos reservou nestes primeiros dias do seu ciclo.

## Bob Roberts, Candidato ao Poder

(Quarta, 22.00, TVI)

Outra sátira, agora política e referente aos anos 80 norte-americanos, encenada com desenvoltura por Tim Robbins. *Candidato ao Poder* acompanha a trajectória política de um multimilionário *self-made man*, que utiliza o populismo mais reaccionário para convencer as pessoas da bondade das suas propostas políticas e, ao mesmo tempo, significativamente, canta can-

ções com títulos como «The Times, They Are A-Changin' Back... Ou, em bom português, «Ó tempo, volta p'ra trás!».

## A Guerra Acabou

(Quarta, 22.30, RTP2)

À sua maneira também polémico do ponto de vista ideológico - melhor dizendo, quanto à análise das concepções da prática política, sobretudo nas condições da luta contra a ditadura - *A Guerra Acabou* não deixa de ser, sem dúvida, o melhor dos primeiros três filmes do ciclo Resnais, logo nessa época suscitando em muito boa gente profunda reflexão, que não deve confundir-se com abandono de convicções. Yves Montand interpreta aqui o papel de um membro do Partido Comunista Espanhol (exilado em Paris) que, em meados dos anos 60, em plena ditadura fascista, regressando de uma tarefa perigosa, revela cepticismo em relação à adequação das formas de luta à realidade concreta da Espanha franquista. Nas palavras de Resnais, a Espanha tornara-se «a boa consciência lírica de toda a esquerda. Um mito para os antigos combatentes». E acrescentava: «enquanto mito, enquanto símbolo, a Guerra de Espanha terminou. Mas a luta, essa continua». A propósito: contraditório, embora, Resnais (que nunca fora comunista) permaneceu na sua carreira honesto e rigoroso na sua elevada estatura de criador artístico. No que se refere a Montand (intérprete principal deste filme) e a Semprun (seu argumentista), a certa altura do percurso decidiram ir à sua vidinha...



Peter O'Toole e Anthony Quinn, em «Lawrence da Arábia», uma grande obra de David Lean



■ Francisco Costa

# A hipocrisia está aí: no real e na ficção

**J**ulgo que foi na *TSF*, ou seria na *Antena 1*? Em todo o caso foi na passada segunda-feira, no meio de um desses habitualmente sincopados e excitados noticiários, que eu ouvi um dos Secretários de Estado do actual Governo a discorrer (sublinhe-se, valha a verdade dizer-se, na sua qualidade de dirigente do PS) sobre os resultados da primeira volta das eleições francesas. E, satisfeito, considerava com naturalidade que os resultados eram esperançosos, pois renunciavam a possibilidade de uma «viragem à esquerda».

Quem sou eu para negar esta positiva análise e conclusão? É evidente que se trata de resultados positivos sendo que, entretanto, do ponto de vista qualitativo, julgo não poder omitir-se, nesta dinâmica de mudança, o papel decisivo desempenhado pelos comunistas franceses e pelos acordos interpartidários celebrados e perspectivas abertas para o futuro – mas que, se confirmada a tendência dos resultados na segunda volta, não podem ser defraudadas. É que, nesta matéria, como muito bem por cá se sabe, ao falar-se de «mudança», se levantam muito práticas questões de terminologia e de prática política.

Também não deixei de reparar que quem tão positivamente assim se manifestava acerca desses resultados – seria José Lamego? ou terá sido José Lello? já não me lembro! – não deixou de realçar uma, até então, não notada e para ele feliz circunstância: a de que, hoje, em 12 dos 15 países da União Europeia, os respectivos governos são liderados por forças da «social-democracia» ou do «socialismo democrático», o que significa que, se tudo correr bem no próximo domingo, estamos a caminho dos 13.

## Estilhaços do real

Foi também a pensar um pouco neste pano de fundo que tive a oportunidade de ver e apreciar o documentário «*The Flickering Flame*», da autoria do cineasta britânico Ken Loach – o tal que havia sido há duas semanas transmitido (via TV-Cabo) pelo canal franco-alemão Arte e sobre o qual, na minha última crónica, prometi falar-vos hoje. Porque ele é exemplar dessa orientação económica e social neoliberal, na circunstância de fachada conservadora.

Vamos os factos: em Setembro de 1995, 500 trabalhadores portuários de Liverpool foram brutalmente despedidos pelo patronato por se haverem recusado a furar uma greve organizada pelos seus representantes. A firma em questão – *Mersey Docks and Harbour Co.* – não só persistiu, então, em ignorar as razões da luta como contratou pessoal não sindicalizado para substituir aqueles trabalhadores. Em contrapartida, as propostas que, durante os dezoito meses que a luta durou, o patronato foi encontrando repetidamente para fazer aos 500 portuários eram draconianas: ou aceitavam indemnizações ridículas (sobretudo para quem já ali trabalhava há 30 anos ou mais) ou se prestavam a trabalhar à hora, sem contrato de trabalho, sem direito a horas extraordinárias, a assistência médica na doença ou à reforma, sem férias pagas e sem sindicalização.

Em termos práticos, regressava-se, assim, aos tempos idos em que os trabalhadores portuários eram contratados, dia a dia, «à tarefa», sempre à revelia do Estatuto que fora conquistado pelas lutas de 1947 (e que acabara com o trabalho precário «legal») mas só tomara forma de lei em 1967 – vinte anos depois, portanto – para voltar a ser abolido pelo governo de Thatcher em 1989! E no documentário não deixavam de ser citados termos invocados pelo patronato ou pelo governo – e que nos soam fami-

ficassem impressionados na película, para sermos nós próprios a extrair deles o significado mais profundo. E não foram poucos os momentos exaltantes e comoventes que ali ficaram documentados, como as manifestações de solidariedade internacionalista (material e moral) de trabalhadores e sindicatos de outros países ou a posição corajosa das mulheres daqueles portuários, em imagens e testemunhos dos mais esmagadores e comoventes que nos foram dados ver em trabalhos documentais do género.

Enfim, «*The Flickering Flame - Uma História de Moral Contemporânea*», para além de constituir uma obra altamente artística no campo do documentarismo, não quis deixar de se afirmar, também, como uma impressionante peça de jornalismo de investigação. E não deixa de ser significativo que, ainda em pleno reinado de John Major, portanto dois anos antes da realização das recentes eleições legislativas e da vitória do «*New Labour*» já então dirigido por Tony Blair, a frase que ornava os cartazes das manifestações nas ruas dos trabalhadores portuários de Liverpool perguntasse insistentemente: «*Afinal, de que lado estás, Tony?*»

## Fragmentos de ficção

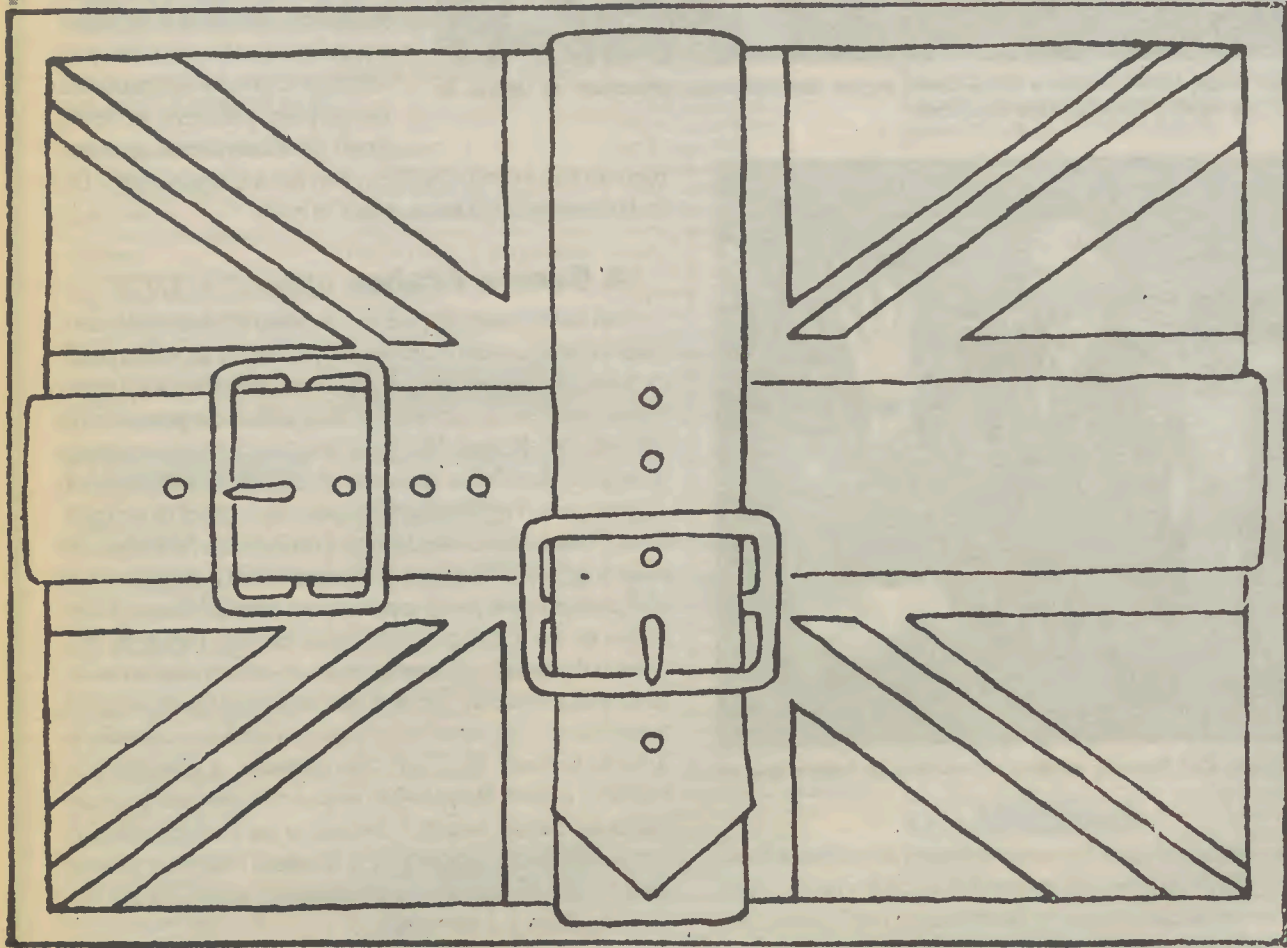
Ainda sobre a realidade política e social britânica, não pode passar sem referência a reposição da magnífica série «*Castelo de Cartas*» a que a RTP está a proceder, embora sorradeira e envergonhadamente, no seu segundo canal. Noutros tempos, uma série com a qualidade desta disputaria, sem qualquer dúvida, as honras do «horário nobre» no canal principal. Nos dias de hoje, a prática dos responsáveis (apesar das orientações e recomendações governamentais em sentido contrário, amplamente publicitadas em montes de declarações e entrevistas) continua a ser a de concentrar o lixo televisivo na RTP 1 transferindo a qualidade do «serviço público» para a RTP 2 – o que significa atafulhar esta a tal ponto que, não podendo lá caber tudo, se pôde assistir no passado domingo ao verdadeiro escândalo de ter começado às 23 horas a transmissão da ópera «*Tristão e Isolda*», numa transcendente produção televisiva gravada em Bayreuth, para terminar já depois das 3 da manhã! Não pode, assim, ser mais do que adequado o qualificativo de «hipócrita» recentemente utilizado em colóquio público por Diana Andringa, Presidente do Sindicato dos Jornalistas, ao referir-se à desacreditada política dos responsáveis governamentais também nesta matéria.

Mas voltemos a «*Castelo de Cartas*», transmitida pela RTP 2 pelas 21.30 das quartas-feiras – e da qual ainda hoje poderá ser visto o terceiro episódio. Adaptando de forma admirável o romance original de Michael Dobbs, o argumentista Anthony Davis, apoiado por uma realização inexcelável a cargo de Paul Seed, ultrapassa em muito a tradicional qualidade (já de si elevada) da produção ficcional britânica para televisão. Tudo gira à volta de uma personagem sinistra, o líder da bancada conservadora Francis Urquhart, manobrando os cordelinhos nos bastidores após o terramoto político provocado pela sucessão da «dama de ferro», Margaret Thatcher. A série denuncia, com excepcional virulência, os meandros do poder, a corrupção, o nepotismo, as chantagens e os jogos de influência, os escândalos financeiros ou sexuais, reais ou mesmo inventados para prejudicar tal ou tal adversário ou correlegionário político, a conivência dos grandes senhores da imprensa de respeito, o sensacionalismo de sapa dos tablóides.

Com uma distribuição cuidadíssima, em que avultam no principal papel os vários registos de representação desse actor portentoso que é Ian Richardson, a grande novidade desta série reside, entretanto, na sua estrutura dramaturgica, jamais sabendo o espectador se está perante uma sátira ou um drama ou uma tragi-comédia ou um «thriller» político – sendo certamente «*Castelo de Cartas*» um pouco disso tudo. Mas residindo o grande achado neste constante flutuar entre registos dramáticos diversos, ele acaba por ser também provocado pelo simples facto de a personagem central frequentemente se dirigir à câmara (portanto ao espectador), fazendo comentários acerca do que se passou ou vai passar, afastando-se por momentos da «intriga» (no múltiplo sentido do termo), para a ela regressar, por vezes impiedosamente, deixando-nos desamparados.

Mas uma coisa tenho de reconhecer: não deixa de ser curioso que o autor dos romances que estão na base desta série – e, ainda, das suas sequelas «*Playing the King*» e «*The Final Cut*», também produzidas pela BBC, a primeira das quais em exibição actual na BBC Prime – seja Michael Dobbs, uma reputada personalidade, do Partido Conservador britânico! Nesta qualidade, não é de espantar que ele saiba do que fala, o que é verdadeiramente espantoso é que ele fale do que sabe!

Talvez esta seja, afinal, a postura menos hipócrita que hoje encontrei para vos falar – ou será precisamente o contrário? Venha o dianho e escolha!



A este respeito, não deixa de ser curioso que o jornalista de serviço, talvez mais ocupado em verificar se não seria já de entrar a «informação sobre o trânsito» ou mais um «écran de publicidade», se tenha esquecido de confrontar o tal membro do Governo com outros dados tão claros e ao mesmo tempo tão preocupantes: é que, precisamente neste momento em que os povos europeus são bafejados por tamanha sorte, nunca por cá houve tantos milhões de desempregados, tanta contestação em relação a políticas comunitárias (como a agrícola ou a das pescas, entre outras), tanto défice democrático na superestrutura das próprias estruturas decisórias da UE ou em termos de auscultação da opinião pública, tanta injustiça e exclusão social ou tantas dúvidas sobre as sacrossantas vantagens dos «critérios de convergência» em relação à moeda única! O que parece provar, afinal, que as orientações neoliberais em matéria económica, ditadas pelo grande Capital, são alternadamente «bem servidas» quer pelos partidos que se reclamam da direita quer pelos partidos que usurpam, em termos da prática política, o qualificativo de «esquerda», mesmo chamando-se ela, para português ou inglês ver, «Nova Maioria» ou «*New Labour*».

liares porque tão próximos dos nossos próprios problemas e lutas laborais – como «flexibilidade», «trabalho precário» e outros que tais. Não podendo escapar a inevitáveis paralelismos, já se sabia que, lá pela velha Albion, também há sindicatos que se preocupam mais com «concertações estratégicas» e outras «convergências» do que com a defesa dos seus representados. E foi por isso significativo, embora triste e lamentável, assistir ao virar de costas aos trabalhadores por parte de certos delegados sindicais ou presenciar o confronto incómodo e comprometedor de um parlamentar trabalhista com delegados dos portuários que queriam usar da palavra (e disso foram impedidos) no Congresso do TUC – a central sindical britânica, em larga maioria controlada pelo Partido Trabalhista.

Estes os factos. Quanto à sua tradução e tratamento em termos documentais e cinematográficos, o realizador Ken Loach optou claramente por tornar imperceptível a sua direcção, quer pela utilização de uma câmara ágil mas recatada ou de um microfone atento e de uma montagem didáctica que ia acompanhando e organizando filmicamente todas as incidências do processo, quer pela recusa em inserir qualquer comentário *off* às imagens e aos sons – apenas deixando que estes «estilhaços da realidade»







## ÚLTIMAS

# ATALHE DE FOICE

## «A invenção democrática»

Ao que se depreende de uma reportagem do Diário de Notícias, a «Fundação Mário Soares», sob o alto patrocínio da sua figura tutelar, pôs em andamento um ciclo de conferências que responde pelo nome de «A invenção democrática».

O exemplar que fez notícia ocorreu esta semana num auditório da Gulbenkian e teve por palestrante uma prolecta senhora de nome Gertrude Himmelfarb, identificada como «historiadora norte-americana». A conferencista - aplaudida como signatária de títulos tão sugestivos como *Das Virtudes Vitorianas aos Valores Modernos* e *A (des)Moralização da Sociedade* - subiu à tribuna para deslindar o intrigante caso da «Democracia e Valores Modernos».

Tendo como ponto de partida a realidade dos EUA - que, segundo ela, «se orgulham de ser não só a nação mais democrática mas também a mais moral» - a senhora Himmelfarb desvendou que a sociedade moderna sofre de várias «doenças».

Evidenciando que a sua perspicácia lograva ir mais fundo, a oradora diagnosticou, nessas maleitas da sociedade, uma origem «moral» e não política. E para que melhor a compreendessem, exemplificou com várias perguntas: Que solução democrática pode ser encontrada para a desagregação da família? E para a vulgarização do aborto? E para a crescente violência, o crime, o consumo da droga, a ignorância? E para a generalização da pornografia, o descalabro do sistema educativo? Presuntivamente, nenhuma - nem mesmo no país dela, apesar de ser «a nação mais democrática e moral do mundo».

Soterrada a democracia com tanta falta de solução, a historiadora ergueu dos escombros a alternativa: «A religião pode ser a nossa única esperança. Pode ser o princípio da remoralização da sociedade». E determinou: «A religião é muito mais necessária numa república do que numa monarquia e é ainda mais precisa numa democracia». Porquê?!... Porque numa democracia preza-se sobretudo a liberdade, há uma tendência para «permitir», mas não para «impor» os tão necessários valores. Esses, alcançam-se com «um regresso à religião». Não obstante a reverência que pairava no ar, como um perfume ungido sobre a ilustre senhora pelo fundacionista Mário Soares, alguém na plateia acabou compreensivelmente por se passar dos carretos e assinalar à palestrante que não tinha propriamente descoberto a pólvora: ainda ela não sonhava investigar as virtudes vitorianas, já Salazar em Portugal defendia as vantagens de «Deus, Pátria e Família».

A autora de *A (des)Moralização da Sociedade* não se deu por achada, encontrou mesmo uma resposta demolidora: «A verdade», garantiu ela, «é que estes problemas existem e a democracia não mostrou ter meios de os resolver politicamente».

E tem carradas de razão. A democracia da senhora Himmelfarb não tem resolvido estes problemas, nem outros, como (e só para exemplificar) o de menos de 20% da população do planeta se apropriar de tantas mais-valias como as que ficam para os «restantes» 80 e tal por cento, ou o de o seu próprio país - a tal «nação mais democrática e moral do mundo» - consumir 60% dos recursos mundiais, o que não evita que haja 50 milhões de norte-americanos a sobreviver abaixo do nível da miséria e mais de 90 milhões (um terço da população) padecendo de analfabetismo funcional.

Se a senhora Himmelfarb considera tudo isto um problema «moral», até podemos estar de acordo: achamos mesmo que é de uma imoralidade completa.

Agora se pensa convencer-nos que o problema se resolve com mais avé-marias, tenha paciência mas vá catequizar outros.

Olhe, experimente o seu anfitrião Mário Soares.

Apesar de laico é, como se confirma, um perito a «inventar democracias».

E democratas como a senhora.

■ HC

## Jornada nacional de esclarecimento CDU contacta um milhão

A CDU lança a partir de sexta-feira próxima uma jornada nacional de esclarecimento que se prolongará até 8 de Junho. A ideia, e objectivo, central da iniciativa está traduzida no seu lema: «CDU contacta um milhão de portugueses».

Em declarações ao «Avante!», Jorge Cordeiro, membro do Comité Central do PCP, explicou que «sem ser um ponto de chegada ou de partida», a jornada «é sobretudo um momento de afirmação mais expressivo e extensivo», que surge «na sequência de um vasto trabalho que está a ser lançado nas várias regiões há meses».

Entre as numerosas iniciativas que estão programadas para «tornar mais visível o projecto da CDU, a dimensão da sua obra, o valor das suas propostas e a importância da sua presença nas autarquias», incluem-se contactos directos com os trabalhadores e população; entrega de documentos; prestação de contas; sessões temáticas,

debates sobre programas eleitorais, e recolha de meios financeiros para a campanha nacional de fundos dos 200 mil contos. Como referiu Jorge Cordeiro, trata-se de «uma multiplicidade de iniciativas naturalmente ligadas por um objectivo comum: ir ter com as pessoas, buscar a sua participação e contribuição, recolher as suas opiniões e ideias, fazer-lhes chegar as nossas propostas e a nossa informação».

O êxito da jornada, frisou, «depende não apenas do envolvimento da organização partidária, mas também das

muitas centenas de activistas da CDU que hoje colaboram e intervêm». Sobre a edição e produção de um conjunto de materiais nacionais (folheto, pendão, Mupi e outros cartazes), Jorge Cordeiro salientou que estes não condicionam o «carácter e dinâmica locais, inerentes à natureza das eleições autárquicas», visando apenas garantir «unidade às ideias e mensagens centrais e a primeira divulgação de uma imagem com impacto visual e presença de rua».



## Frota caduca ameaça segurança de utentes

O acidente ocorrido na passada segunda-feira, com um autocarro de passageiros da Rodoviária Nacional de Lisboa, SA, em Vialonga não pode ser explicado apenas por «falha humana», afirma a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU), chamando a atenção para o estado degradado das viaturas e para o excesso de horas de trabalho a que os motoristas da empresa estão obrigados.

Em nota à imprensa, a FESTRU recorda que a Rodoviária de Lisboa, SA é uma empresa proveniente da Rodoviária Nacional, que após desmembramento e privatização teve uma redução de cerca de 50 por cento do efectivo de trabalhadores, atingindo em particular as áreas da manutenção e administrativa.

Por outro lado, a frota caduca da Rodoviária de Lisboa tem vindo a ser mantida através da compra de autocarros velhos a países europeus, onde já foram abatidos. Refira-se que a viatura acidentada era um Mercedes adquirido nestas condições.

A FESTRU salienta ainda que os motoristas da empresa, praticam em média diária cerca de três horas de trabalho suplementar, acrescidas ao período normal de oito horas de trabalho e aos períodos de repouso de duas horas.

No entender da Federação, a «simplória conclusão de falha humana» não é suficiente «a não ser que se incluam aqui as medidas

desastrosas da gestão e as medidas políticas que as suportam, umas e outras da responsabilidade de homens».

### CP encerra sector rodoviário

Os trabalhadores do sector rodoviário da CP entram em greve na sexta-feira, dia 30, indo concentrar-se junto aos governos civis de Viseu e Aveiro. Esta luta surge na sequência da decisão do Governo e do Conselho de Gerência da CP de encerrar o sector rodoviário da empresa já em a partir de 1 de Junho. Este serviço existe apenas nos distritos de Aveiro e Viseu registando um movimento diário de 2500 pessoas e cerca de 600 passes escolares só em Viseu.

A Comissão de Trabalhadores da CP apoia os trabalhadores em luta e não aceita que a empresa «se descarte das suas responsabilidades perante as populações sobretudo depois de saber o que aconteceu com a generalidade dos casos em que a ferrovia foi substituída por operadores privados: deixou de haver autocarros consoante as necessidades e passou a haver só as carreiras que dão lucro».

A Comissão de trabalhadores entende que «o caminho-de-ferro deve estar exclusivamente ao serviço das populações e não do lucro de alguns».

## Sindicatos propõem contrato às instituições de solidariedade social

As organizações sindicais representativas dos trabalhadores das instituições particulares de solidariedade social propuseram às Uniões das IPSS, Misericórdias e Mutualidades que a Portaria de Regulamentação de Trabalho publicada no ano pas-

sado seja substituída por um Contrato Colectivo.

Numa nota divulgada pela comissão negociadora sindical refere-se que a PRT, elaborada pelo Governo, veio apenas actualizar a tabela salarial e as diuturnidades, deixando de fora o horário

de trabalho, as carreiras, o regime de férias e faltas, entre outros aspectos. «Estando a PRT anterior em vigor desde 1985, há onze anos, impunha-se uma maior actualização da regulamentação de trabalho aplicável às IPSS e respectivos trabalhadores», defendem os sindicatos, notando que naquele período muitas matérias foram alteradas, quer na Administração Pública (com o novo regime retributivo e novos estatutos de carreira), quer no regime de contrato individual de trabalho através da negociação de novas convênções colectivas.

«Muitas profissões foram extintas e muitas outras foram criadas», constata os sindicatos, e «por falta de vontade negociadora das Uniões e do Ministério do Emprego, a regulamentação do trabalho não acompanhou a evolução verificada, ape-

sar de as organizações sindicais desde há muito terem manifestado a sua disponibilidade para avançar nesse processo».

A comissão negociadora sindical manifesta a esperança de que «vá ser possível, em diálogo directo, dar resposta à necessidade de actualizar a regulamentação de trabalho». Os sindicatos propõem ainda que a tabela salarial, em 1997, seja actualizada «para valores mais justos, tendo em conta as novas exigências ao desempenho dos trabalhadores», apontando um valor de 8 por cento, com efeitos a 1 de Janeiro.

### Difusão do «Avante!»

O nosso leitor e amigo Fernando Bessa, de Famalicão, já promoveu nada menos que doze assinaturas do nosso jornal. Agora, por ocasião do Comício Internacional realizado em Lisboa, tomou a iniciativa de promover a venda de mais 20 exemplares do «Avante!».

Em contacto conosco, disse-nos:

«Vivemos numa época em que se difunde muita mentira, e o PCP só tem a ganhar em que se saiba a verdade. Uma boa maneira de o conseguir é difundir o Avante!. A verdade é que o PCP é o partido que defende os trabalhadores e que também defende os pequenos e médios comerciantes.»



5 603 199 000451